



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

FABIANA ALVES DANTAS

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Telma Dias Fernandes
Área de concentração: História e Cultura Histórica
Linha de pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

**A PRODUÇÃO DE UMA HISTÓRIA LOCAL: CONCEPÇÕES DE HISTÓRIA E
MEMÓRIA NA OBRA DE CELESTINO ALVES**

**JOÃO PESSOA – PB
2021**

FABIANA ALVES DANTAS

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Telma Dias Fernandes
Área de concentração: História e Cultura Histórica
Linha de pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

**A PRODUÇÃO DE UMA HISTÓRIA LOCAL: CONCEPÇÕES DE HISTÓRIA E
MEMÓRIA NA OBRA DE CELESTINO ALVES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

JOÃO PESSOA – PB
2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

D192p Dantas, Fabiana Alves.

A produção de uma história local : concepções de história e memória na obra de Celestino Alves / Fabiana Alves Dantas. - João Pessoa, 2021.
115 f.

Orientação: Telma Cristina Delgado Dias Fernandes.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. História. 2. Memória. 3. Escrita da história. 4. História local. 5. Alves, Celestino, 1929-1991. I. Fernandes, Telma Cristina Delgado Dias. II. Título.

UFPB/BC

CDU 94(043)

FABIANA ALVES DANTAS

**A PRODUÇÃO DE UMA HISTÓRIA LOCAL: CONCEPÇÕES DE HISTÓRIA E
MEMÓRIA NA OBRA DE CELESTINO ALVES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

João Pessoa, 20 de outubro de 2021.

Conceito: _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Telma Dias Fernandes (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Elio Chaves Flores (Examinador interno)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Martins Guillen (Examinadora externa)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco

À memória de minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Seria difícil estar totalmente sozinha durante o árduo processo que faz parte da produção de uma dissertação de mestrado. Por isso, me alegro ao escrever estas linhas, recordando que, desde as primeiras etapas da construção deste trabalho, pude contar com contribuições de muitas pessoas competentes e de minha estima, às quais ofereço algumas breves palavras de agradecimento.

Agradeço a todos e todas que fazem o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, no qual fui muito bem recebida e encontrei significativas oportunidades de amadurecimento intelectual. Faço menção especial aos docentes dos quais tive a honra de ser aluna, por terem dado importantes contribuições não só à esta dissertação, mas também à minha formação em pesquisa e docência: Telma Dias Fernandes, Daniel Afonso da Silva, Cláudia Engler Cury, Ângelo Pessoa, Ana Maria Veiga, João Bueno e Elio Chaves Flores. Também aos colegas da turma de 2019 deste programa, pois aprendi muito com cada um deles. Cito aqueles mais próximos que, além de colegas brilhantes, tenho a honra de ter como bons amigos: Alexandre Araújo, Cássio Silva, Abraão Filho e Elissandra Dias.

Levarei boas lembranças do período em que trabalhei com Telma Dias Fernandes, orientadora que me ajudou muito. Sou grata pela paciência, pelas leituras atenciosas, pela forma de orientação que nunca restringiu minha liberdade nas decisões concernentes ao trabalho e, acima de tudo, pela oportunidade de aprender tanto consigo.

Também destino meus agradecimentos aos professores que compuseram minha banca de qualificação e de defesa, Elio Chaves Flores e Isabel Cristina Martins Guillen. Obrigada por aceitarem o convite, pelas leituras e comentários.

Não sei se eu teria ingressado no mestrado para realizar esta pesquisa se não fosse o estímulo à primeira aproximação com meu tema em 2017, durante as atividades do componente curricular Laboratório de História, no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no campus de Caicó/RN. Em razão disso, devo muito a Helder Macedo, Evandro dos Santos e Joel Andrade, professores que, naquela ocasião, me ajudaram significativamente.

Também agradeço a colaboração de Maria Aparecida Alves Othon, filha de Celestino Alves, por aceitar conversar comigo para me confirmar algumas informações sobre seu pai. À Dalva Caldas, pesquisadora pioneira da produção deste autor, por me disponibilizar uma cópia de sua monografia, que não estava acessível em meios digitais. À minha madrinha

Fátima Sá, que me ajudou a localizar exemplares de algumas obras usadas nesta pesquisa, bem como aos funcionários da Biblioteca Municipal Antônio Othon Filho, de Currais Novos, que também me auxiliaram em tal tarefa.

Fui privilegiada com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e isso me proporcionou as condições necessárias para a dedicação ao Mestrado. Aproveito este espaço para reafirmar a importância desse recurso para que mais pessoas possam ter acesso à Pós-Graduação no Brasil e, assim, possamos avançar no que concerne a equidade social da qual infelizmente o país ainda está tão distante.

Por fim, expresso minha gratidão para com meu pai, minha irmã e demais pessoas próximas que me deram apoio e hoje compartilham comigo a satisfação pela conclusão dessa importante etapa da minha vida acadêmica.

Fabiana Alves Dantas
Setembro de 2021, Natal/RN.

É preciso que a própria escrita da história se submeta ao rigor do exame crítico como forma de dessacralizarmos uma memória construída acerca desta mesma escrita.

Manoel Luiz Salgado Guimarães

RESUMO

A dissertação ora apresentada situa-se no debate acerca da atuação de historiadores diletantes na produção do conhecimento histórico, especialmente no âmbito da história local. Sua problemática consiste em analisar as concepções de história e memória presentes em *Retoques da História de Currais Novos* (1985), *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) e *Matutos e Tropeiros* (1989), obras do escritor Celestino Alves (Currais Novos/RN, 06 de abril de 1929 – 10 de dezembro de 1991) que versam sobre o município de Currais Novos e a região do Seridó potiguar. Em termos teórico-metodológicos, a partir do conceito de operação histórica de Michel de Certeau (1995), investiga-se o lugar social do autor, sua apropriação das fontes e operações metodológicas, além da elaboração discursiva das obras. A pesquisa permitiu identificar uma operação histórica na qual a escrita da história local é usada para livrar aspectos “tradicionais” do esquecimento perante as transformações desencadeadas pela modernização, visando com isso formar identidade e vínculo social a partir da rememoração daquilo que seria típico da região, com base, inclusive, em noções difundidas amplamente ao longo do século XX acerca do Nordeste e do Sertão. Com isso, as concepções identificadas consistem em uma compreensão de que história e memória são indissociáveis e, operando-as juntas, o autor as utiliza para combater o esquecimento. Assim sendo, as principais conclusões deste trabalho direcionam para reflexões sobre a importância do estudo das obras de historiadores diletantes e as relações entre história e memória nelas existentes, bem como sobre a demanda existente na historiografia no que concerne à produção de histórias locais que contribuam para uma formação cidadã crítica e reflexiva.

Palavras-chave: História. Memória. História Local. Escrita da História.

ABSTRACT

The dissertation presented here is situated in the debate about the acting of dilettantes historians in the production of historical knowledge, especially in the context of local history. Its problem consists in analyzing the conceptions of history and memory present in *Retosques da História de Currais Novos* (1985), *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) and *Matutos e Tropeiros* (1989), productions by the writer Celestino Alves (Currais Novos/RN, april 06, 1929 – december 10, 1991), which deal with the municipality of Currais Novos and the region of Seridó potiguar. In theoretical-methodological terms, based on Michel de Certeau's (1995) concept of historical operation, the author's social place is investigated, his appropriation of sources and methodological operations, in addition to the discursive elaboration of the productions. The research allowed us to identify a historical operation in which the writing of local history is used to rid “traditional” aspects of oblivion in the face of the transformations triggered by modernization, aiming to form identity and social bond from the remembrance of what would be typical of the region, based, inclusively, on notions widespread throughout the 20th century about the Northeast and the Sertão. Thus, the identified conceptions consist of an understanding that history and memory are inseparable and, operating them together, the author uses them to fight forgetting. Therefore, the main conclusions of this work lead to reflections on the importance of studying the works of dilettantes historians and the relationships between history and memory existing in them, as well as on the existing demand in historiography regarding the production of local histories that contribute to a critical and reflective citizen formation.

Keywords: History. Memory. Local History. History Writing.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
CAPÍTULO 1 – NOS RASTROS DE UMA OPERAÇÃO HISTÓRICA: O LUGAR SOCIAL DE CELESTINO ALVES.....	18
1.1 Lugar social, cultura política e cultura histórica	18
1.2 Atuação profissional e relações na esfera política.....	20
1.3 Contato com outros escritores	27
1.4 Um erudito e a produção da história local.....	33
CAPÍTULO 2 – TEMAS, PROCEDIMENTOS DE PESQUISA E ELABORAÇÃO DISCURSIVA EM <i>RETOQUES DA HISTÓRIA DE CURRAIS NOVOS, VAQUEIROS E VAQUEJADAS E MATUTOS E TROPEIROS</i>	39
2.1 Das fontes históricas e da prática escriturária	39
2.2 <i>Retoques da História de Currais Novos</i> : uma história de progresso e de grandes homens	40
2.3 <i>Vaqueiros e Vaquejadas e Matutos e Tropeiros</i> : história e tradição.....	47
2.4 Entre memórias e “provas irrefutáveis”: fontes orais e documentos oficiais	62
2.5 A estratégia do testemunho	67
2.6 Usos pontuais de outros tipos de fonte	70
2.7 As fontes e a busca pela verdade histórica	72
CAPÍTULO 3 – AS CONCEPÇÕES DE HISTÓRIA E MEMÓRIA EM CELESTINO ALVES.....	74
3.1 Relações entre história e memória: aproximações do debate historiográfico com a obra de Celestino Alves	74
3.1 História, memória, identidade	81
3.2 Memórias que contam histórias e histórias que rememoram: a escrita histórica e a luta contra o esquecimento	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
FONTES	98
Obras	98
Jornais.....	98
REFERÊNCIAS	104
Bibliografia.....	104

Sites	111
-------------	-----

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

História: palavra polissêmica, cuja concepção vem sendo ressignificada desde a Antiguidade, quando de seu advento como gênero literário e do surgimento do ofício de historiador, sendo conhecidas as transformações pelas quais o conceito passou desde então, até tornar-se uma disciplina especializada (KOSELLECK, 2006; KOSELECK *et al.*, 2013). Não havendo unanimidade entre os próprios historiadores no que se refere ao conceito de história, não se tem, portanto, uma concepção imutável e definitiva (FAGUNDES & ANDRADE, 2017, p. 42), daí a existência de um amplo debate concernente às diferentes concepções existentes e o interesse investigativo com relação ao processo de produção do conhecimento histórico, compreendido como “conjunto de práticas desenvolvidas tanto em nível acadêmico como não-acadêmico” (DIEHL, 2002, p. 102). Com isso, a escrita da história, para além daquela que é designada como historiografia – isto é, produzida a partir de pressupostos teórico-metodológicos elaborados e aceitos pelos pares profissionais –, torna-se objeto de estudo da própria história, como se propõe nesta dissertação.

Partindo da premissa de que os historiadores profissionais não são os únicos agentes envolvidos na produção e divulgação do conhecimento histórico, no presente trabalho, a atenção se volta para um perfil de autores que são aqui referidos como historiadores diletantes ou historiadores não acadêmicos. São eles sujeitos que, sem formação específica, movidos por diferentes razões, realizam individualmente suas pesquisas e divulgam seus resultados ao publicarem obras amplamente aceitas pelo público leitor como trabalhos de história.

Embora exista, no meio acadêmico, uma tendência quanto a ignorar as produções desses sujeitos, aqui, elas são entendidas como fontes promissoras para se investigar as concepções de história que circulam em outros espaços sociais. Afinal, se, como já mencionado, não há entre os próprios historiadores profissionais um consenso a respeito do que é a história e como ela deve ser produzida, os trabalhos dos diletantes também são importantes para esse debate, tornando-se pertinente investigar a partir de quais concepções estão alicerçadas essas produções.

Esses historiadores diletantes são, com frequência considerável, muito ativos na produção de histórias locais, cabendo especificar que, aqui, se considera a história local um recorte relativamente flexível, com base não apenas em unidades administrativas, noção que já estava presente na conhecida definição elaborada por Pierre Goubert (1988) que, no entanto, enfatizou o local como uma área geograficamente pequena (GOUBERT, 1988, p.

70). No Brasil e, mais amplamente, na América Latina, o diletantismo chega a se apresentar como uma marca das obras de história local. Isso, inclusive, resultou em uma falta de credibilidade dessa abordagem no meio acadêmico, como escreveu Sílvio Marcus de Souza Correa (2002) ao alvorecer deste século, cabendo ressaltar que, atualmente, o interesse por ela vem aumentando:

A história local tem uma posição marginal na historiografia brasileira. Sua escrita predominantemente diletante e sua narrativa demasiado subjetiva parecem ser as principais responsáveis pelo seu descrédito em círculos acadêmicos, embora ainda seja grande a preferência que ela goza junto ao público leigo e avesso, muitas vezes, à linguagem hermética dos historiadores profissionais (CORREA, 2002, p. 11).

Essa escrita empreendida por historiadores não acadêmicos costuma ter características bem específicas. A própria ideia do que seria uma história local e mesmo do que seria a prática de produzir história apresenta-se muito distinta das concepções recorrentes entre historiadores profissionais, pois, nesse caso, trata-se de “um gênero de publicações que pretende dar conta das especificidades de uma cidade, região, etnia, não tem como público-alvo a academia, mas sim, os grupos aos quais se refere” (DONNER, 2012, p. 224).

A atuação frequente dos diletantes na produção do conhecimento histórico no âmbito local resulta no fato de que as histórias de muitas comunidades são ancoradas em uma cultura histórica divergente de muitos pressupostos teórico-metodológicos da historiografia acadêmica, a exemplo da forma como esses autores lidam com a memória. Cabe ressaltar que cultura histórica é aqui entendida como um campo de disputas que engloba elementos da reconstituição do passado que se manifestam de diversas formas nas esferas política, social e cultural. Além da própria historiografia acadêmica, são exemplos de outras formas de reconstituição do passado não só as obras dos historiadores diletantes, mas também diversos conteúdos voltados para temas históricos nos âmbitos artístico, jornalístico, intelectual etc., como mostram muitos autores que discutem esse conceito (DIEHL, 2009; FLORES, 2007; GONTIJO, 2014; SILVEIRA, 2007; SOIHET, *et al.*, 2009).

É partindo de tais premissas que, nesta dissertação, analisa-se as obras de Celestino Alves, autor natural de Currais Novos, município situado na região do Seridó, interior do estado do Rio Grande do Norte. Nascido em 1929 e falecido em 1991, dedicou-se a uma gama de atividades, estando entre elas o trabalho de escritor. Do exercício de produção escrita desse diletante sobre a região na qual nasceu e passou a maior parte de sua vida, resultaram três obras, as quais são analisadas nesta pesquisa: *Retoques da História de Currais Novos*, lançada em 1985 pela Fundação José Augusto em parceria com a Prefeitura Municipal de Currais Novos; *Vaqueiros e Vaquejadas*, de 1986, publicada pela Editora da Universidade Federal do

Rio Grande do Norte; e *Matutos e Tropeiros*, publicada em 1989 pela Gráfica do Senado Federal.

A problemática na qual se concentra a análise dessas três obras é a investigação das concepções de história e memória implícitas nesses trabalhos, o que se justifica em razão da importância de compreender como as relações entre ambas são pensadas por autores com esse perfil. Essa questão, cabe lembrar, já vem sendo debatida por historiadores interessados na atuação dos amadores, havendo certo consenso a respeito da complexidade com a qual eles lidam com a memória em sua prática de pesquisa e escrita (CORREA, 2002; DONNER, 2012; 2015; FERREIRA, 2002; HAAS JÚNIOR, 2009; MACEDO, 2017; SAMUEL, 1990).

Enquanto as relações entre história e memória são um tema bastante abordado na historiografia e os historiadores acadêmicos reconhecem uma natureza vivencial e testemunhal da memória em contraponto à natureza crítica e analítica da operação historiográfica, como resume pertinentemente Margarida de Souza Neves (2009), não se pode dizer o mesmo desses outros produtores de história. Daí a importância de compreender como história e memória são pensadas por eles, bem como a maneira a partir da qual operam esses conceitos na elaboração de suas obras. Afinal, quando se fala das histórias locais produzidas por eles, há que se ter em conta a alta recepção que elas costumam ter entre o público leigo (DONNER, 2012, p. 223; FERREIRA, 2002, p. 326), o que tem impacto significativo na cultura histórica das sociedades.

É importante destacar, nessas primeiras considerações, que a proposta deste trabalho não carrega consigo uma intenção de desqualificar os trabalhos de autores como o que aqui se discute. Apesar de se reconhecer a complexidade das produções dos historiadores diletantes – tais como a ausência de um aporte teórico-metodológico que as sustentem e as influências das relações políticas associadas ao lugar de produção de muitas delas –, considera-se importante reconhecer as contribuições significativas dadas por esses sujeitos à produção do conhecimento histórico sobre suas comunidades quando da ausência de historiadores de formação, especialmente em áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos, onde muitas vezes o acesso à uma formação em nível superior encontra muitos obstáculos. Em razão disso, compartilha-se dos argumentos de Helder Alexandre Medeiros de Macedo (2017):

Malgrado sejam relegados ou pouco aceitos por intelectuais mais conservadores da academia, a sua importância e contribuição são inestimáveis. Conquanto não tenham a formação acadêmica que os seus críticos têm – e que reputam ser obrigatória para que o trabalho final escrito seja considerado de História –, em muitas regiões, foram os responsáveis por pioneiras investidas no sentido de ir aos arquivos, sondar e catalogar as fontes de primeira mão, chegando a publicá-las, um grande serviço prestado aos seus colegas do futuro. Além disso, sua importância também se reveste

do fato de, em não poucas vezes, serem, além de produtores do conhecimento histórico, atores locais – conhecedores, portanto, das ruas e suas configurações, das gentes e suas diversidades, dos caminhos e suas multifacetadas encruzilhadas (MACEDO, 2017, p. 72-73).

Dessa forma, não se tem aqui um objetivo acusatório no sentido de apontar falhas no trabalho de Celestino Alves. A intenção é compreender o que é fazer história na concepção presente nas obras deste autor que se propôs a dar sua contribuição à construção do conhecimento histórico acerca do espaço no qual vivia. Contudo, não se nega a intenção de se dessacralizar uma determinada narrativa da história local corroborada por sua produção escrita, afinal, isso é o mínimo que se espera de um estudo no campo da historiografia, como lembra Manoel Luiz Salgado Guimarães (2000) ao escrever a frase que foi escolhida para epígrafe desta dissertação, expressando a intenção aqui existente.

Sendo assim, investigar as concepções de história e memória na obra de Celestino Alves implica refletir sobre a cultura histórica dos historiadores diletantes e a forma como as narrativas produzidas a partir dessa cultura contribuem com a sacralização de determinadas informações na memória local, tais como o enaltecimento de determinados acontecimentos e personagens. Em razão disso é que este trabalho se situa no debate acerca dos usos da memória atrelados à elaboração discursiva de suas obras.

A pesquisa se ampara nos pressupostos teórico-metodológicos do conceito de operação histórica formulado por Michel de Certeau (1995), autor que contribuiu significativamente para os estudos no campo da historiografia ao argumentar que fazer história é uma prática social que combina três aspectos: o lugar social do pesquisador, os procedimentos de análise com os quais trabalha e, por fim, a construção de um texto:

Considerar a história como uma operação, será tentar, de um modo necessariamente limitado, compreendê-la com a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, um ofício etc.) e *procedimentos de análise* (uma disciplina). É admitir que a história faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser captada "enquanto atividade humana", "enquanto prática". A partir dessa perspectiva, gostaria de demonstrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar social* e de *práticas "científicas"*. Esta análise dos antecedentes dos quais o discurso não fala, permitirá precisar as leis silenciosas que circunscrevem o espaço da operação histórica. A escrita histórica se constrói em função desse espaço, cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas, - objeto de um outro estudo (CERTEAU, 1995, p. 18).

Cabe justificar a opção feita quanto ao uso do termo “operação histórica”, presente no texto de Michel de Certeau publicado na obra *História: Novos Problemas*, organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora (1995). O termo “operação historiográfica” aparece em edições posteriores do texto, que foi publicado como capítulo em *A Escrita da História* (2008) e é citado recorrentemente em estudos no campo da historiografia. Ocorre que, partindo do

entendimento de que Celestino Alves é um homem de cultura histórica, ao decorrer do desenvolvimento da pesquisa considerou-se pertinente evitar o termo “historiográfica” para designar sua produção, evitando assim a interpretação equívoca de que o conjunto de sua obra está associado à uma cultura historiográfica que corresponde, de acordo com a compreensão que guia este trabalho, à prática dos historiadores profissionais. Conforme o pensamento do historiador Astor Antônio Diehl (2009, p. 227), do qual se compartilha neste trabalho quanto a este ponto, a cultura historiográfica constitui um *topoi* interpretativo do conhecimento histórico, possibilitando, inclusive, compreender a cultura histórica. Segue abaixo a definição adotada nesta pesquisa, a qual justifica a opção de situar a obra de Celestino Alves como pertencente ao âmbito da cultura histórica:

Em relação à cultura histórica, parece-me que a gente poderia se aproximar de uma resposta que frisasse elementos constituidores, elementos da constituição da própria reconstituição do passado. Eu acho que cultura histórica tem a ver com a comunidade acadêmica, tem a ver com o próprio passado, tem a ver também com os historiadores não acadêmicos e assim por diante. [...] Nós abandonamos, quando falamos em cultura histórica, um pouco a ideia de que apenas os historiadores profissionais têm a ver com a produção de conhecimento do passado. Quer dizer, esse exercício de reconstituição do passado pode ser feito por uma gama enorme de profissionais ou de não profissionais, como pode também ser feito naquele exercício mais simples de cada um de nós quando nos lembramos do nosso próprio passado. Se eu me lembro do meu passado e tento reconstituir esse passado, eu também diretamente estou produzindo uma cultura histórica, mesmo que seja individual (DIEHL, 2009, p. 226-227).

Historiografia conta com racionalizações metodológicas inexistentes na produção de Celestino Alves, portanto, suas obras constituem outro tipo de escrita da história, a ser analisada pelo aparato teórico-metodológico que a historiografia proporciona, de maneira na qual a categoria cultura histórica é tomada como orientação teórica, como sugere Fabricio Gomes Alves (2009, p. 92).

Assim sendo, nos dois primeiros capítulos que compõem a dissertação, realiza-se a análise do lugar social de Celestino Alves, suas apropriações das fontes e operações metodológicas e a elaboração discursiva das obras, para que, a partir dessa investigação, se chegue ao argumento do trabalho quanto às concepções de história e memória verificadas na produção deste autor, apresentando-o no terceiro e último capítulo.

As fontes foram analisadas a partir de uma abordagem qualitativa que consistiu em leituras e fichamentos. Primeiramente, tem-se as três obras analisadas, cujo conteúdo é examinado do ponto discursivo por serem o próprio objeto de pesquisa, mas também se somam a outras publicações de Celestino Alves que foram consultadas com o intuito de perscrutar questões como as ideias do autor, suas influências intelectuais e redes de

sociabilidade – entendidas como uma espécie de rede organizacional e de microclima presentes na esfera dos criadores e mediadores culturais que também são atores do político (GONTIJO, 2005) –. Também foram usados como fontes os periódicos norte-rio-grandenses de circulação estadual *Diário de Natal* e *O Poti*, consultados com este mesmo propósito investigativo, tendo em vista a constante menção ao autor como personalidade relevante do meio político e cultural de Currais Novos e, mais amplamente, do Rio Grande do Norte. Os jornais consultados estão disponíveis para acesso livre na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, constando menções à Celestino Alves em exemplares das décadas de 1970 e 1980. Portanto, essas fontes fornecem informações de um período que abrange o lançamento das três obras analisadas mais alguns anos anteriores, sendo possível identificar alguns aspectos da trajetória do autor até que ele publicasse *Retoques da História de Currais Novos* (1985), *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) e *Matutos e Tropeiros* (1989). Predominam em termos de quantidade as notícias assinadas por Eliel Bezerra na coluna *Sociedade do Seridó*, esta publicada tanto em *O Poti* quanto no *Diário de Natal* – isso porque ambos pertencem ao mesmo grupo, o *Diários Associados*, fundado por Assis Chateaubriand –. Em seguida, têm-se algumas notícias publicadas pelo colunista Paulo Macedo, além de algumas sem assinatura ou assinadas por outros jornalistas. Cabe ressaltar ainda que, ao longo da investigação nesses periódicos, foi possível identificar uma relação entre Celestino Alves e o próprio Eliel Bezerra, autor da maioria das notícias que o mencionam. Pôde-se constatar que ambos eram do mesmo partido político, o PDS (Partido Democrático Social), conforme se observa em notícia de 12 de abril de 1988, na qual constam os “nomes importantes da política local” que compareceram em uma convenção do partido em Currais Novos, estando Eliel Bezerra e Celestino Alves entre os citados¹. Esse detalhe é considerado relevante, pois a própria fonte é produzida por alguém aparentemente próximo ao autor, sendo interessante considerar que isso diz muito sobre suas redes de sociabilidade, além de ser importante atentar às intencionalidades quanto ao que o jornalista publica na coluna sobre o companheiro de sigla política.

As escolhas, claro, sempre têm um porquê. No caso do tema desta dissertação, ressalta-se a afinidade da autora no que se refere à escrita da história tomada como objeto de reflexão, considerando-se de grande valia a premissa de que o conhecimento histórico também tem sua historicidade, tendo em vista o fato de fazer parte da constante disputa pelo

¹ BEZERRA, Eliel. Convenção. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 66, p. 16, 12 abr. 1988.

passado empreendida por diversos agentes sociais. Disputa essa, cabe lembrar, associada à intenção de dar significado ao mundo:

A Historiografia como investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, pressupõe, como condição primeira, reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da História, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar. Em seguida, é necessário reconhecer esta escrita como resultado de disputas entre memórias, de forma a compreendê-la como parte das lutas para dar significado ao mundo (GUIMARÃES, 2000, p. 27).

Também é importante sinalizar a influência do lugar social que tanto interfere no trabalho de qualquer historiador, como demonstrou pertinentemente Michel de Certeau (1995). Portanto, além da afinidade temática, ressalta-se o fato de que esta dissertação foi escrita por alguém interessada em gerar uma contribuição para a historiografia de um local que faz parte de sua própria história. O município de Currais Novos e o estado do Rio Grande do Norte, como terra natal, são importantes para a autora não só do ponto de vista pessoal, mas também profissional, tendo em vista sua formação precedente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com todas as influências que o lugar institucional exerce nos interesses de pesquisa.

Quanto ao interesse específico pelo conjunto da obra de Celestino Alves, a opção deu-se por duas razões. A primeira delas tem a ver com a recepção da obra deste autor, considerando-se a relevância de seus trabalhos serem citados como referências em pesquisas acadêmicas que versam sobre o município de Currais Novos, como também, mais amplamente, sobre a região do Seridó potiguar, conforme se constatou em revisão bibliográfica (QUEIROZ, 2013; SANTOS, 2011a; 2011b; SILVA, 2009; SILVA, 2015). Tal constatação é relevante por demonstrar a influência considerável que as obras de diletantes exercem na produção de conhecimento sobre o local sobre o qual escrevem, pois muitas estão, como no caso dos trabalhos de Celestino Alves, disponíveis nas bibliotecas municipais, de escolas e de universidades², sendo facilmente acessadas.

Já a segunda razão que justifica a escolha diz respeito à ausência de pesquisas sobre a obra do referido autor a partir do enfoque aqui proposto. Um trabalho precursor sobre a produção escrita de Alves é a monografia de Maria Dalva Caldas Marinho da Silva (2001), na área de Literatura, tratando especificamente de seu trabalho como poeta. Aqui ela é uma referência importante, porque traz informações relevantes para a compreensão sobre o

² Constatação feita pela autora, que localizou obras de Celestino Alves disponíveis nas bibliotecas do campus de Currais Novos do Centro de Ensino Superior do Seridó - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES - UFRN), da Escola Municipal Professor Humberto Gama e na Biblioteca Pública Municipal Doutor Antônio Othon Filho, também em Currais Novos/RN.

conjunto da obra de Alves, além de questões como sua formação e relações sociais e políticas. Com o estudo da obra de Celestino Alves a partir da problemática proposta no âmbito da historiografia, esta dissertação procura somar à uma importante bibliografia que vem discutindo os sujeitos que têm escrito sobre o Seridó potiguar (ARAÚJO E ANDRADE, 2013; MEDEIROS NETA, 2011; SANTOS, 2018)³, além de inserir-se também nos estudos sobre as produções escritas sobre o sertão nordestino.

Desse modo, ficam apresentados os objetivos do trabalho, bem como as premissas, fontes e principais escolhas teórico-metodológicas que o sustentam. Ressalta-se, por fim, a intenção de que esta dissertação gere uma contribuição aos estudos sobre a atuação dos diletantes na produção do conhecimento histórico, bem como sobre a história local, a cultura histórica e as relações entre história e memória, especialmente no âmbito das historiografias currais-novense/seridoense/potiguar, mas também no conjunto de produções escritas que versam sobre o sertão nordestino.

³ A bibliografia é mais ampla e as referências citadas são alguns exemplos.

CAPÍTULO 1 – NOS RASTROS DE UMA OPERAÇÃO HISTÓRICA: O LUGAR SOCIAL DE CELESTINO ALVES

1.1 Lugar social, cultura política e cultura histórica

Ao evidenciar que o lugar social, os procedimentos de análise e a construção de um texto são as três etapas da operação histórica, Michel de Certeau (1995) indica um caminho para a análise de obras de história. Como o autor mostra também em *A Escrita da História* (2008), atentar a esses pontos permite “dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto”, levando-se em conta que a escrita histórica “obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas” (CERTEAU, 2008, p. 66). Assim, este capítulo versa sobre o primeiro desses aspectos da operação histórica, isto é, o lugar social de onde parte a produção analisada.

Nas reflexões de Michel de Certeau o lugar social é um lugar de produção que pode ser socioeconômico, político e cultural, o qual implica

um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de estudo ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Encontra-se, portanto, submetida a opressões, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os *dossiers* e as indagações relativas aos documentos (CERTEAU, 1995, p. 18).

Tem-se então que a situação social na qual se dá a pesquisa histórica constitui um não-dito relevante na definição do tipo de história que vem a público na forma de um texto. Esse não-dito delimita as possibilidades de temas, abordagens, acesso aos arquivos, enfim, de uma série de fatores que influenciam a concepção de história considerada conveniente de ser produzida. Qualquer que seja esse lugar, nele sempre há interesses que influenciam de alguma forma o trabalho do produtor de história que a ele está vinculado.

Dessa forma, para atender aos objetivos desta pesquisa, entende-se a necessidade de investigar o que motiva e o que possibilita a escrita da história local por parte de alguém que não possui a pesquisa histórica como profissão. Investigar esse lugar de produção implica discutir a trajetória de Celestino Alves, tendo em conta as atividades com as quais ele se envolveu ao longo da vida e as redes de sociabilidade aí observadas, atentando para a relação desses fatores com suas publicações. Fala-se aqui em trajetória porque não se pretende neste trabalho delinear uma biografia, mas sim “situar o agente em seu grupo e no contexto social em que se encontra inserido” (SCHWARCZ, 2013, p. 56). Sem negar a importância do gênero biográfico, essa investigação é conduzida de modo a evitar uma criação artificial de sentido

para uma vida, risco para o qual alerta Pierre Bourdieu ao falar em “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2006, p. 185). Sendo assim, busca-se reconhecer os eventos biográficos como “*colocações e deslocamentos no espaço social*” (BOURDIEU, 2006, p. 190, grifo do autor).

Isto posto, destaca-se também que, após perceber com a análise das fontes o quão articulado era Celestino Alves com as esferas política e cultural do Rio Grande do Norte, viu-se a possibilidade de articular os conceitos de cultura política e cultura histórica que, usados dessa maneira, contribuem significativamente com esta investigação. Para isso, parte-se, primeiramente, da colocação de Jean-François Sirinelli (2003, p. 258) quanto à importância de analisar a relação dos produtores e mediadores de cultura com a sociedade civil, enfatizando sua assimilação ou não no tocante à cultura política de cada época. E o que aqui se entende por cultura política remete à definição deste mesmo autor comentada por Serge Berstein, da qual ele retém a importância do papel das representações em sua definição, bem como o caráter plural das culturas políticas num dado momento e num dado país: “(...) se trata de uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas” (SIRINELLI, 1992, p.3-4 *apud* BERSTEIN, 1998, p. 350). Desse modo, Berstein destaca que a cultura política “como a própria cultura, se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro” (BERSTEIN, 1998, p. 352-354).

Considera-se isso de grande importância para um estudo que analisa as narrativas do passado elaboradas por um autor diretamente ligado à esfera política do espaço sobre a qual escreve. Portanto, compreender as relações de Celestino Alves nesse meio ajuda a destrinchar o clima cultural em que se deu a produção e recepção de sua obra, uma vez que a cultura política faz circular normas e valores que “favorecem a sensibilidade necessária para a recepção de ideias e a adoção de comportamentos” (GONTIJO, 2005, p. 278).

O conceito de cultura política se articula com o de cultura histórica na medida em que se verifica uma relação desta última com os usos do passado na cultura política, conforme as considerações de Berstein (1998) citadas anteriormente, as quais convergem com a seguinte afirmação feita por Rachel Soihet, Maria Regina Celestino de Almeida, Cecília Azevedo e Rebeca Gontijo, organizadoras da obra *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia* (2009):

Cultura política e cultura histórica se articulam, na medida em que as representações do passado são essenciais na construção de imaginários e de projetos que orientam as ações coletivas. Atores coletivos e individuais recorrem e estabelecem usos mais

ou menos conscientes da história e do tempo passado, presente e futuro, conforme as demandas de sua própria época (SOIHET *et al.*, 2009, p. 14).

Vislumbra-se a pertinência dessas reflexões para os interesses aqui postos, levando-se em conta a proximidade de Celestino Alves com as elites políticas locais e até mesmo nacionais. Com isso, surge um questionamento que norteia não só este capítulo, mas todo o trabalho: Que interesses estariam associados a uma escrita da história produzida em tais circunstâncias?

Ficam apresentados, portanto, o objetivo do capítulo, as ideias e conceitos que o balizam. Quanto à estruturação, primeiramente o foco serão as atividades profissionais exercidas por Celestino Alves, discutindo-se as relações do autor nas esferas política e cultural sem desconsiderar os aspectos da vida pessoal que tenham relevância para compreensão de sua produção escrita. Posteriormente, discorre-se sobre as possíveis motivações e condições que possibilitaram essa produção.

1.2 Atuação profissional e relações na esfera política

Celestino Alves nasceu no dia 06 de abril de 1929 na Fazenda Namorados, zona rural de Currais Novos/RN. Essa informação consta nas páginas finais de *Retoques da História de Currais Novos* (1985), nas quais ele apresenta alguns de seus dados genealógicos e biográficos.

Maria Dalva Caldas Marinho da Silva (2001) o descreve como “Homem simples, de pouco estudo porém de bastante inteligência” (SILVA, 2001, p. 30). A autora apresenta informações relevantes no que concerne à formação de Celestino Alves, que pode ser entendida como uma formação básica que lhe proporcionou a oportunidade de desenvolver suas habilidades com a escrita de forma autodidata:

Começou a estudar com 9 anos, na Escola Municipal do Totoró⁴. Quando passou para o primeiro ano, já sabia ler e escrever. Antes de concluir a primeira série, o pai tirou-o da escola pois precisava de ajuda para cuidar do gado em sua fazenda. Num período de seis meses, Celestino ainda teve uma professora particular em casa que ajudou em seus estudos. A partir daí, todo o conhecimento do poeta foi adquirido através de várias leituras. Celestino gostava muito de ler folhetos que continham histórias de amor (SILVA, 2001, p. 33).

Segundo Narazé Alves, irmã do poeta em estudo, Celestino era a estrela daquele lugar, pela sua sabedoria e pela desenvoltura com que enfrentava as situações. Buscando sempre o estudo, o conhecimento, Celestino, depois de adulto, estudou pelo rádio, na época do Curso Madureza (SILVA, 2001, p. 33).

⁴ Povoado localizado na zona rural de Currais Novos/RN.

Vê-se que a oportunidade de ter uma formação básica na infância, ainda que interrompida pela necessidade de dedicação ao trabalho, foi importante para despertar-lhe o gosto pelas letras, às quais passou a se dedicar na vida adulta, embora não tendo nelas sua fonte de sustento. Sua produção escrita não se limitou ao interesse pela história local que resultou na produção de *Retoques da História de Currais Novos* (1985), *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) e *Matutos e Tropeiros* (1989). Pelo contrário, essas obras foram publicadas poucos anos antes de seu falecimento, quando o autor já era um homem idoso, muito reconhecido por seu trabalho com as letras. Destacou-se na produção de poemas, especialmente cordéis. Por sinal, isso o levou a ser constantemente referido como “Poeta Celestino Alves”, sendo esse, inclusive, o nome de uma escola em Currais Novos, a Escola Estadual Poeta Celestino Alves. Alguns de seus trabalhos nesse gênero são *O Nordeste e as Secas* (1983), *O menestrel do Seridó: homenagem ao Senador Dinarte Mariz* (1984) e *Doutor Tancredo Neves: uma vida pela democracia* (1985). O jornalista Eliel Bezerra (1984), destacou, em notícia publicada em *O Poti*, a preocupação do poeta com os problemas de sua terra em correlação com sua produção literária⁵, de maneira que a política e a vida no sertão do Seridó potiguar constituem importantes temas no conjunto de sua obra.

Passando a tratar das muitas atividades profissionais que exerceu ao longo de sua trajetória, tem-se que, para trabalhar como negociante de redes e cobertores, mudou-se para Açu/RN aos vinte anos de idade (SILVA, 2001, p. 33), retornando à Currais Novos em 1952, onde permaneceu até 1976, quando mudou-se novamente, dessa vez para Brasília/DF. Após oito anos residindo na capital federal, regressou à terra natal, “pretendendo ficar morando o resto da vida” (ALVES, 1985, p. 279), o que se concretizou, pois o autor faleceu na cidade seridoense, em 1991.

Uma notícia publicada no *Diário de Natal* em 02 de abril de 1980 fala desse regresso à Currais Novos como algo motivado por questões de saúde, enfatizando-se que eram boas suas condições profissionais em Brasília. Lá ele trabalhava como mestre de obras (SILVA, 2001, p. 34), possuindo uma construtora. No ano anterior, o mesmo jornal o citava como “empresário vitorioso”⁶.

Celestino Alves também foi radialista, sendo comentarista agrícola e econômico da Rádio Ouro Branco, no programa *Domingo Total*⁷. Destaca-se sua participação na cobertura

⁵ BEZERRA, Eliel. *O Poti*. Natal, ano 31, n. 40, p. 24, 30 set. 1984.

⁶ BEZERRA, Eliel. Sociedade. *Diário de Natal*. Natal, ano 39, n. 10.783, p. 5, 02 jul. 1979.

⁷ DICIONÁRIO de Escritores Norte-rio-grandenses. **Celestino Alves**. Disponível em: <http://escritoresdorn.com.br/autor.php?autor=Celestino%20Alves>. Acesso em: 14 out. 2019.

das vaquejadas currais-novenses⁸, trabalho sobre o qual fala em *Vaqueiros e Vaquejadas*. Chegou, inclusive, a exercer a função no período em que não estava residindo no município, viajando à terra natal exclusivamente para participar da festa:

Em 1982, eu estava morando em Brasília, mas vim passar a festa de Santa Ana aqui, em Currais Novos. Fui assistir a vaquejada e Eliel me pediu para comentar, nesta época, pela Rádio Brejui. Eu comecei a comentar e senti falta de alguma coisa, senti falta de Ludugério e me informaram que ele estava doente, em casa. Eu desci do palanque, peguei meu carro e fui lá na casa dele, cheguei e ele me deu um abraço muito grande, disse que estava me ouvindo pelo rádio (ALVES, 1986, p. 86).

Quanto à essa declarada paixão do autor pela vaquejada, aparentemente tratava-se de algo como um *hobby*⁹. Outro aparente *hobby* era o futebol, tendo presidido o Botafogo Futebol Clube de Currais Novos¹⁰.

Celestino Alves relatou, no livro *Matutos e Tropeiros* (1989), o contato com o ofício de matuto, exercido também por seu pai e alguns irmãos. Ele descreveu a profissão de maneira a esclarecer possíveis confusões com o sentido normalmente atribuído a esse termo, destacando tratar-se de uma atividade ligada ao comércio:

Os matutos a quem nos referimos neste trabalho, não são conhecidos pelos clássicos nem pelos dicionaristas, são muito conhecidos nossos, é um nome praticamente regional, eram os homens que tangiam tropas de burros e que negociavam com mercadorias conduzidas nos seus burros, de umas para outras regiões. Aqui na nossa região era muito normal os matutos carregarem sal de Macau para o Brejo da Paraíba e de lá trazerem rapadura, aguardente, farinha, feijão de arranca e outros produtos, estes eram chamados de matutos (ALVES, 1989, p. 13).

Quando se pesquisa sobre o autor na *Internet*, verifica-se a menção ao trabalho como funcionário público¹¹, o que é especificado no trabalho de Silva (2001), no qual consta a informação de que ele foi guarda fiscal, além de ter trabalhado no FOMENTO – Ginásio Agrícola. A autora também menciona que, após voltar de Brasília para Currais Novos, ele voltou a trabalhar com o comércio de redes e cobertores (SILVA, 2001, p. 34).

Na política, o mandato como vereador em Currais Novos na década de 1960, segundo Joabel Rodrigues de Souza (2008), destacou-se por priorizar a construção da rede de esgotos

⁸ Ver notícia citando-o entre os locutores responsáveis pela cobertura da vaquejada de 1985: BEZERRA, Eliel. Vaquejada. **Diário de Natal**. Natal, ano 46, n. 25, p. 9, 29 jun. 1985.

⁹ Por exemplo, comenta em *Vaqueiros e Vaquejadas* que é um péssimo derrubador. Ver em: ALVES, Celestino. **Vaqueiros e Vaquejadas**. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. p. 86.

¹⁰ Notícias que o citam como presidente desse clube de futebol: AZEVEDO, Dermi. Piloto, 46 anos, o dono da grande área. **O Poti**. Natal, ano 21, n. 2.100, p. 13, 21 mar. 1976; DIÁRIO DE NATAL. Piloto ainda está sem casa. **Diário de Natal**. Natal, ano 35, n. 9.718, p. 4, 07 fev. 1975; DIÁRIO DE NATAL. Reportagem do Módulo motivou dirigentes: CN. **Diário de Natal**. Natal, ano 35, n. 9.872, p. 8, 21 ago. 1975; DIÁRIO DE NATAL. Esta, a grande chance do futebol de Currais Novos. **Diário de Natal**. Natal, ano 36, n. 9.966, p. 9, 25 dez. 1975; DIÁRIO DE NATAL. Botafogo. **Diário de Natal**. Natal, ano 36, n. 10.123, p. 15, 25 ago. 1976.

¹¹ Ver: WIKIPÉDIA. Celestino Alves. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Celestino_Alves. Acesso: 14 out. 2019.

do município. Este autor se refere a Celestino Alves como “batalhador e preocupado com os destinos de sua querida cidade” (SOUZA, 2008, p. 252), apontando ser essa a razão para que o poeta ingressasse na política. Em sua monografia, Maria Dalva Caldas Marinho da Silva (2001) também cita alguns projetos de Celestino Alves, projetos esses que refletem preocupações com trabalhadores e com a modernização da cidade (SILVA, 2001, p. 36-37). Essa autora também apresenta informações relevantes no tocante ao início da carreira política de Alves:

A voz forte, às vezes agressiva, fazia-se ressoar em defesa de suas posições. Celestino foi um homem que viveu intensamente sua época e sua região. Os problemas do nordeste sempre o preocuparam. O olhar atento ao desenrolar dos acontecimentos da cidade, atua como complemento da história da comunidade. Celestino iniciou sua vida pública pelas mãos do Senador Dinarte Mariz, no partido da UDN, e nunca mais se afastou desse sistema político. Foi eleito Vereador, como segundo suplente, a 15 de novembro de 1966, com 183 votos. Com muita convicção do partido a que era filiado, ele fala de Dinarte como um grande homem, um grande benfeitor da humanidade (...) (SILVA, 2001, p. 35-36).

Quando Celestino Alves regressou definitivamente à Currais Novos, encontrava-se afastado dessa atividade – ao menos formalmente, como candidato –, voltando a candidatar-se algum tempo após o retorno¹². No entanto, tomando por base a afirmação acima e as evidências das fontes consultadas, pode-se dizer que, na prática, Alves era um membro desse grupo político próximo a Dinarte Mariz, sobre quem escreveu, inclusive. Conforme afirmado por Eliel Bezerra no *Diário de Natal*, ambos eram amigos de infância:

Celestino Alves mandou ao prelo mais um trabalho e já está circulando em Currais Novos. O menestrel do Seridó focaliza o senador Dinarte Mariz, de quem foi amigo desde a infância. Um dos versos diz: “Lá na pia batismal deram o nome de Dinarte, parece até que entregaram a ele um estandarte para defender a região com muita coragem e arte” (BEZERRA, 1984, p. 6).

As fontes jornalísticas permitiram constatar que fazia parte do mesmo grupo político, no ora extinto PDS, José Dantas¹³, prefeito de Currais Novos que contribuiu diretamente para o lançamento de *Retoques da História de Currais Novos* (1985), patrocinando 50% do valor da impressão que se deu pela Fundação José Augusto¹⁴ em parceria com a Prefeitura Municipal de Currais Novos. Sobre esse partido político, destaca-se o viés conservador e a

¹² BEZERRA, Eliel. Vereadores. **O Poti**. Natal, ano 31, n. 34, p. 24, 01 set. 1985; BEZERRA, Eliel. Vereadores. **Diário de Natal**. Natal, ano 48, n. 153, p. 6, 10 ago. 1988.

¹³ Isso foi observado em uma notícia que cita José Dantas enquanto suplente do delegado à convenção estadual do PDS. Ver: BEZERRA, Eliel. Convenção. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 66, p. 16, 12 abr. 1988.

¹⁴ Essa informação consta no campo da dedicatória e agradecimentos do livro, bem como nas seguintes notícias: BEZERRA, Eliel. Rápidas. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 189, p. 9, 27 set. 1985; BEZERRA, Eliel. Fatos. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 207, p. 16, 24 out. 1985; BEZERRA, Eliel. Semana. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 209, 26 out. 1985; BEZERRA, Eliel. Trivial. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 217, p. 16, 08 nov. 1985; BEZERRA, Eliel. Fatos. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 220, p. 15, 13 nov. 1985.

proximidade com o regime militar, tendo se originado como sucessor do ARENA¹⁵. Também foi possível constatar que Celestino Alves fora membro do Diretório Municipal do antigo ARENA em Currais Novos¹⁶.

Celestino Alves chegou a ser referido no *Diário de Natal* como “líder político local”¹⁷, observando-se nas notícias sua participação em eventos políticos ao lado de personalidades importantes do município e do estado do Rio Grande do Norte¹⁸. Tanto os jornais como também muitas passagens de suas próprias obras evidenciam a proximidade com essas pessoas. Por exemplo, quando uma notícia cita que ele esteve ao lado do prefeito José Dantas como representante da Sociedade dos Vaqueiros e Montadores do Seridó, para saudar os homenageados da vaquejada de 1987¹⁹. Outro exemplo relevante é que o prefácio de *Retoques da História de Currais Novos* (1985) tenha sido assinado pelo ex-governador José Cortez Pereira, que também realizou um discurso de apresentação na ocasião do lançamento²⁰. Nesse prefácio, o ex-governador refere-se ao autor como um “velho conhecido e amigo”, além de “compadre” (ALVES, 1985, p. 7). Já em 1983, o então deputado federal Agenor Maia assinou um comentário que constou no livro de poemas *O Nordeste e as Secas*, sendo assim, mais um contato no meio político. Ainda nesse sentido, é notório que Celestino Alves tenha publicado mais de uma obra pela Gráfica do Senado Federal, como é o caso desta que acaba de ser mencionada, bem como *Matutos e Tropeiros* (1989). Por sinal, quanto a esta última, ele esclarece no campo dos agradecimentos que a publicação foi possibilitada por intermédio dos

¹⁵ Ver: FIGUEIRA, Paulo. **Partido Democrático Social (PDS)**. Função Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democratico-social-pds>. Acesso em: 16 out. 2019.

¹⁶ DIÁRIO DE NATAL. Veterinário é diretor do Colégio Agrícola. **Diário de Natal**. Natal, ano 35, n. 9.790, p. 2, 15 mai. 1975.

¹⁷ DIÁRIO DE NATAL. Provável existência de urânio em Caicó. **Diário de Natal**. Natal, ano 35, n. 9.823, p. 1, 24 jun. 1975; DIÁRIO DE NATAL. Técnicos não falam de urânio no Seridó. **Diário de Natal**. Natal, ano 35, n. 9.823, p. 2, 24 jun. 1975.

¹⁸ Algumas das notícias que demonstram isso: DIÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO. Governador preside entrega das aposentadorias rurais. **Diário de Natal**. Natal, ano 32, n. 9.573, p. 3, 06 jun. 1972; DIÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO. Grandes festividades marcaram posse de prefeito em C. Novos. **Diário de Natal**. Natal, ano 33, n. 9.573, p. 3, 03 fev. 1973; DIÁRIO DE NATAL. Seridó vai homenagear o Governador do Estado. **Diário de Natal**. Natal, ano 35, n. 9.789, p. 2, 14 mai. 1975; DIÁRIO DE NATAL. Alfabetização teve show de violeiros. **Diário de Natal**. Natal, ano 35, n. 9.889, p. 2, 10 set. 1975.

¹⁹ BEZERRA, Eliel. Convite. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 110, p. 9, 13 jun. 1987; BEZERRA, Eliel. Homenagem. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 116, p. 6, 24 jun. 1987; BEZERRA, Eliel. Homenagem. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 130, p. 16, 14 jul. 1987; BEZERRA, Eliel. Homenagem. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 134, p. 9, 18 jul. 1987.

²⁰ São muitos os exemplares que contêm informes quanto a isso, visto que o lançamento desse livro foi amplamente divulgado. As notícias, por sinal, parecem destacar a presença de José Cortez Pereira enquanto um aspecto relevante do evento. Algumas delas: BEZERRA, Eliel. Rápidas. **O Poti**. Natal, ano 31, n. 39, p. 22, 05 out. 1985; BEZERRA, Eliel. Rápidas. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 189, p. 9, 27 set. 1985; BEZERRA, Eliel. Fatos. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 207, p. 16, 24 out. 1985; BEZERRA, Eliel. Fatos. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 215, p. 16, 06 nov. 1985; BEZERRA, Eliel. Trivial. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 217, p. 16, 08 nov. 1985.

senadores José Agripino Maia e Lavosier Maia Sobrinho, aos quais atribuiu “elevado espírito patriótico e cultural” (ALVES, 1989, p. 166).

A participação de muitas personalidades importantes no Congresso Nacional de Cantadores de Viola organizado por Celestino Alves também mostra essa relação. É possível ver que ele estava articulado com pessoas não só da política, uma vez que, além do governo estadual e da prefeitura, o congresso contou com o apoio de outros setores da sociedade – Fundação José Augusto, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, comércio e indústria de Currais Novos —²¹. Destaca-se que Alves presidiu a Associação Estadual de Poetas Populares do Rio Grande do Norte, através da qual coordenou outras edições deste evento. Foi eleito em 1987 e tomou posse em 1988²², e é possível afirmar que ele esteve vinculado a essa associação desde seu início, visto que participou da reunião para elaboração de seu estatuto em 1975²³, informação corroborada também por Silva (2001, p. 34).

Assim, é importante considerar que este cargo implicava a articulação com muitos setores da sociedade, procurados especialmente para cumprir o objetivo de angariar recursos, visando o desenvolvimento de atividades como o mencionado congresso. Nessas circunstâncias, como presidente da associação, chegou mesmo a ir à Brasília dialogar com o então ministro da cultura José Aparecido de Oliveira e com o deputado Iberê Ferreira de Souza²⁴. Aparentemente, Celestino Alves teve sucesso com as articulações em prol dessas atividades, visto o enaltecimento do resultado de seu trabalho no cargo:

Com o apoio, esforço, coordenação e conhecimento do escritor e folclorista Celestino Alves, Currais Novos tornou-se um centro valorativo de Cordelistas, Trovadores e Cantadores de Viola. Anualmente há uma grande promoção. Hoje mesmo começa na tão agradável cidade seridoense o IV Congresso Nacional de Cantadores Repentistas, que será aberto às 20 horas com duplas de violeiros, das quais três serão classificadas (MACEDO, 1989, p. 2).

As notícias sobre sua produção literária também acabam por apontar relações importantes. Por exemplo, ao publicar o livro *Doutor Tancredo Neves: uma vida pela*

²¹ BEZERRA, Eliel. Laureados. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 237, p. 6, 17 dez. 1986.

²² Consta em: BEZERRA, Eliel. Destaques. **O Poti**. Natal, ano 31, n. 51, p. 20, 13 dez. 1987; BEZERRA, Eliel. Posse. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 03, p. 6, 06 jan. 1988. Não é possível afirmar quando ele deixou o cargo, devido à limitação das fontes. Pode-se dizer, no entanto, que ele ainda o ocupava em 1989, ano até o qual se pôde verificar. Foram encontradas as seguintes notícias mencionando suas atividades na associação neste ano: BEZERRA, Eliel. Informes. **Diário de Natal**. Natal, ano 48, n. 50, p. 12, 17 mar. 1989; BEZERRA, Eliel. Fatos. **Diário de Natal**. Natal, ano 48, n. 51, p. 12, 18 mar. 1989; BEZERRA, Eliel. Congresso. **Diário de Natal**. Natal, ano 50, n. 91, p. 12, 18 mai. 1989; MACEDO, Paulo. Cantadores repentistas. **Diário de Natal**. Natal, ano 51, n. 220, p. 2, 05 dez. 1989; MACEDO, Paulo. **Diário de Natal**. Natal, ano 51, n. 222, p. 2, 07 dez. 1989.

²³ DIÁRIO DE NATAL. Associação dos violeiros prepara seus estatutos. **Diário de Natal**. Natal, ano 36, n. 9.933, p. 2, 04 nov. 1975.

²⁴ BEZERRA, Eliel. Congresso. **Diário de Natal**. Natal, ano 50, n. 91, p. 12, 19 mai. 1989.

democracia em 1985, segundo uma notícia de 03 de maio deste ano, conseguiu que o Presidente José Sarney prestigiasse o lançamento nacional²⁵.

A ocasião na qual se deu o lançamento de *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) também é notória nesse sentido. Trata-se de um evento de destaque, que foi realizado no período dos festejos da padroeira de Currais Novos, Nossa Senhora Sant'Ana. Organizado pelo colunista Eliel Bezerra, a “Noite Especial”, como foi nomeado, reuniu personalidades relevantes do município e do estado:

As mais expressivas figuras dos meios políticos, sociais, econômicos e representativos lá estavam, inclusive o Governador do Estado, ex-governadores, Reitor, Deputados Federais, Estaduais, jornalistas e nomes conhecidos na sociedade natalense e de todo o seridó. O jantar da AABB, com buffet de alta categoria de José Milton Medeiros, com cerimonial conduzido pelo próprio Eliel e presidido pelo Governador Radir Pereira obteve excelente desempenho. Depois, no Aeroclube, o show de José Augusto, a presença da Miss-RN-86 e outras atrações artísticas e sociais complementaram o êxito do duplo evento agora a repercutir em todo o Estado (MACEDO, 1986, p. 2).

Vaqueiros e Vaquejadas (1986) esteve entre os livros lançados nesse evento, contando com ampla divulgação²⁶. Entende-se que a possibilidade de lançar seu trabalho nessas circunstâncias é mais um indicativo do quanto o autor era próximo às pessoas de relevância na sociedade currais-novense, fazendo também parte desse grupo. Os destaques da festa publicados no *Diário de Natal* trazem a informação de que “o autor concedeu centenas de autógrafos, sendo muito prestigiado” (MACEDO, 1986, p. 2).

Evidencia-se, com base no exposto, quão bem articulado era o autor com a esfera política currais-novense/potiguar, chegando mesmo a interagir com personalidades importantes a nível nacional. Vê-se que essa interação possuía significativa ligação com sua atividade voltada para a esfera cultural, não apenas como escritor, mas também a partir de vínculos institucionais. Isso fica claro, por exemplo, a partir de sua atuação como presidente da Associação Estadual de Poetas Populares do Rio Grande do Norte e Sociedade dos Vaqueiros e Montadores do Seridó. Tendo isso em vista, busca-se, a seguir, aprofundar a investigação quanto a essa atuação de Celestino Alves na esfera cultural, especialmente no tocante ao contato com outros escritores.

²⁵ BEZERRA, Eliel. Trivial. **Diário de Natal**. Natal, ano 46, n. 86, p. 15, 03 mai. 1985.

²⁶ São muitas as notícias com menção ao lançamento de *Vaqueiros e Vaquejadas* entre as atividades programadas para a “Noite Especial”. Para citar algumas: BEZERRA, Eliel. Livro. **O Poti**. Natal, ano 31, n. 25, p. 24, 22 jun. 1986; BEZERRA, Eliel. Noite Especial. **O Poti**. Natal, ano 31, n. 26, p. 24, 29 jun. 1986; BEZERRA, Eliel. Vaquejada. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 125, p. 16, 05 jul. 1986; BEZERRA, Eliel. New Faces. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 126, p. 20, 08 jul. 1986; BEZERRA, Eliel. Noite. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 131, p. 16, 15 jul. 1986; MACEDO, Paulo. Vaqueiros e Vaquejadas. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 135, p. 2, 19 jul. 1986; MACEDO, Paulo. A festa de Eliel. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 135, p. 2, 19 jul. 1986.

1.3 Contato com outros escritores

Uma boa forma de iniciar esta investigação é observando os prefácios, apresentações, dedicatórias e agradecimentos das obras de Celestino Alves. Como se viu no caso dos políticos José Cortez Pereira, Agenor Maia, José Dantas, José Agripino Maia e Lavosier Maia Sobrinho, esses elementos das publicações são muito pertinentes para identificar essas relações.

Em *Matutos e Tropeiros* (1989) consta uma apresentação feita por Umberto Peregrino. Esse natalense dedicou-se à produção cultural e literária com enfoque no Exército Brasileiro, sendo, inclusive, diretor da Biblioteca do Exército e mantendo relações com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (BENTO, 2003). Uma notícia de 1986 permite observar que o contato entre ele e Celestino Alves já estava estabelecido algum tempo antes do lançamento da obra cuja apresentação assinou:

O escritor Umberto Peregrino, dirigente da Casa de Cultura São Saruê, no Rio de Janeiro, enviou ao poeta Celestino Alves, correspondente em que registra o recebimento do livro “Vaqueiros e Vaquejadas”, onde enfatiza: “Li Vaqueiros e Vaquejadas”. É obra única do gênero. No fundo um precioso documentário. Que riqueza de dados e informações sobre a vaquejada você reuniu (...) (BEZERRA, 1986, p.16).

Já o prefácio foi assinado por Olavo de Medeiros Filho, escritor natural de Caicó/RN que muito se destacou. Escreveu muitas obras sobre o Seridó potiguar, sendo considerado um genealogista e memorialista. Era também membro de muitas instituições, dentre elas o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte²⁷. Nesse prefácio, Medeiros Filho apresenta Celestino Alves como uma “revelação literária que Currais Novos tem a honra de possuir”, assim como um “profundo conhecedor do mundo sertanejo” (ALVES, 1989, p. 7). Ele também prefaciou *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) e, além de constar aí outro enaltecimento do trabalho de Celestino Alves, referiu-se a ele como “o amigo Celestino”, a quem parabenizou “por mais esse serviço prestado à terra seridoense” (ALVES, 1986, p. 3-5). Medeiros Filho foi citado nesse livro como parente²⁸ e amigo de Celestino Alves: “Encontramos referências, no inventário de Domingos Alves dos Santos, processado em 1793, no Caicó, isto no livro Velhos Inventários do Seridó, escrito pelo nosso parente e amigo, Olavo de Medeiros Filho, no livro Velhas Famílias do Seridó, também de Olavo (...)”

²⁷ DICIONÁRIO de Escritores Norte-rio-grandenses. **Olavo de Medeiros Filho**. Disponível em: <http://escritoresdorn.com.br/autor.php?autor=Olavo%20de%20Medeiros%20Filho>. Acesso em: 14 out. 2019.

²⁸ O autor não especifica o grau de parentesco, e não foram obtidas informações quanto a esse detalhe.

(ALVES, 1986, p. 132). Assim, vê-se que eram próximos e que houve contato de Celestino Alves com a produção desse outro seridoense.

No que tange a outros nomes citados por Celestino Alves, também se verificam menções a Eloy de Souza e Luís da Câmara Cascudo em *Vaqueiros e Vaquejadas*. O primeiro foi mencionado quanto à sua afirmação sobre a existência de uma época que deveria ser chamada de “vara de ferrão” (ALVES, 1986, p. 13). Já o segundo, sobre suas considerações quanto ao início das vaquejadas:

O Mestre Cascudo pesquisou em Portugal e Espanha e não encontrou vestígios de que houvesse derrubada de boi pelo rabo. Informa também o Mestre Cascudo que Henry Koster viajou a cavalo, em 1810, do Recife a Fortaleza e não viu vaquejada, viu DERRUBADA DE VARA DE FERRÃO; diz ainda o Mestre Cascudo que não conhece registro de vaquejada anterior a 1870 (ALVES, 1986, p. 13).

Nesse caso, o autor não citou os trabalhos aos quais se referia, diferentemente da passagem em que especifica os livros de Olavo de Medeiros Filho. Como as obras não apresentam lista de referências bibliográficas, torna-se difícil identificar quais textos específicos ele leu. Quanto a Eloy de Souza, sabe-se que a temática sertaneja é uma constante em sua obra, sendo ele também um admirador das vaquejadas (MADRUGA, 2018), o que possibilita pensar que Celestino Alves leu esses trabalhos. Em relação a Câmara Cascudo, provavelmente *Vaqueiros e Cantadores* (1984) e *A vaquejada nordestina e sua origem* (1976) foram obras de seu interesse, devido à proximidade temática.

Não é possível afirmar, a partir das fontes consultadas nesta pesquisa, se Celestino Alves manteve algum contato direto com Eloy de Souza e Câmara Cascudo. Como ambos são figuras de destaque entre os letrados norte-rio-grandenses, é possível que a relação seja limitada à admiração e contato com seus escritos. De todo modo, no caso do “Mestre Cascudo”, vê-se que se tratava de uma grande influência para o escritor currais-novense. Ele foi citado também em *Matutos e Tropeiros* (1989):

Eu acredito que naquela época enterrou-se muita gente viva. Câmara Cascudo conta que em 1877, em Mossoró, houve caso de durante o percurso de um enterro, morrerem 7 pessoas, isto é, saírem acompanhando um enterro, 15 pessoas e só chegar no Cemitério 8, morreram 7 durante o percurso, eu acho que esse povo a maioria era enterrado vivo (ALVES, 1989, p. 139).

Nos jornais se verificam notícias que revelam o apreço que Celestino Alves destinava a Câmara Cascudo. Por exemplo, vê-se que ele participou de um festival de violeiros em homenagem à memória do “Mestre”, realizado em Natal, com organização da Fundação José

Augusto e da Associação Estadual de Poetas Populares²⁹. Outra notícia comenta a ida de Alves à Natal especialmente para ver o Memorial Câmara Cascudo, ocasião na qual se referiu a este autor como o “mais importante homem de letras do nosso Estado”:

Celestino Alves veio a Natal especialmente para ver o Memorial Câmara Cascudo e voltando a Currais Novos mandou sua mensagem. Vejamos: – “Meu Caro Paulo Macedo. Quero parabenizá-lo pela grande iniciativa e realização em homenagem ao mais importante homem de letras do nosso Estado, Luís da Câmara Cascudo. (...) Aí está o grande Mestre da cultura, eternizado no bronze, ali onde Natal nasceu e perto de onde nasceu e viveu. Cascudo fez Natal conhecida no mundo com a sua inteligência e a sua história. Assim, Paulo, você tem a admiração de todos os potiguares e o respeito das gerações futuras (...)” (MACEDO, 1987, p.2).

No aniversário desse memorial, em 1988, o *Diário de Natal* publicou as “palavras de algumas personalidades expressivas que manifestaram apoio e reconheceram a grandeza da obra”. Entre elas, estavam as do escritor currais-novense, por meio das quais novamente ele enfatizou a relevância de Câmara Cascudo para o Rio Grande do Norte:

CELESTINO ALVES: “A decisão da Fundação José Augusto, por iniciativa de Paulo Macedo, reverenciando o Mestre da cultura e da Inteligência, eternizado agora no bronze, junto ao local onde a cidade nasceu, só pode é merecer o respeito e a consideração de todos os potiguares” (MACEDO, 1988, p. 2).

Por fim, essa admiração também é perceptível nos versos que Celestino Alves escreveu em homenagem ao “Mestre”. Um de seus poemas foi publicado no *Diário de Natal*, por ocasião da passagem do aniversário de um ano do memorial em homenagem a Cascudo:

O escritor e poeta curraisnovense Celestino Alves, com muita dedicação em toda sua vida ao cordel, me manda o seu último trabalho nesse setor, inteiramente em homenagem a Luís da Câmara Cascudo, na passagem do primeiro aniversário do Memorial que simboliza o Mestre de Natal. Diz Celestino: “Um gênio do Século Vinte, – deve ser denominado, – o tempo que Deus lhe deu, – todo foi aproveitado, – não perdeu um só minuto, – por seu trabalho ímpoluto, – foi um ser agigantado. – Teve tempo de estudar, – teve tempo para ler, – tempo para ensinar, – tempo para escrever, – tempo para a boemia, – parece até que sabia, – fazer o tempo render” (MACEDO, 1988, p. 2).

Outro, com o sugestivo título de *No Rio Grande do Norte ninguém supera Cascudo*, está no livro *O Nordeste e as Secas* (1983). O que esse poema põe em evidência é de grande relevância para os interesses desta pesquisa, uma vez que é verificado o enaltecimento do trabalho de Luís da Câmara Cascudo como historiador. Isso demonstra que, muito provavelmente, a produção das obras de Celestino Alves sobre a história local recebeu forte influência do “Mestre”, em seu dizer, insuperável:

É dele a pena mais forte,

²⁹ BEZERRA, Eliel. Festival. **O Poti**. Natal, ano 31, n. 08, p. 16, 15 fev. 1987.

é célebre historiador,
foi notável professor,
no Rio Grande do Norte,
é homem de alto porte,
calmo, sereno e sisudo,
cada livro é um escudo,
onde a história se estriba,
ninguém quebra sua giba,
ninguém supera Cascudo.

É um historiador,
dos mais notáveis do mundo,
de conhecimento profundo,
vulto de grande valor,
o velho comendador,
é seguro em seu estudo,
não adianta graúdo,
querer mexer com seu porte,
no Rio Grande do Norte,
ninguém supera Cascudo.

Nem mesmo a morte retira,
Cascudo da nossa história,
porque a sua memória,
o mundo inteiro admira,
o espelho que ele mira,
parece lhe mostrar tudo,
não adianta taludo,
querer mexer com seu porte,
no Rio Grande do Norte,
ninguém supera Cascudo (ALVES, 1983, p. 58).

Por fim, em *Retoques da História de Currais Novos* (1985), outros trabalhos citados são *Os Holandeses no Rio Grande* (1937), do religioso Monsenhor Paulo Herôncio de Melo, e *A História do Rádio no Rio Grande do Norte* (1984), de José Airton de Lima. Cabe ressaltar que em alguns momentos o autor tece críticas a versões apresentadas em trabalhos anteriores sobre a história currais-novense, buscando refutá-las, mas não cita de maneira específica a quais autores está se referindo.

Outros contatos no meio literário são verificados por meio dos jornais. A começar quando se observa a participação de “intelectuais de todo o Estado”³⁰ no júri de um evento do qual o poeta era organizador – a primeira edição do Congresso Nacional de Cantadores, Repentistas, Coquistas, Escritores Cordelistas e Xilogravuristas –. A ocasião reuniu nomes do cenário literário na qualidade de jurados e também de participantes dos concursos de poesia³¹.

³⁰ MACEDO, Paulo. Congresso Nacional de Cantadores. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 237, p. 6, 17 dez. 1986.

³¹ Algumas das notícias que mencionam essas características do evento organizado por Celestino Alves, quando vinculado à Associação Estadual de Poetas Populares do Rio Grande do Norte: MACEDO, Paulo. Congresso. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 233, p. 2, 11 dez. 1986; BEZERRA, Eliel. Laureados. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 237, p. 6, 17 dez. 1986; BEZERRA, Eliel. Cordelistas. **Diário de Natal**. Natal, ano 48, n. 181, p. 16, 13 set. 1988.

Também se verifica a troca de correspondência com Veríssimo de Melo, escritor natalense de destaque – folclorista, professor de etnografia, de filosofia, de antropologia cultural, diretor do Museu Câmara Cascudo, presidente do Conselho Estadual de Cultura e membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras – (MEDEIROS, 2011). No *Diário de Natal*, diz-se que Veríssimo de Melo havia elogiado o cordel de Celestino Alves sobre Tancredo Neves, além de tê-lo agradecido pelo livro sobre Currais Novos que lhe fora enviado³². Outra notícia, de 1986, fala de uma visita de Itamar Souza ao poeta. Embora o texto não especifique, é possível que se trate do autor de *A República Velha no Rio Grande do Norte* (1989), sociólogo, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, além de membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras (BARROS, 2011).

Outro escritor identificado é o paraibano Orlando Tejo. Ele prefaciou o livro de poemas *O Nordeste e as Secas* (1983), indicando proximidade com Celestino Alves ao descrevê-lo como um “amigo de Currais Novos”. Diz ele ainda:

Que se veja este livro pela óptica da realidade cruenta e apavorante, tão espontaneamente esboçada pela alma pura de Celestino Alves, este sertanejo legítimo de cuja amizade tenho a grande honra de privar. Celestino Alves é um raro exemplar de uma qualidade de gente que está em extinção. Um homem puro, uma alma nobre (ALVES, 1983, p.5).

Joabel Rodrigues de Souza, professor que também se dedicou à produção de obras sobre a história de Currais Novos, aparentemente, também esteve entre os escritores com quem Celestino Alves conviveu. É o que indicam três notícias encontradas no *Diário de Natal*: uma fala da contribuição dada por Alves ao doar documentos antigos para uma exposição histórica organizada por Joabel Rodrigues, evento em comemoração aos 67 anos de emancipação municipal³³; outra os mostra envolvidos em um projeto idealizado pelo então prefeito Irani Soares de Araújo para a elaboração do *Jornal do Seridó*, um periódico que circularia na festa da padroeira Sant’Ana visando homenagear os “filhos de Currais Novos”³⁴; já a terceira os cita enquanto participantes do I Simpósio sobre a história de Currais Novos, promovido pela Prefeitura e Universidade Federal do Rio Grande do Norte em comemoração aos 69 anos do município³⁵. Identifica-se também a relação com os professores Gumercindo Fernandes de Amorin (currais-novense que lecionava em Souza/PB, tendo-se notícia que corrigiu um dos livros de Celestino Alves)³⁶ e Manuel Reis³⁷.

³² BEZERRA, Eliel. Veríssimo. *Diário de Natal*. Natal, ano 47, n. 109, p. 9, 13 jun. 1986.

³³ BEZERRA, Eliel. Visita. *Diário de Natal*. Natal, ano 47, n. 229, p. 16, 03 dez. 1987.

³⁴ BEZERRA, Eliel. Fatos. *Diário de Natal*. Natal, ano 50, n. 129, p. 16, 20 Jul. 1989.

³⁵ BEZERRA, Eliel. Simpósio. *Diário de Natal*. Natal, ano 51, n. 218, p. 9, 01 dez. 1989.

³⁶ BEZERRA, Eliel. Gumercindo. *O Poti*. Natal, ano 31, n. 05, p. 16, 03 fev. 1985.

Observa-se que Celestino Alves também participou ativamente como convidado em eventos relevantes no âmbito cultural. Foi, por exemplo, palestrante na Semana do Folclore de Currais Novos em 1985³⁸ e debatedor no I Simpósio sobre a história de Currais Novos³⁹. Outro dado importante é o fato de ter sido agraciado com o título de “Amigo do Rio Grande do Norte” pela diretoria da Casa do Rio Grande do Norte em Pernambuco que, segundo publicado por Eliel Bezerra no *Diário de Natal*, propunha “dimensionar a cultura potiguar, promovendo o conagraçamento da colônia radicada em Recife” (BEZERRA, 1987, p. 9).

Por fim, as opiniões do autor sobre a história local também chegaram a circular no *Diário de Natal*, especialmente após ser lançado *Retoques da História de Currais Novos* (1985). Vê-se um exemplo no trecho abaixo, publicado em 1986, um ano após o lançamento de seus “retoques” na história currais-novense:

Celestino Alves não concorda com a Associação das ex-alunas do Educandário Jesus Menino que deseja tombar a fazenda São Rafael como a mais velha do município de Currais Novos. Celestino, pesquisador da história de sua terra, com dois livros publicados e dois para ir ao prelo, garante que a fazenda da Dorna é a mais antiga e a primeira habitada. Depois dela, figura, na opinião do escritor, Juazeiro Grande, Cacinba da Pá e Totoró. A Dorna pertenceu ao coronel Alexandre Rodrigues da Cruz (BEZERRA, 1986, p. 16).

Já em 1987, ele apareceu opinando sobre a origem de um monumento da cidade:

Segundo o poeta Celestino Alves, o “Cruzeiro” existente na Pedra do Navio representa a passagem do século e não o marco da fundação de Currais Novos. Foi colocado em frente à matriz de Santana, em 1900, pelo Padre Luís Marinho e em 1930 levado em procissão para aquela elevação, pelo padre Ulysses Maranhão (BEZERRA, 1987, p. 24).

Essas constatações permitem afirmar que Celestino Alves era uma figura pública de considerável relevância na esfera cultural não só de Currais Novos, mas do Rio Grande do Norte. A proximidade com outros escritores é notória e sua produção escrita era reconhecida e divulgada – embora se possa levar em conta, quanto a este ponto, a relação partidária com o jornalista que mais escreve sobre ele, o que certamente contribuiu para que tivesse espaço no *Diário de Natal* e *O Poti* –. De qualquer modo, importa ter em conta que sua produção escrita contava com uma significativa rede de apoio – contatos com políticos e outros homens de letras –, cabendo discutir adiante as motivações e condições de possibilidade para a produção de três obras sobre a história local por parte desse sujeito.

³⁷ Não se dispõe de outras informações sobre essa pessoa. Sabe-se que é professor porque ele assim se identifica ao assinar um comentário em um dos livros de poemas de Celestino Alves, *O Nordeste e as Secas* (1983).

³⁸ BEZERRA, Eliel. Fatos. *Diário de Natal*. Natal, ano 46, n. 164, p. 9, 22 ago. 1985.

³⁹ BEZERRA, Eliel. Simpósio. *Diário de Natal*. Natal, ano 51, n. 218, p. 9, 01 dez. 1989.

1.4 Um erudito e a produção da história local

A partir do exposto até aqui, defende-se que o perfil de Celestino Alves se aproxima do que se pode conceber como um erudito, tipo de produtor de conhecimento que, no Nordeste brasileiro, alcançou longevidade excepcional até meados do século XX (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005, p. 20). Isso porque o trabalho com as letras parece corresponder a algo como um acréscimo, uma distinção para alguém que exercia outras funções em termos de profissão. Esse interesse pelo conhecimento voltado para o deleite pessoal e distinção social é uma característica marcante desse tipo de sujeito, normalmente de formação autodidata, “um amador e amante daquilo que fazia” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005, p. 9).

Além disso, nota-se que o lugar social do autor é marcado pelo alinhamento e proximidade com políticos tradicionais, por meio dos quais obteve ajuda para a viabilização de algumas de suas publicações, o que corresponde ao financiamento do qual o erudito geralmente precisa, obtendo-o por estar próximo às elites dirigentes. Esta é uma relevante forma de sociabilidade para esse tipo de sujeito: “Quando não estava ligado a instituições tradicionais de produção e distribuição de sentidos (...), representava os setores mais ligados às atividades rurais ou a elas vinculados no âmbito do aparelho de Estado” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005, p. 16).

Acrescenta-se ainda a essas características o fato de que a pessoa e seu trabalho não se desligam: “Sua vida era escrever e, em grande medida, escrever sobre o que vivia. Experiências íntimas e interesses privados se misturavam com sua atividade pública de escritor, poeta, historiador, etc.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005, p. 15). Esta característica fica nítida quando se observam os temas sobre os quais Celestino Alves escreveu, como as homenagens a pessoas que alegava admirar, além de assuntos relacionados à sua vivência, pois, como atesta Silva (2001, p. 41-42): “O amor pelo Nordeste e por Currais Novos se reflete nos temas de toda a sua produção”. Ainda segundo a autora, “Celestino Alves foi um amante da história de sua terra, tanto como escritor, como leitor e pesquisador” (SILVA, 2001, p. 44). Vê-se a força dessa influência das experiências de sua trajetória, por exemplo, nos livros *Matutos e Tropeiros* (1989) e *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) que remetem, respectivamente, ao ofício exercido por membros de sua família e a uma atividade que apreciava e participava como locutor. Assim, nota-se que os temas aos quais o autor se dedicou, para além da curiosidade intelectual, conferem valores que legitimam um lugar de pertencimento a uma elite econômica, política e das letras.

Há um ponto importante no que se refere ao entrelace desse perfil erudito com o interesse em pesquisar e escrever sobre a história local: o acentuado interesse pela temporalidade passada caracterizado por uma “nostalgia romântica” que geralmente está presente nos escritos produzidos pelos eruditos, nos quais se observa a valorização de noções como tradição, costumes e hábitos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005, p. 17). É possível identificar o enaltecimento dessas noções em muitos aspectos da obra de Celestino Alves, além de algumas ocasiões nas quais ele é expresso como, por exemplo, em uma fala concedida ao jornal *Diário de Natal* em 1988:

Ao justificar o projeto “Cordel e Repente”, onde se insere o congresso, lembrou que a literatura de cordel e a cantoria de viola são as mais profundas raízes da cultura popular. Ambas têm sobrevivido pela persistência de seus protagonistas, todos empenhados na luta de preservar o que é importante e valioso em termos de cultura para a sociedade (DIÁRIO DE NATAL, 1988, p. 6).

Outra evidência disso é encontrada no poema *O Matuto*, no qual se fala em um “costume nordestino” que estaria morrendo por causa do desenvolvimento:

Este herói do sertão,
não foi uma ficção,
existiu mesmo em verdade.
O burro era o caminhão,
a carreta, o vagão,
que abastecia a cidade.

As estradas do sertão
enchou-se de caminhão
para expulsar o matuto.
Foi o desenvolvimento,
que entrando lerdo e lento
deixou o sertão de luto.

(...) Meu sertão está de luto,
pois acabou-se o matuto,
boiadeiro e tangerino.
Pois neste País de louco,
vai morrendo pouco a pouco
o costume nordestino. (...) (ALVES, 1989, p. 26).

Outro poema de sua autoria demonstra esse enaltecimento de um passado, nesse caso, em relação às antigas vaquejadas sobre as quais escreveu no livro de 1986:

Nesse tempo no sertão,
o doutor não existia,
na festa de apartação,
só o vaqueiro corria.

Hoje tudo tá mudado,
vaquejada é um lazer,
o vaqueiro pega o gado,

pra ver o doutor correr.

(...) A vaquejada mudou,
da fazenda pra cidade,
apartação se acabou,
deixando muita saudade (...) (ALVES, 1986, p. 90).

Tal olhar nostálgico para o passado provavelmente é um fator associado ao interesse de Celestino Alves por história, especialmente a história local. Observando o que o próprio Celestino Alves chegou a dizer sobre o que motivou sua produção, verificam-se em *Matutos e Tropeiros* (1989) e *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) críticas aos historiadores profissionais por estes não se interessarem pelos temas abordados nessas obras. Desse modo, o autor menciona um desejo de preencher as lacunas sobre temas que considera relevantes para a história local:

Tem por finalidade preservar uma grande página da nossa história, que não foi escrita pelos historiadores. Talvez por displicência, descuido, falta de curiosidade, ou, quem sabe, pelo difícil acesso aos sertões longínquos, por onde andavam os matutos e os tropeiros (...). Deus ajude que este trabalho forneça algum subsídio para o começo de um estudo da história dos sertões deste imenso Brasil, por alguém que tenha mais condições do que eu e que nessa história se inclua os matutos e os tropeiros (ALVES, 1989, p. 9).

Esse livro é o começo de um trabalho que tem por finalidade mostrar a beleza histórica e folclórica criadas pelos nossos vaqueiros, heróis anônimos, verdadeiros desbravadores dos sertões, primitivos povoadores da nossa Região, de quem tão pouco se tem falado e quase nada se tem escrito a seu respeito (ALVES, 1986, p. 7).

Em *Retoques da História de Currais Novos* (1985) também se nota a presença desse olhar nostálgico para o passado, com ele se voltando principalmente para as elites sobre as quais se discorre em grande parte do livro:

Este livro, fruto de um trabalho puramente de pesquisas, através dos anônimos guardadores da história, é uma homenagem que presto à minha Cidade e às famílias que, com tanto amor e carinho a construíram, legando-nos um passado digno, cheio de brio e de honradez, por isto a nos exigir um presente a altura do seu passado e um futuro que não nos decepcione. Currais Novos, tua história é tão cheia de encanto e de beleza, que mergulhar no teu passado, é como que banhar-se nas águas bentas de São João, que nossos ancestrais acreditavam, que se banhando na madrugada de São João, em qualquer rio ou açude ficavam curados de qualquer doença, da pele ou da alma (ALVES, 1985, p.11).

De tal modo, os retoques do autor na história municipal apresentam-se dotados de características próximas a um perfil reconhecidamente comum em produções tidas como histórias locais. Joana Neves (1997) o descreve, identificando nele a característica do personalismo:

versão doméstica da história oficial, dos grandes homens. Quantas obras, rotuladas de histórias locais, não são apenas listagem de cidadãos ilustres, nascidos naquele lugar (mesmo que daí tenham saído crianças e nunca mais retornado)? E o que dizer

das histórias de municípios, que apenas fazem a cronologia das gestões administrativas e, de preferência, dos prefeitos do partido que está no poder? (NEVES, 1997, p.24).

É interessante notar que, com exceção de *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986), lançada pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, as publicações das duas outras obras analisadas estão vinculadas às relações políticas do autor. Este fator se torna importante para se pensar em como os políticos responsáveis por essas viabilizações são nelas apresentados, tendo-se nisso um dado que não pode deixar de ser considerado ao se falar nas condições de produção aqui discutidas.

No caso de *Matutos e Tropeiros* (1989), tem-se no espaço dos agradecimentos a menção ao “elevado espírito patriótico e cultural” dos senadores que juntaram suas cotas de publicação na Gráfica do Senado, possibilitando a impressão:

Quero, num gesto de reconhecimento, agradecer aos Senhores Senadores: José Agripino e Lavosier Maia Sobrinho, que, vendo, não o mérito do autor, mas a importância do trabalho em preservar uma página histórica e cultural, das muitas que estão quase morrendo em nosso País. Num gesto de elevado espírito patriótico e cultural, juntaram suas cotas, direito que dispõe na Gráfica do Senado, para publicidades de relevantes interesses nacionais, e, vendo neste modesto trabalho uma dessas prioridades, mandaram editá-lo para que os nossos pósteros leitores e pesquisadores pudessem ler e pesquisarem o nosso matuto e o nosso tropeiro no seu trabalho e na sua história (ALVES, 1989, p. 166).

Já em *Retoques da História de Currais Novos* (1985), o prefeito José Dantas foi apresentado nos agradecimentos como aquele que “em toda a história de Currais Novos, está sendo o prefeito mais esforçado pelo movimento cultural do Município” (ALVES, 1985, p. 10) e “o mais dinâmico Prefeito que já vi” (ALVES, 1985, p. 134). Na cronologia administrativa currais-novense contida na obra, ele ganhou notório destaque, enfatizando-se, abaixo de sua fotografia, sua colaboração com a publicação. Esse apoio da Prefeitura, por sinal, apareceu constantemente nos jornais consultados, podendo-se pensar em interesses no tocante a mostrar aos currais-novenses empenho do então prefeito em prol do conhecimento sobre o município.

É relevante que *Retoques da História de Currais Novos* (1985), cujas relações com os vínculos políticos estão fortemente evidenciadas, seja entre as três obras a que mais se aproxima do perfil personalista apontado por Neves (1997). As limitações quanto a detalhes de como se deram as articulações para concretizar o acordo levam à necessidade de se pensar em alternativas quanto ao que pode ter ocorrido. Não se sabe se o livro foi encomendado ou se o autor procurou o patrocínio por parte da Prefeitura, mas é provável que se trate da segunda opção, já que o custeio não foi de todo o valor da edição. Também se sabe, pelo

campo das dedicatórias e agradecimentos, que, para realizar a publicação pela Fundação José Augusto, Celestino Alves foi apresentado pelo ex-governador José Cortez Pereira a Valério Mesquita, então presidente da Fundação (ALVES, 1985, p. 9). No *Diário de Natal* consta uma notícia que parece se tratar dessa ocasião⁴⁰.

Nesse caso, entende-se ser plausível pensar em uma confluência de interesses, de modo que o autor, a partir de suas motivações pessoais/intelectuais – o apreço pela erudição e a inquietação quanto à inexistência de pesquisas sobre temas que lhes eram caros – usufruiu de seu capital social, no sentido de “posse de uma rede durável de relações” ou “vinculação de um grupo”, como define Pierre Bourdieu (2007, p. 65), para viabilizar sua produção. Por parte dos políticos envolvidos, cogita-se a preocupação no tocante aos usos do passado na cultura política, pois, como se viu, a forma como são mencionados nas obras acaba por corroborar para a divulgação de uma imagem positiva desses sujeitos, o que consiste em um tipo de esquema de troca de favores.

A interpretação aqui formulada associa a forma como o erudito utiliza suas relações com as elites dirigentes em prol de seu trabalho com as letras e os interesses dessas elites em uma narrativa personalista e enaltecadora do passado. No caso de *Retoques da História de Currais Novos* (1985) tem-se um exemplo expressivo disso, por tratar-se de uma obra voltada para falar especificamente do passado da própria cidade e das elites políticas que a dirigiram, bem como as que a dirigiam naquele momento. Nesse caso, não só o passado se torna objeto de atenção, mas também a expectativa referente ao agora e ao porvir, como se evidencia no trecho em que Celestino Alves menciona a necessidade de um presente e um futuro a altura daquele passado cheio de “brio e honradez” (ALVES, 1985, p. 11), ilustrando esse ponto relevante das culturas políticas para o qual alerta Bernstein (1998).

Ficam expostas, então, as considerações no que diz respeito a esse lugar de produção de onde parte a obra de Celestino Alves. Um lugar associado ao poder político, notando-se também a relação com outros nomes relevantes do campo literário. Isso permite, então, pensar no vínculo de sua produção com interesses existentes na esfera política, além de revelar as possíveis influências que a escrita da história local empreendida por este autor recebeu das produções desses outros escritores com os quais travou algum contato. Ambos os aspectos são aprofundados na discussão que compõe o segundo capítulo deste trabalho, no qual serão analisados os procedimentos que compõem a prática de pesquisa de Celestino Alves, bem como a elaboração discursiva de sua escrita. Ao investigar o modo como o autor produz a

⁴⁰ MACEDO, Paulo. *Diário de Natal*. Natal, ano 46, n. 109, p.2, 05 jun. 1985.

história local, são indicadas as semelhanças com esses outros escritores que atuaram na produção do conhecimento histórico sobre a região do Seridó potiguar, como é o caso de Olavo de Medeiros Filho, bem como sobre o estado do Rio Grande do Norte, destacando-se Luísa da Câmara Cascudo e, mais amplamente, o modelo proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN.

CAPÍTULO 2 – TEMAS, PROCEDIMENTOS DE PESQUISA E ELABORAÇÃO DISCURSIVA EM *RETOQUES DA HISTÓRIA DE CURRAIS NOVOS, VAQUEIROS E VAQUEJADAS E MATUTOS E TROPEIROS*

2.1 Das fontes históricas e da prática escriturária

Esta etapa consiste em examinar *Retoques da História de Currais Novos* (1985), *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) e *Matutos e Tropeiros* (1989), sendo discutidos os temas das obras, as fontes históricas e procedimentos de pesquisa usados para abordá-los, bem como as escolhas de Celestino Alves quanto à elaboração discursiva de sua produção.

Para Michel de Certeau (1995), o texto histórico enuncia uma operação que se situa no interior de um conjunto de práticas, de modo que: “Da reunião de documentos à redação do livro, a prática histórica é totalmente relativa à estrutura da sociedade” (CERTEAU, 1995, p. 25). Assim, no “fazer história”, o lugar social assume um papel relevante no tocante a combinar permissão e interdição, isto é: “O lugar torna possível determinadas pesquisas, por meio de conjunturas e problemáticas comuns” (CERTEAU, 1995, p. 27). No que se refere ao discurso que se faz presente no texto histórico, é pertinente atentar também a algo que diz Michel Foucault em suas conhecidas reflexões apresentadas na aula inaugural no Collège de France em 1970, publicadas em *A Ordem do Discurso* (1996). O filósofo alerta para a rarefação dos sujeitos que falam, isto é, as limitações existentes quanto a quem pode proferir determinados discursos. Isso é importante para se pensar em como o lugar social, com suas permissões e interdições, interfere na elaboração discursiva das obras históricas.

Como se viu no capítulo anterior, Celestino Alves era uma personalidade notória nas esferas cultural e política do município de Currais Novos e no Rio Grande do Norte, mantendo relações com importantes agentes desses âmbitos. Duas das três obras analisadas possuem vínculo explícito com as relações políticas do autor, visto que foram viabilizadas a partir disso. Os apontamentos de Certeau (1995) sobre o lugar social e os de Foucault (1996) sobre a rarefação dos sujeitos que proferem os discursos levam ao seguinte questionamento: Quais assuntos e personagens foram considerados relevantes para a história local no contexto dessa produção e quais narrativas sobre eles foram elaboradas? É partindo disso que se acredita na pertinência de identificar, em um primeiro momento, os temas privilegiados nas três obras, pois será de grande valia identificar o que e quem foram considerados dignos de serem lembrados na história e por que o foram.

Assim, para compreender como esses temas são abordados na prática de pesquisa histórica empreendida por Celestino Alves, serão respondidas as seguintes questões: Que fontes são consultadas para produzir a história local? Que tratamento lhes dá Celestino Alves, enquanto erudito que se propõe a pesquisá-la e escrevê-la? Eis aqui um ponto inescapável para que se consiga responder a problemática deste trabalho, afinal, trata-se de analisar os aspectos metodológicos a partir dos quais o conteúdo das obras foi produzido, sendo esta parte “técnica” algo imprescindível à operação histórica:

Em história, tudo começa com o gesto de *selecionar*, de reunir, de, dessa forma, transformar em "documentos" determinados objetos distribuídos de outra forma. Essa nova repartição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos, mudando, ao mesmo tempo, seu lugar e seu estatuto (CERTEAU, 1995, p. 30).

Por isso, atentar aos tipos de documentos consultados pelo autor permitirá inferir o que ele pensa sobre as possibilidades de fontes a partir das quais o conhecimento histórico deve ser produzido, aspecto relevante para identificar sua concepção de história, pois: “As opções quanto ao tipo de história que produziremos são feitas de início, com as fontes que selecionamos e com o que escolhemos para nelas pesquisar” (CERTEAU, 2008, p. 132).

Por fim, no que concerne à escrita, cabe levar em conta que “O que nós chamamos inicialmente história não é senão um relato” (CERTEAU, 2008, p. 281). O produto final da operação histórica é, inescapavelmente, um texto, o que torna fundamental observar como Celestino Alves optou por narrar o passado nas três obras, já que, ainda conforme Certeau (2008, p. 96), é esse discurso que revela o que o historiador fabrica quando se torna escritor, cabendo, em razão disso, discutir as intencionalidades reveladas pela elaboração discursiva.

2.2 Retoques da História de Currais Novos: uma história de progresso e de grandes homens

Retoques da História de Currais Novos (1985) é apresentado como um trabalho que pretende, como sugere o título, retocar a história municipal, consistindo em uma espécie de atualização do conhecimento histórico acerca de Currais Novos. Nessa obra, Celestino Alves discorre sobre uma variedade de assuntos relacionados ao município, muitas vezes tentando corrigir informações apresentadas por outros autores locais, embora não cite diretamente nenhum. Esse ponto, por sinal, é interessante, pois observa-se que esse silêncio se dá especificamente quando o autor objetiva refutar alguma informação. É possível que se trate de uma estratégia para evitar algum desconforto ao refutar pessoas conhecidas e de sua estima,

uma preocupação em não ganhar a antipatia desses autores ou mesmo um silêncio semelhante, até certo ponto, àquele pelo qual os historiadores acadêmicos costumam optar ao não citar colegas dos quais divergem teoricamente. Em todo caso, embora não esteja evidente a razão para isso, é valoroso ter em conta essa proposição do autor quanto a fazer “retoques” na história, pois isso indica a noção de que os resultados de pesquisas anteriores podem ser confrontados, embora esse confronto remeta especialmente a detalhes que não dizem respeito à compreensão de um processo histórico, mas sim a informações pontuais como a correção de datas de determinados acontecimentos, o que releva uma preocupação com o factual.

Para narrar a história do município, Celestino Alves não mantém uma linguagem uniforme, fazendo uso tanto da primeira pessoa do plural quanto do singular e, em alguns momentos, também da terceira pessoa. Na maior parte das vezes, o “nós” aparece quando o autor fala do trabalho de pesquisa empreendido para se obter uma determinada informação, apostando em uma linguagem um pouco menos subjetiva, possivelmente para conferir credibilidade às informações apresentadas; já em outros momentos, o utiliza quando convida o leitor currais-novense a se identificar com os apontamentos feitos sobre características do município e de seus habitantes. Quanto ao “eu”, também aparece recorrentemente, seja falando de suas investigações ou de suas memórias e opiniões pessoais em relação aos temas abordados. A terceira pessoa aparece menos, ocorrendo em momentos nos quais convida o leitor a acompanhar suas constatações: “Vê-se pelo seu testamento”; “Em tudo, vê-se o padrão de honestidade e dignidade do homem” (ALVES, 1985, p. 31). Também são intercaladas as linguagens formal e informal, com destaque para o uso pontual de expressões informais. Essas características constituem uma tendência na escrita de Celestino Alves que não se verifica apenas em *Retoques da História de Currais Novos* (1985), mas no conjunto de sua produção sobre a história local aqui analisada. Ao decorrer desta análise, serão feitos apontamentos mais específicos sobre o emprego de determinados recursos linguísticos e os efeitos buscados na elaboração escrita de cada uma das obras.

No preâmbulo, Celestino Alves apresenta seus objetivos com *Retoques da História de Currais Novos* (1985), ressaltando o intento de homenagear Currais Novos e as “famílias, que com tanto amor e carinho a construíram” (ALVES, 1985, p. 11). Isso demonstra um enaltecimento do passado do município, visto a partir de um olhar nostálgico. Cabe, nesse caso, questionar que passado “digno, cheio de brio e de honradez” (ALVES, 1985, p. 11) seria esse ao qual o autor se refere, o que conduz a observar quando e com quem começa a história de Currais Novos na narrativa por ele apresentada.

Observa-se que a história local começaria, na narrativa de *Retoques da História de Currais Novos* (1985), com a chegada do Coronel Cipriano Lopes Galvão, em fins do século XVIII, quando este ocupou a região que tornar-se-ia, posteriormente, o município, estabelecendo ali uma fazenda de criação de gado. O Coronel ganha destaque, segundo Celestino Alves (1985, p. 14), por ser “o primeiro morador civilizado” da região, cabendo lembrar que se trata de alguém de posição privilegiada na sociedade daquele período, tendo em vista o fato de possuir capital suficiente para montar uma fazenda criatória, como destaca Denise Mattos Monteiro (2007, p. 63) sobre o perfil daqueles que instalaram essas primeiras fazendas na então Capitania do Rio Grande. Assim, o primeiro capítulo do livro é direcionado ao Coronel e sua família, de maneira que as muitas páginas a eles dedicadas versam desde episódios curiosos que ilustram características de suas respectivas personalidades, até a transcrição de documentos relacionados às suas posses.

A história de Currais Novos, nessa concepção, começaria com a colonização do espaço por pessoas “civilizadas”. Essas pessoas têm suas qualidades destacadas, como quando se diz que o Coronel Cipriano Lopes Galvão e sua esposa Adriana Lins de Olanda eram pessoas “de muita personalidade” (ALVES, 1985, p. 17) e quando o Capitão Mor Galvão é elogiado por seu “padrão de honestidade e de dignidade”, sua “mansidão” e “boa escrita” (ALVES, 1985, p. 31). Outro exemplo é quando o autor fala da fundação do povoado que, posteriormente, tornou-se o município, atribuindo o pacifismo currais-novense à administração do Capitão Mor Gonsalo Lopes Galvão:

O Capitão Mor Gonsalo Lopes Galvão dedicou toda a sua vida na administração do povoado de Currais Novos, determinando onde deviam construir as casas, cuidando do alinhamento das ruas, isto na base do olho; construiu a primeira casa paroquial, onde funcionou a primeira escola do povoado, foi assim uma espécie de chefe da comunidade, que começava a nascer; muito calmo e muito pacífico, daí as raízes da união e da pacificação que sempre reinou em Currais Novos. A ele nós agradecemos este exemplo magnífico de união e fraternidade que nos legou, que fez com que Currais Novos crescesse tendo por lema a união e a fraternidade. O crimes [sic] em Currais Novos sempre foram tão longe um dos outros que ainda hoje faz de Currais Novos uma das cidades de menor índice de criminalidade do país (ALVES, 1985, p. 73).

Essa forma de iniciar a obra é consideravelmente próxima à tendência verificada na historiografia potiguar do século XX, pautada no modelo corográfico. Note-se que Currais Novos tem esse nome justamente devido aos currais de apartação construídos pelos membros da citada família. Muirakytan Kennedy de Macêdo (2012, p. 39) destaca a relação dessa toponímia com a atividade criatória, mas, para além da atividade econômica em si, ela também é um exemplo das marcas de poder e referência que as representações toponímicas

constituem, como mostram Brito, Medeiros Neta e Peixoto (2018), que discorrem sobre a presença dessa característica na história do Rio Grande do Norte:

Os imaginários sociais compreendidos a partir das representações toponímicas que foram gradualmente sendo tecidas ao longo do tempo revelaram a necessidade de empreender a posse e demarcar o espaço através dos nomes ali instaurados. São marcas de poder e de referências que dão visibilidade ao encontro do colonizador com o indígena, à Coroa portuguesa, ao ato de posse e afirmação de “seus” espaços como nomes de seus membros e, mais especificamente, a uma nova dinâmica toponímica que surgiu com o advento da República a partir da necessidade de denominar o espaço conforme os ideais do novo regime governamental da nação (BRITO, MEDEIROS NETA & PEIXOTO, 2018, p. 60).

Conforme apontamentos dos mesmos autores citados acima, o início do século XX foi marcado pela preocupação com a identidade local. Por isso, é provável que essa compreensão verificada na obra de Celestino Alves seja reflexo de uma influência de toda a produção intelectual relacionada a essa questão, especialmente as que partiram de autores ligados ao IHGRN, como é o caso de Eloy de Souza, Câmara Cascudo e Olavo de Medeiros Filho, os três citados pelo autor currais-novense no conjunto de sua obra sobre a história local.

O modelo de história difundido por esta instituição estava intimamente vinculado ao viés propagado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB naquele momento, nesse caso, um modelo ligado ao processo de definição dos limites territoriais e construção das identidades nacional e regional/local (BRITO, MEDEIROS NETA & PEIXOTO, 2018, p. 13). Ele perdurou, segundo Denise Mattos Monteiro (2006, p. 51-52), durante os primeiros setenta anos do século XX no Rio Grande do Norte, baseando-se na matriz teórica do século XIX, adotando um pensamento conservador e priorizando a construção de uma identidade norte-rio-grandense.

Em decorrência, essa matriz teórica, e por conseguinte a primeira fase da historiografia norte-rio-grandense, apresentou dentre suas características principais: uma visão de sociedade esvaziada de conflitos sociais; uma visão de política como atividade exclusiva das elites; a recorrência, como tema dos estudos, de determinados fatos históricos enobrecedores, nos quais celebravam-se certos personagens históricos que deles participaram; a predominância da descrição sobre a interpretação, originando uma histórica crônica ou factual; e a ausência do que nós chamamos hoje de rigor metodológico, especialmente no que diz respeito à ausência de informações sobre a base documental desses estudos (MONTEIRO, 2006, p. 52).

Enquanto o IHGB investiu em uma “mega-operação de Cultura Histórica” (SILVEIRA, 2010, p. 12) visando consolidar uma identidade para a nação, os institutos locais desempenharam o papel de institucionalizar historiografias do regional sem rupturas radicais com a nacional. Após a Proclamação da República, tem-se o modelo no qual

A história colonial, um pouco a imperial e mais alguns marcos da História brasileira são revisitados, sob essa ótica regional, em busca da identidade histórica específica de cada uma das unidades políticas, em suas relações com a nova ordem republicana. Tratava-se de promover uma releitura do passado em decorrência do novo *status quo*. [...] Parece ter sido verossímil, portanto, a localização historiográfica das identidades históricas regionais, territorializadas estadualizadamente, recobrando os espaços das oligarquias e narrando sua saga (SILVEIRA, 2010, p. 15).

Portanto, o IHGRN faz parte desse processo, sendo a instituição responsável por difundir esse modelo para as histórias locais produzidas no Rio Grande do Norte. Em decorrência disso, as primeiras décadas do século XX foram, no estado, marcadas pela recorrência de produções escritas que fizeram “uso do gênero narrativo corográfico para explicar o espaço local a partir de sua historicidade e concomitantemente construir uma identidade” (BRITO, MEDEIROS NETA & PEIXOTO, 2018, p. 15), influenciadas por esse modelo historiográfico do IHGRN.

Partem desse modelo as histórias locais que não questionavam as relações de poder, mesmo porque a maioria dos sócios-fundadores do instituto eram membros das elites do estado, muitos deles sendo inclusive ligados à vida pública (AZEVEDO, 2019, p. 8). Além de não haver esse processo de reflexão acerca da ordem dominante, esses autores faziam uso das relações políticas para arregimentar e possibilitar suas publicações, de modo que “as narrativas criadas em torno da História do lugar, estavam impregnadas de heroísmos e noções de progresso civilizacional, símbolos de um passado que deveria ser lembrado, mas principalmente de um futuro promissor a ser seguido” (SILVA, 2018, p. 24). Ao ter em conta que Celestino Alves teve contato com a obra de Eloy de Souza, Luís da Câmara Cascudo e Olavo de Medeiros Filho, é plausível pensar que, certamente, esse modelo difundido pelo IHGRN influenciou a concepção que aparece em *Retoques da História de Currais Novos* (1985), na qual o Coronel Cipriano Lopes Galvão chega ao espaço para torná-lo civilizado e, com isso, iniciar sua história, como se antes nada ali tivesse existido.

Além desse enfoque inicial na família do Coronel Cipriano Lopes Galvão, o autor segue dando indícios dessa influência quando dá continuidade à obra destacando o nome de personagens dos anos posteriores a criação do município, avaliando-os como homens dignos de serem lembrados, por simbolizarem um glorioso passado currais-novense. Tratam-se, em sua maioria, de homens vinculados à política, de modo que a cronologia administrativa é apresentada ressaltando os feitos desses sujeitos que teriam conduzido Currais Novos rumo ao progresso. Sem questionamento quanto às relações de poder envolvidas no processo político local, eles são apresentados como verdadeiros benfeitores, por serem homens que resolviam todas as questões importantes do município.

É interessante citar alguns exemplos disso. Tem-se o Coronel José Bezerra de Araújo Galvão, descrito como “melhor líder que passou pela história de Currais Novos” (ALVES, 1985, p. 105), além de Antônio Othon Filho, político, escritor e advogado lembrado principalmente pela atuação em prol da modernização da cidade. Celestino Alves o elogia e demonstra que costumava dialogar com ele sobre a história de Currais Novos (ALVES, 1985, p. 128-129). Um terceiro caso que merece ser ressaltado é o de José Cortez Pereira, político e professor de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que chegou, inclusive, a exercer o governo estadual. Em *Retoques da História de Currais Novos* (1985) e em *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) Cortez Pereira é bastante enaltecido, sendo apresentado como um currais-novense que teria orgulhado sua terra ao tornar-se governador do Rio Grande do Norte e, segundo o autor, ter feito um bom trabalho pelo estado: “Sua administração foi baseada em projetos, que, na época, eram chamados de sonhos” (ALVES, 1985, p. 275).

O âmbito da religião católica no município também é muito abordado, com destaque para a figura do Monsenhor Paulo Herôncio de Melo e sua atuação na vida social currais-novense. Trata-se de um exemplo pertinente para se discutir as questões que interessam a este trabalho, visto que se percebe uma intenção explícita de “eternizar” o religioso a partir da forma como o autor escreve sobre ele. A respeito disso, inclusive, é válido mencionar que Celestino Alves professava a fé católica, percebendo-se que em sua obra está presente o interesse por questões ligadas à religiosidade popular e pela biografia de religiosos, entendendo-se que a subjetividade do autor o inclina a esses temas.

Passando a discutir a forma como o Monsenhor Paulo Herôncio de Melo é apresentado, observa-se que o reconhecimento de sua importância para a história municipal vem nitidamente acompanhado da afeição e admiração que Celestino Alves lhe destinava. Os dois eram próximos, como o próprio autor alega ao escrever sobre o religioso, a quem inclusive buscou “eternizar” em um monumento após sua morte⁴¹. Note-se que os recursos linguísticos da metáfora e comparação buscam enaltecê-lo: “A construção do monumento e da praça foi uma operação de guerra” (ALVES, 1985, p. 55); “Monsenhor Paulo, com sua grandeza e eloquência [sic], fez uns três sermões a respeito do assunto. Foi mesmo que botar água numa fervura” (ALVES, 1985, p. 61).

De fato, o Monsenhor era bastante ativo na vida social do município, inclusive sendo consideravelmente próximo aos políticos locais. Suas ações beneficentes recebem destaque

⁴¹ Trata-se de uma estátua de bronze em homenagem póstuma a este religioso, localizada na praça que leva seu nome, em Currais Novos. Segundo consta em *Retoques da História de Currais Novos* (1985), a iniciativa de criar o monumento foi de Celestino Alves.

em *Retoques da História de Currais Novos* (1985), assim como os traços de sua personalidade, estes contados especialmente a partir das memórias de Celestino Alves a respeito do amigo. O destaque dado a esse sujeito reflete um perfil personalista, no qual as ações de personalidades importantes em prol de um bem comum são consideradas o fio condutor da história. Por isso, para o autor, o Monsenhor Paulo Herôncio de Melo seria relevante a tal ponto, que a história de Currais Novos deveria ser dividida em duas partes: antes e depois de sua chegada (ALVES, 1985, p. 55).

A questão religiosa também é destacada na obra de outra maneira interessante, nesse caso, quando se trata do lamentável acidente ocorrido durante uma procissão em 13 de maio de 1974, no qual um ônibus desgovernado atropelou os fiéis católicos que a seguiam. Esse fato foi testemunhado por Celestino Alves, que o narra a partir de suas memórias e o intitula “Cena de sangue” (ALVES, 1985, p. 255). Na narrativa do autor, as vítimas da fatalidade são consideradas “verdadeiros mártires da fé e da piedade divina” (ALVES, 1985, p. 255), comparando-se o acidente com o massacre ocorrido no Engenho de Cunhaú, marcante na história do Rio Grande do Norte⁴². A comparação é, notadamente, feita a partir de uma perspectiva que martiriza as vítimas católicas, ainda que no caso currais-novense se trate de um acidente, o que conduz à percepção de que é realizada uma apropriação desse evento para se afirmar uma identidade currais-novense, que seria vinculada à tradição católica.

Como disse Monsenhor Paulo no seu Livro, **OS HOLANDESES NO RIO GRANDE DO NORTE**, referindo-se à chacina Cunhaú. Lá foram setenta pessoas que morreram mutilados pelos índios e os holandeses, chefiados por Jacob Rabi [sic], por ocasião da Santa Missa. Aqui foram 34 atropelados, dos quais morreram 24 (ALVES, 1985, p. 255).

Cabe ressaltar ainda como essa narrativa também apresenta uma menção ao político José Cortez Pereira, governador do estado na época do acidente, destacando-se no texto a assistência por ele prestada às vítimas e suas famílias (ALVES, 1985, p. 257). Trata-se de uma passagem importante para se observar a tendência da obra quanto a ressaltar os feitos dos homens da política local, independentemente dos tópicos específicos que são abordados.

Assim sendo, os exemplos expostos até aqui indicam uma tendência ao factual e ao personalismo em *Retoques da História de Currais Novos* (1985), remetendo especialmente aos grandes homens das elites políticas locais e incorporando também personagens notáveis da esfera religiosa.

⁴² Inclusive, em razão disso, o dia 03 de outubro é feriado estadual no Rio Grande do Norte. A historiografia recente tem discutido essa representação das vítimas do massacre como mártires, mas, em todo caso, do ponto de vista religioso, algumas delas chegaram a ser santificadas pelo Vaticano em 2017.

Vale salientar que, apesar dessa predominância, há, na obra, alguns momentos em que “pessoas comuns” são mencionadas, aparentemente conforme critérios subjetivos do autor, quando este quer comentar episódios ou personalidades que ele considera curiosos ou dignos de nota pelo caráter excepcional, como no caso do acidente de 13 de maio de 1974. Todavia, a ênfase é posta nos homens que teriam contribuído para que Currais Novos chegasse ao que tinha se tornado na época em que Alves publicou a obra: uma moderna cidade. Inclusive, para evidenciar o êxito das ações levadas a cabo no passado, o autor estabelece um diálogo com o presente ao atualizar dados sobre o município, em uma extensa lista que abarca diferentes elementos – como a criação dos cemitérios municipais, a atividade mineradora, a listagem das praças e monumentos existentes na cidade e o setor educacional –, mencionados a fim de ilustrar o êxito do processo de modernização, apontando a cidade de Currais Novos como “uma das mais progressistas do Rio Grande do Norte” (ALVES, 1985, p. 148).

No entanto, apesar desse discurso enaltecer a noção de progresso, é possível afirmar que, nele, o processo modernizador da Princesa do Seridó, como ficou conhecida Currais Novos no século XX, seria vinculado ao que é entendido como tradição, como se pode observar, por exemplo, na ênfase que a obra dá à biografia de religiosos e no discurso que martiriza as vítimas do acidente na procissão de 13 de maio de 1974. Como se verá adiante, a análise das demais obras de Celestino Alves permite aprofundar essa discussão, pois *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) e *Matutos e Tropeiros* (1989) evidenciam essa preocupação do autor com os aspectos ditos tradicionais, considerando-os relevantes para a história local.

2.3 *Vaqueiros e Vaquejadas e Matutos e Tropeiros: história e tradição*

Se *Retoques da História de Currais Novos* (1985) se caracteriza por assemelhar-se à uma “versão doméstica da história oficial, dos grandes homens” – para usar a pertinente expressão de Joana Neves (1997, p. 24) –, em *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) e *Matutos e Tropeiros* (1989), nota-se uma proposta de abordar sujeitos cuja história ainda não teria sido escrita. Cabe observar a forma como Celestino Alves apresenta ambas as obras, a começar pela de 1986, indicada como uma iniciativa de preencher uma lacuna no tocante à história dos vaqueiros, em especial os do Seridó potiguar:

Este livro é o começo de um trabalho que tem por finalidade mostrar a beleza histórica e folclórica criadas pelos nossos vaqueiros, heróis anônimos, verdadeiros desbravadores dos sertões, primitivos povoadores da nossa Região, de quem tão pouco se tem falado e quase nada se tem escrito a seu respeito (ALVES, 1986, p. 7).

Já no preâmbulo de *Matutos e Tropeiros* (1989), identifica-se uma crítica explícita aos historiadores profissionais quando se enfatiza que a finalidade do trabalho reside em “preservar uma grande página da nossa história, que não foi escrita pelos historiadores. Talvez por displicência, descuido, falta de curiosidade, ou, quem sabe, pelo difícil acesso aos sertões longínquos, por onde andavam os matutos e os tropeiros” (ALVES, 1989, p. 9). A crítica continua ainda nos parágrafos seguintes, nos quais se enfatiza o desconhecimento dos historiadores sobre o tema:

Sei que alguns historiadores da época, devem ter visto matutos nas cidades grandes, só não tiveram a curiosidade de perguntar-lhes os nomes (adjetivos de suas profissões). Talvez se um dia um daqueles escritores tivesse perguntado como eram profissionalmente conhecidos aqueles homens que negociavam em costas de burros, levando das cidades grandes o que lá se manufaturava e se consumia nos sertões, trazendo dos sertões as matérias-primas para as indústrias e os gêneros alimentícios para sobrevivência dos que viviam nas cidades (ALVES, 1989, p. 9)

Se isto tivesse acontecido os historiadores teriam escrito alguma coisa sobre os matutos, e os dicionaristas teriam definido em seus dicionários, que matuto era a pessoa que negociava em costas de burros e não como definiram alguns dicionaristas. Matuto: tímido, acanhado, maníaco, espertalhão, incompetente, incapaz e outras aberrações (ALVES, 1989, p. 9).

No final do preâmbulo, Celestino Alves fala ainda sobre sua intenção de, mesmo não sendo historiador, gerar uma contribuição para a história dos sertões, expondo também o desejo de que nela fossem incluídos os homens que exerciam esses ofícios: “Deus ajude que este trabalho forneça algum subsídio para o começo de um estudo da história dos sertões deste imenso Brasil, por alguém que tenha mais condições do que eu e nessa história se inclua os matutos e os tropeiros” (ALVES, 1989, p. 9).

Por que seria importante para a história local escrever sobre os vaqueiros, os matutos e os tropeiros? O argumento formulado a partir da análise das obras é o de que essas personagens remetem ao que se considera tradicional do espaço sobre o qual Celestino Alves escreve. Falar sobre esses homens seria importante para preservar uma memória da tradição que eles representariam diante das transformações sociais ocasionadas pelo processo de modernização, visto que, no caso dos matutos e tropeiros, tratavam-se de profissões extintas – a de matuto, inclusive, sendo parte da história familiar do autor –, enquanto os vaqueiros e as festas de vaquejada estavam sofrendo transformações em relação ao que eram originalmente, quando do período de ocupação do espaço que posteriormente tornou-se Currais Novos e, mais amplamente, da região conhecida como Seridó.

No caso do vaqueiro, é apresentado como um tipo de homem forte e honrado, um verdadeiro herói, dada sua participação no processo de ocupação das áreas interioranas

durante o período colonial. Essa figura é enaltecida como um tipo que “(...) em todos os tempos foi sempre um homem honesto e corajoso, uma espécie de herói anônimo” (ALVES, 1986, p. 10) e, aparentemente, existe um intuito de ressaltar esses valores para defender a existência de uma predominância deles entre os seridoenses. Não à toa, o autor convida o leitor a se identificar com isso, fazendo uso do “nós”:

Nós, do Seridó, que descendemos de vaqueiros, com raríssimas exceções, nos orgulhamos muito dos nossos ancestrais pelos hábitos e costumes que nos legaram. Orgulhamo-nos também da mistura que temos com o Tapuio, a meu entender, o maior homem do mundo, no seu habitat natural. Herdamos dele o adágio que diz: “só tomam o que é meu se passarem por cima do meu cadáver” (ALVES, 1986, p. 6).

Essa menção aos indígenas que habitavam a região antes da colonização, por sinal, aparece com um aspecto próximo a um estilo romântico, pois busca pôr em evidência as origens do povo seridoense, mostrando de onde viriam os valores cultivados na região. Esse ponto apresenta uma notória proximidade com uma noção que foi difundida pelo clássico *Os Sertões* de Euclides da Cunha, publicado originalmente em 1902, no qual se destaca a força e a coragem do vaqueiro, visto como “raça forte e antiga”, cujas qualidades seriam oriundas da mistura entre brancos e indígenas, como se pode observar no trecho abaixo:

Veio subseqüentemente [sic] o cruzamento inevitável. E despontou logo uma raça de curibocas puros quase sem mescla de sangue africano, facilmente denunciada, hoje, pelo tipo normal daqueles sertanejos. Nasciam de um amplexo feroz de vitoriosos e vencidos. Criaram-se numa sociedade revolta e aventureira, sobre a terra farta; e tiveram, ampliando seus atributos ancestrais, uma rude escola de força e coragem naqueles *gerais* amplíssimos, onde ainda hoje ruge impune o jaguar e vagueia a ema velocíssima, ou nas serranias de flancos despedaçados pela mineração superficial, quando as lavras baianas, mais tarde, lhes deram esse derivativo à faina dos *rodeios* (CUNHA, 2006, p. 105).

Note-se, entretanto, que a argumentação de Celestino Alves quanto a quem é excluído da história oficial ainda é marcada pelo ponto de vista dos vencedores, pois, apesar dessa menção aos indígenas no preâmbulo, eles não são destacados como personagens injustiçadas por não aparecerem na história. Esse lugar é reclamado aos vaqueiros, por seu destaque na participação no processo colonizador, que dizimou os povos indígenas que habitavam o território da Capitania do Rio Grande naquela que ficou conhecida como Guerra dos Bárbaros, ocorrida por volta de 1683 a 1697:

A conquista do sertão não foi pacífica. Vendo invadido seu território, os índios se levantaram, com a mais legítima determinação guerreira, contra os primeiros assentamentos de fazendas no interior na Capitania do Rio Grande, numa epopéia [sic] sertaneja que até hoje reclama atenção por parte dos historiadores. O *gentio bárbaro*, como a eles se referiam os documentos da época, resistiu por anos a fio até

ser morto ou aldeado pelos homens brancos que tentavam se fixar nas ribeiras e aguadas dos sertões (MACÊDO, 2012, p. 35).

Celestino Alves demonstra ter conhecimento a respeito disso, pois elogia a bravura com a qual esses povos lutaram contra os portugueses. Essa bravura é destacada como uma qualidade herdada pelos seridoenses, devido ao processo de mestiçagem entre brancos e indígenas, de modo que os povos nativos são citados por uma contribuição que teriam dado às qualidades do povo seridoense. Contribuição dada principalmente aos vaqueiros da região, que são entendidos como personagens a serem destacados porque, segundo escreve o autor, “legaram uma página histórica cheia de beleza, de honradez, de honestidade e de trabalho, de bravura, de heroísmo e de brio” (ALVES, 1986, p. 7).

O que se percebe a partir disso é a predominância de uma noção de que a história corresponde ao progresso civilizacional. Noção essa que é forte ao ponto de se reclamar um lugar na história para os vaqueiros enquanto a breve referência aos indígenas não os coloca na posição de personagens relevantes no processo histórico local, afinal, sua contribuição é mencionada de forma romantizada, limitando-a a uma suposta herança legada pelo processo de miscigenação. Os indígenas seriam o passado bárbaro, enquanto os vaqueiros, agentes ativos no processo civilizador, seriam aqueles que teriam contribuído, de fato, para que a história do Seridó fosse feita.

Ao longo da obra, Celestino Alves apresenta a preocupação em citar o máximo de vaqueiros conhecidos por ele pessoalmente ou identificados em suas pesquisas, com a intenção de registrar a existência desses “heróis anônimos” nas páginas da história local. Todavia, além desses, é interessante observar como também é feita na obra uma conexão entre nomes da política local com as características do ofício, na intenção de destacar aspectos positivos destes “homens públicos de muita envergadura moral” (ALVES, 1986, p. 12). Isso constitui um indicativo de que, mesmo alegando-se uma intenção de escrever sobre aqueles que teriam sido marginalizados na produção do conhecimento histórico, a obra ainda apresenta traços semelhantes aos que já foram pontuados neste trabalho a respeito de *Retoques da História de Currais Novos* (1985), isto é, o destaque dado aos membros das elites políticas. O trecho a seguir é um exemplo pertinente para observar essa questão, pois, nota-se nele uma noção de que os citados homens da vida pública potiguar eram pessoas honradas devido à sua relação com o ato de vaquejar:

Nós tivemos casos aqui no Rio Grande do Norte de vaqueiros governador do Estado, Deputado, Prefeito e Senador da República. Para exemplificar, poderíamos citar: Tomaz de Araújo Pereira, o primeiro e único governador do Rio Grande do Norte, nomeado por D. Pedro I; Laurentino Bezerra de Medeiros Galvão, o primeiro

Intendente de Currais Novos, o Senador José Bernardo e tantos outros homens públicos de muita envergadura moral que foram vaqueiros. Portanto, o vaqueiro foi sempre antes de tudo um homem de bem (ALVES, 1986, p. 12).

Ser um “homem de bem”, nesse caso, seria ter as características nobres que o autor identifica como pertencentes à cultura dos vaqueiros. Assim, esses nomes das elites políticas do Rio Grande do Norte são apontados como homens honrados por causa dessas origens.

Apesar de *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) tratar das vaquejadas seridoenses, a obra tem um foco no município de Currais Novos, já que essa prática teria iniciado ali – argumento defendido, inclusive, com base nas pesquisas de Luís da Câmara Cascudo, que é citado –. É possível identificar que, à medida que as origens dessa prática na região vão sendo abordadas, Celestino Alves associa a ela a ideia de uma identidade currais-novense, chegando-se a afirmar que todo currais-novense gostaria de vaquejada devido à relação dessa prática com a história local:

Alguém já tem me perguntado: Porque [sic] Currais Novos tem tanto público na vaquejada? Eu normalmente respondo: porque Currais Novos é o berço das vaquejadas do Nordeste. Currais Novos chama-se “currais” porque foram os currais que deram origem à cidade; esses currais foram feitos em 1760, já para a apartação e feira de gado. Portanto, se nossas origens foram currais, se os nossos ancestrais foram vaqueiros, porque [sic] não gostamos de vaquejada? É exatamente por esta razão que todo currais-novense gosta de vaquejada e vai mesmo assistir (ALVES, 1986, p. 47-48).

Além de afirmar uma identidade local com base nessas origens, há o enaltecimento da vaquejada de Currais Novos não apenas por esse caráter tradicional, mas também pela sua grandeza no presente, como um evento de notória relevância para o Nordeste:

Não é exagero dizer que a vaquejada de Currais Novos é a maior do Nordeste, ou melhor, a maior do mundo, porque no mundo só tem vaquejada no Nordeste, com raríssima exceção. A vaquejada de Currais Novos não é grande só pelo volume de gado e a quantidade de vaqueiros que participam, é grande por todos os aspectos, e, muito especialmente, pela participação popular. Não há nem um lugar do Nordeste que leve tanto público a um parque de vaquejada como Currais Novos (ALVES, 1986, p. 47).

Nota-se uma intenção de relacionar essa tradição com interesses do presente, pois enaltecer a importância da vaquejada para Currais Novos também implicaria falar sobre aqueles que vinham promovendo um evento que traria tanto prestígio ao município. Tem-se aí outra forma com a qual a narrativa destaca personagens da esfera política, ressaltando o empenho destes na organização do evento e apresentando-os como pessoas importantes para a história local, por terem dado suas contribuições nesse sentido.

Isso ocorre, por exemplo, quando o autor fala da criação do Parque de Vaquejada Dr. Sílvio Bezerra de Melo, em 1976, em Currais Novos. Para falar da iniciativa de Sílvio Bezerra

de Melo quanto a criar o parque que leva seu nome, o autor ressalta o interesse deste em fazer a alegria dos currais-novenses, razão pela qual teria surgido a ideia de construir um espaço para a realização de uma festa popular: “Dr. Sílvio, como que para fazer esta alegria mais perene, resolveu construir o Parque de Vaquejada” (ALVES, 1986, p. 50). E, em outro momento, fala do empenho do então prefeito José Dantas, companheiro de sigla do autor, na realização da “maior de todas as vaquejadas já realizadas em Currais Novos” (ALVES, 1986, p. 51):

Não vamos relatar ano por ano a vaquejada, para não tornar enfadonho o nosso trabalho, mas, vamos fazer um retrospecto da de 1985, que por sinal foi a maior de todas as vaquejadas já realizadas em Currais Novos. Para a vaquejada de 1985, o atual prefeito José Dantas de Araújo reconstruiu totalmente o parque de vaquejada, recuperou os currais, as arquibancadas, o palanque, fez as cercas da pista com madeira serrada, fez uma área de lazer, com barracas e dancing, fez uma área de estacionamento para cinco mil veículos, tornando, assim, o Parque Sílvio Bezerra de Melo o mais bem organizado Parque de Vaquejada do Nordeste (ALVES, 1986, p. 51).

Mais uma vez, José Cortez Pereira é outro importante exemplo. Se em *Retoques da História de Currais Novos* (1985) ele já havia sido referido como uma personalidade importante para o município por ter governado o Rio Grande do Norte, em *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) tem-se a menção a seu apreço pela vaquejada, assim como o enaltecimento de seu trabalho em prol dela no âmbito estadual, especialmente no tocante à construção do Estádio de Vaquejada 13 de Maio, na capital potiguar:

O Parque 13 de Maio, foi este passo que serviu de modelo para os outros. E é Natal que traz, para servir de modelo, também, um Estádio de Vaquejada, graças a um vaqueiro, pois um vaqueiro nunca deixa de ser vaqueiro, mesmo sendo governador. Vaquejada, o Rio Grande do Norte abre ainda mais as suas portas pra você. Aqui estão os reis do mourão, os seus iniciadores como esporte, os vaqueiros de sangue e de coração (ALVES, 1986, p. 175).

Não é necessário dizer, Governador-Vaqueiro, que este estádio não é apenas uma realização do seu governo, foi mais além, pois significa o sonho dos vaqueiros, não só do Rio Grande do Norte, mas de todo o Nordeste. E, mais particularmente, ao vaqueiro Severino Elias, que vê, neste Estádio, o sonho que queria realizar (ALVES, 1986, p. 175).

A propósito, os recursos linguísticos utilizados na escrita sobre esse político são dignos de nota, por revelarem a intenção de gerar um efeito de comoção, como se observa no trecho a seguir, no qual Celestino Alves faz uso da anáfora para enfatizar a grandeza do feito do ex-governador com relação à construção do mencionado parque de vaquejada: “Você tem um Estádio, Vaquejada, Você cresceu, Você, que começou no sertão e na caatinga, ganhou uma batalha, quando conseguiu ser esporte, e uma guerra, quando conseguiu um Estádio” (ALVES, 1986, p. 175).

Os trechos acima encerram a obra, notando-se que, para além dos elogios a um político próximo ao autor, há uma intenção de pôr em evidência o trabalho realizado para que a tradição das vaquejadas seja mantida no Rio Grande do Norte. Aparentemente, essa é a mensagem que Celestino Alves deseja passar com *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986): seria relevante manter essa tradição, dada a importância desse evento não apenas para uma suposta identidade currais-novense, mas também no âmbito econômico, tendo em vista o lucro gerado por um evento de grande porte – embora este aspecto não seja abordado na obra, dando-se ênfase a importância no âmbito cultural –. Note-se, com relação a isso, a menção que o autor faz, em tópico intitulado “Os atuais vaqueiros do município de Currais Novos que correm de mourão e de porteira”, ao declínio pelo qual estaria passando o “esporte”⁴³: “Como vemos, apesar de Currais Novos ter a maior vaquejada do Nordeste, este esporte vem caindo vertiginosamente na nossa região” (ALVES, 1986, p. 87). Portanto, é possível pensar que as intencionalidades dessa obra abarcam uma demanda do presente, quanto a fomentar o interesse por uma prática entendida como tradicional, para mantê-la viva.

Já no caso de *Matutos e Tropeiros* (1989), o foco reside nos dois ofícios que dão título à obra, salientados pelo autor como muito relevantes para a história dos sertões, dado o papel desses homens no tocante ao abastecimento das áreas interioranas do país:

Os matutos a quem nos referimos neste trabalho, não são conhecidos pelos clássicos nem pelos dicionaristas, são muito conhecidos nossos, é um nome praticamente regional, eram os homens que tangiam tropas de burros e que negociavam com mercadorias conduzidas nos seus burros, de umas para outras regiões. Aqui na nossa região era muito normal os matutos carregarem sal de Macau para o Brejo da Paraíba e de lá trazerem rapadura, aguardente, farinha, feijão de arranca e outros produtos, estes eram chamados de matutos (ALVES, 1989, p. 13).

Havia também os tropeiros, estes, aqui na nossa região, eram os que tangiam burros dos outros, isto é, eram pagos para tropeirar as tropas de burros dos fazendeiros, dos donos de vapores de descarregar algodão, bem como de pessoas que tinham mais de uma tropa de burros e negociavam ou carregavam fretes dos comerciantes. Os matutos e os tropeiros marcaram época, especialmente nos sertões mais distantes. Sabemos que os transportes primitivos eram marítimos, as cidades que foram nascendo distantes da orla marítima eram abastecidas pelos matutos e pelos tropeiros (ALVES, 1989, p. 13).

Celestino Alves se propõe a falar sobre a atuação desses homens no Seridó potiguar, de modo que, assim como em *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986), Currais Novos acaba sendo mais focalizada, mesmo porque boa parte do conteúdo dessa obra remete às experiências pessoais do autor e seus familiares, visto que Alves destaca sua proximidade com o assunto

⁴³ É sabido que existe, atualmente, uma discussão sobre a pertinência de se considerar a vaquejada um esporte, levando-se em conta os maus-tratos aos animais observados nessa prática. Todavia, faz-se o uso do termo neste parágrafo por ele ser utilizado por Celestino Alves na obra em discussão.

em decorrência da relação familiar com o ofício de matuto, como se pode observar nos trechos abaixo, verificados no preâmbulo e dedicatória da obra, respectivamente:

Este livro é o fruto de um trabalho de pesquisa e da convivência de alguns anos junto aos matutos e aos tropeiros, por esses sertões afora, ou melhor, sendo também um deles, dormindo em rede armada nos galhos das árvores, nos ranchos, no meio do mato, comendo carne assada com farinha seca, queijo de coalho e rapadura, bebendo água na ancoreta que se conduzia no meio da carga do burro do coice (ALVES, 1989, p. 9).

Este livro, eu dedico: à memória de meu pai, Tomaz Alves dos Santos, mais conhecido por Tomaz Targino, como reconhecimento aos seus quase 50 anos de matuto, tangendo burros por esses sertões afora. Especialmente do Brejo da Paraíba até o sertão do Açu, negociando com fumo de corda e café, às vezes indo até o Pernambuco comprar café (ALVES, 1989, p. 9).

Em *Matutos e Tropeiros* (1989) predomina uma nostalgia em relação ao tempo de atuação desses sujeitos na região, narrando-se muitas memórias do autor, além de causos excêntricos e cômicos que este conheceu a partir das fontes orais, o que faz a obra caracterizar-se também por uma ênfase no pitoresco. Falar sobre esses sujeitos seria falar de um passado bom, do qual o autor sentia falta, visto que as vivências narradas não mais eram parte da realidade seridoense devido às transformações ocasionadas pelo processo de modernização. Essa nostalgia não se mostra restrita à existência dos matutos e tropeiros, mas diz respeito à cultura sertaneja/nordestina como um todo, de maneira que o autor expressa tristeza ao constatar as mudanças que o Sertão vivenciava com o progresso. Isso fica ainda mais nítido no poema *O Matuto*, de sua autoria, do qual já se falou neste trabalho. Abaixo, ele pode ser conferido completo:

O matuto, o comboieiro,
o tangerino, o tropeiro,
foram os desbravadores
desse meu Brasil gigante,
do comércio ambulante
verdadeiros precursores.

Sem arquitetarem planos,
por quase trezentos anos,
abasteceram os sertões.
Comprando o que sobrava
e vendendo o que faltava,
vindo doutras regiões.

A princípio, tangendo éguas,
Andavam mais de cem léguas,
dos portos até os sertões.
Os produtos importados
eram sempre embalados
em caixotes e caixões.

O produto sertanejo

era a manteiga, o queijo,
a borracha, o algodão.
Os bois desciam em boiadas,
tangidos pelas estradas,
abandonando o sertão.

Todo manufaturado
nesse tempo era importado
do Reino de Portugal.
Alemanha e Inglaterra
só chegava nessa terra
nas costas do animal.

Matuto não tem sobrenome,
nem escreveram seu nome em nenhum dicionário.
Quero escrever e mostrar,
para alguém não pensar
que é vulto imaginário.

Este herói do sertão,
não foi uma ficção,
existiu mesmo em verdade.
O burro era o caminhão,
a carreta, o vagão,
que abastecia a cidade.

As estradas do sertão
encheu-se de caminhão
para expulsar o matuto.
Foi o desenvolvimento,
que entrando lerdo e lento
deixou o sertão de luto.

Não se encontra mais boiadas
nas estradas empoeiradas
nos confins do meu sertão.
Se foi o tempo passado,
hoje o gado é transportado
em carreta e caminhão.

Quando vinha uma boiada,
que pegava uma invernada,
o gado estropeava.
Mas era a chuva batendo,
e o tangerino tangendo
até que um dia chegava.

Mas, sempre quando chegava
abastecia e sobrava,
toda uma região.
Os matutos em magote,
vinham estalando chicote,
e alegrando o sertão.

Meu sertão está de luto,
pois acabou-se o matuto,
boiadeiro e tangerino.
Pois neste País de louco,
vai morrendo pouco a pouco

o costume nordestino.

O matuto do passado
deixou seu tempo marcado,
sem cultura e nem preparo.
Provou ter sabedoria,
sabia de economia,
mais do que Dilson Funaro.

Pois, mesmo sem saber ler,
foi quem fez desenvolver
nosso sertão do passado.
Andava o Nordeste inteiro,
o negócio era a dinheiro,
não se falava em fiado.

Nesse tempo no sertão,
não existia inflação,
o povo se alimentava.
Com carne, com leite e queijo,
na mesa do sertanejo
sempre a comida sobrava.

Foi entrando no sertão,
acabando a produção,
piorando o alimento
Expulsando o matuto,
cobrando um alto tributo,
o tal desenvolvimento.

O povo ficou às tontas,
foi só aumentando as contas,
diminuindo o comer.
Toda a massa empobrecendo,
os bancos desenvolvendo,
sem comprar e sem vender.

Veio a doença no gado,
a manqueira, o quarto inchado,
aftosa e outras mais.
Por causa da evolução,
mal de outra região,
misturados os animais.

Quem mais sofreu no sertão,
com a tal evolução,
depois da agricultura.
Foi de piora em piora,
veio os costumes de fora,
acabou nossa cultura.

O sertão era bonito,
quando o vapor dava apito,
descaroçando algodão.
Hoje acabaram com tudo,
trouxeram mais o bicudo,
empestaram a região.

Meu sertão, meu sertanejo,
eu olho, olho, e não vejo

para ti a salvação.
 Não vejo mais esperança,
 nem mesmo um forró se dança
 mais em noites de São João.

Hoje é só coisa da moda,
 não tem mais coco de roda,
 a cirandinha acabou.
 Não se junta mais criança,
 lá na ponta da linça
 nunca mais ninguém passou.

O forró está se acabando,
 quase não se está dançando
 o samba, o chote [sic], o baião.
 Nossa música brasileira,
 samba, valsa e gafieira,
 não se vê mais no sertão.

Não se joga mais peteca,
 só se dança discoteca,
rock row [sic] e ei, ei, ei,
 toda letra é em inglês,
 não tem nada em português,
 eu nem sei como escrever.

Até mesmo em restaurante
 só tem nome extravagante
 de comida estrangeira.
 O bife é à milanesa,
 o filé é à francesa,
 não tem nada à brasileira.

Modificou-se o tempero,
 não tem mais feijão tropeiro,
 queijo gordo e carne assada.
 Hoje se vê no sertão
 só o caldo de feijão
 se chamando feijoada.

Dá até tristeza e mágoa,
 o leite é a metade água,
 não dá pra fazer coalhada.
 Bota soro o bicho murcha,
 fica parecendo bucha,
 O gosto não vale nada.

A vida virou um jogo,
 carne não cheira no fogo
 por causa da injeção.
 Ao invés de sabor, dá tédio,
 por efeito de remédio
 que se dá à criação. (ALVES, 1989, p. 25-29).

Como se vê, o poema consiste em um lamento em relação à perda do que seria parte de uma cultura sertaneja/nordestina. Note-se que se fala de uma saudade cujo trabalho de luto já fora feito, estando-se conformado com as mudanças, apesar do apontamento de aspectos negativos nesse processo que estava mudando o sertão. Daí a existência de um discurso que

fala do passado com nostalgia⁴⁴. Por sinal, esse é um elemento que caracteriza a escrita de autores com o perfil erudito, característica essa que se acentua quando eles “se confrontam com o desmantelamento progressivo da sociedade tradicional pelas relações capitalistas e das próprias condições para a perpetuação de sua identidade e do modelo de produção de conhecimento que representam” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005, p. 17).

Faz-se necessário aprofundar a discussão sobre esse olhar nostálgico, com vistas a compreendê-lo. Quando discorre sobre a importância de que os historiadores busquem compreender o sentido do passado nas sociedades estudadas, Eric Hobsbawm (1998) destaca como situar-se em relação ao seu passado ou de sua comunidade é importante para o pertencimento, pois ele é “uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana” (HOBSBAWM, 1998, p. 17). É interessante pensar que esse olhar nostálgico que Celestino Alves apresenta está relacionado a uma ideia de defender as tradições nordestinas/seridoenses do esquecimento perante as transformações ocasionadas pelo progresso. É como se existisse um tipo de dívida para com a tradição, sem negar os aspectos positivos do processo modernizador, buscando mantê-la viva, ainda que apenas na memória.

Em história, na maioria das vezes, lidamos com sociedades e comunidades para as quais o passado é essencialmente o padrão para o presente. Teoricamente, cada geração copia e reproduz sua predecessora até onde seja possível, e se considera em falta para com ela na medida em que falha nesse intento. Claro que uma dominação total do passado excluiria todas as mudanças e inovações legítimas, e é improvável que exista alguma sociedade humana que não reconheça nenhuma delas (HOBSBAWM, 1998, p. 17).

É importante considerar que as redes de sociabilidade de Celestino Alves remetem às produções marcadas por essas noções de nostalgia em relação a um passado distante dos valores da sociedade moderna, de uma tradição, de uma cultura nordestina. Todas essas noções são frutos de um processo de construção espaço-identitária do que seria o próprio Nordeste, como defende Durval Muniz de Albuquerque Júnior em *A Invenção do Nordeste e Outras Artes* (2011) e *A Feira dos Mitos: A fabricação do folclore e da cultura popular* (2013).

⁴⁴ Durval Muniz de Albuquerque Júnior resumiu bem a questão da diferença entre o olhar nostálgico e o saudosista em um debate promovido recentemente pelo Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (LUPPA). Em suma, nostalgia é ter boas lembranças do passado, mas fazer o trabalho de luto, enquanto a saudade reclama a volta desse passado, inconformada com a mudança. Ver: DIÁLOGOS LUPPA - Ainda cremos na história? Realização de Laboratório de Estudos Sobre Os Usos Políticos do Passado (LUPPA). Coordenação de Fernando Nicolazzi. [S.I.]: LUPPA, 2020. Mídia digital (135 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GNfAoE4Pjjo>. Acesso em: 7 jan. 2021.

Além dessas noções sobre a região Nordeste, aquelas a respeito do que seriam as tradições sertanejas aparecem com força nas obras de Alves. Cabe lembrar, acompanhando o que diz Isabel Guillen (1991), que o sertão brasileiro teve diferentes sentidos em diferentes momentos históricos e, quando de sua ocupação, predominava a ideia de uma necessidade de desbravá-lo em prol do progresso e civilização almejados para o Brasil. Ao estudar esses diferentes sentidos atribuídos ao sertão, Janaína Amado (1995) identifica que, no que se refere às produções intelectuais e artísticas do Brasil, ele aparece não só como categoria espacial, mas também do pensamento social e da cultura. Amado destaca ainda o fato de que, não raro, as noções de Sertão e Nordeste se confundem, quase como se fossem sinônimos.

Vê-se que essa aproximação das noções de Sertão e Nordeste ocorre nas obras de Celestino Alves. Ao produzir escritos sobre o mundo dos vaqueiros e das vaquejadas e dos matutos e tropeiros visando gerar um conhecimento sobre sua atuação na história dos sertões, o autor se aproxima da postura de outros autores que discutem esse recorte espacial por um caminho que atrela a identidade ao espaço e suas tradições. É esse o caso de outros escritores situados no Seridó potiguar como Manoel Dantas, José Augusto, Juvenal Lamartine e Oswaldo Lamartine. São eles homens que, assim como Alves, escreveram sobre o Seridó com base em suas memórias, produzindo um discurso que delimita o espaço, produzindo um “espaço sertão”, conforme argumenta Olívia Moraes de Medeiros Neta (2011):

O espaço sertão é produzido a partir da identificação entre sertão e Seridó, enunciação reforçada por representações de um espaço caracterizado pela seca, pecuária e cultivo do algodão, o que institucionalizou a nomeação de um novo recorte espacial como ícone do sertão, onde os homens e a terra configurariam o espaço do desafio, de uma luta (MEDEIROS NETA, 2011, p. 288).

Dessa maneira, quando Celestino Alves fala das tradições, de um costume nordestino que estaria morrendo, é necessário se ter em conta que a própria ideia do que seriam esses costumes e tradições está ancorada nas noções propagadas por uma expressiva quantidade de produções intelectuais e artísticas que se empenharam em definir o que seria próprio do Nordeste e, com ele, o sertão nordestino. Como resultado desse processo, tem-se que: “Além de ser sempre pensada como uma cultura rural, folclórica, tradicional, a cultura nordestina quase sempre remete para as manifestações culturais ditas populares” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 22).

Entre aqueles que contribuíram para que tais noções ganhassem força no meio intelectual, vale destacar a figura de Gilberto Freyre, tendo em vista o quanto ele influenciou muitos autores que escreveram sobre o Nordeste a partir da ideia de tradição (SANTOS, 2011). Apesar de não se ter uma evidência direta de que Alves o leu, vale ressaltar que, entre

os livros encontrados por Silva (2001) no acervo pessoal do autor, havia algumas obras que tratavam da temática nordestina e que certamente carregavam essa influência, como é o caso do próprio Câmara Cascudo, cujo contato já foi mencionado no capítulo anterior. Abaixo, a lista fornecida pela autora:

Era um amante dos escritores nordestinos. Em sua pequena biblioteca não faltavam Machado de Assis, Dr. Mariano Coelho, José Bezerra Gomes, Olavo Medeiros Filho (sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte), José Evangelista Lopes, Luiz Adolfo Pinheiro, Maria Simonetti Gadêlha Grilo, Américo de Oliveira Costa, Romildo Teixeira de Azevedo, Câmara Cascudo e tantos outros (SILVA, 2001, p. 46).

O contexto em que os escritos de Gilberto Freyre foram produzidos tem a ver com o avanço das relações capitalistas e a transição da predominância do mundo rural para o urbano, de maneira que seu pensamento busca no passado elementos a serem utilizados em um discurso que busca combater as alterações das estruturas sociais e econômicas no Nordeste (SANTOS, 2011, p. 402). As obras de Celestino Alves se mostram permeadas por essa lógica, pois ele escreve ao observar as transformações do mundo que conheceu na infância, testemunhando o processo de modernização vivenciado por uma pequena cidade do sertão nordestino. Embora, principalmente em *Retoques da História de Currais Novos* (1985), ele também ressalte aspectos positivos da modernização, quando o autor apresenta seus trabalhos *Matutos e Tropeiros* (1989) e *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) como obras que tratam de temas raros, extraídos desse âmbito do que seria uma cultura popular do Nordeste/Sertão, ele demonstra ter sido, de alguma forma, influenciado por essa tendência de pensamento cuja historicidade está associada a um processo que contou com a produção de uma dizibilidade e visibilidade centradas na memória, na reação ao moderno e na busca do passado como dimensão temporal, o que fez com que a região fosse fundada como espaço da saudade e da tradição (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 78).

Matutos e Tropeiros (1989) e *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) são obras que remetem às regularidades discursivas “que se cristalizaram como características expressivas, típicas, essenciais da região” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 217). Trata-se de um discurso que fala das transformações sociais e econômicas pelas quais passam o Rio Grande do Norte e, mais especificamente, o Seridó e Currais Novos, buscando evidenciar o que ali havia de tradicional. Uma tentativa de conciliação do progresso com a tradição que revela como a produção escrita de Celestino Alves alinha-se ao pensamento predominante no processo de modernização do Nordeste, que se deu de maneira diferente de outras regiões do país, como explica Joedna Reis de Meneses (2010). Enquanto outros lugares se industrializavam, no

“Norte” predominavam formas de produção não capitalistas, embora destinadas ao capital, fato que também se relaciona com o desenvolvimento do regionalismo nordestino, conforme aponta Rosa Maria Godoy Silveira (2009), que trata do tema a partir de um olhar mais direcionado às relações político-econômicas desse processo. Tal maneira peculiar de modernizar-se deu-se buscando essa conciliação do moderno com o tradicional, a partir de uma noção de progresso que “não permitiria o rompimento de todas as tradições consolidadas ou inventadas” (MENESES, 2010, p. 273).

Outro aspecto a ser ressaltado a respeito da elaboração discursiva de *Matutos e Tropeiros* (1989) é que, assim como em *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986), tem-se também a constante menção a nomes de pessoas que trabalharam nos ofícios abordados na obra, fossem eles sujeitos que o autor conheceu pessoalmente ou aqueles identificados por meio de suas investigações. A lógica parece ser a mesma de inscrevê-los na história local, enfatizando sua importância. *Matutos e Tropeiros* (1989) destaca-se em relação a *Retoques da História de Currais Novos* (1985) e *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) por não apresentar a tendência tão acentuada quanto a destacar os nomes tradicionais da política currais-novense/potiguar. Um momento notório no qual isso ocorre, entretanto, é na parte em que o autor agradece aos então senadores José Agripino Maia e Lavosier Maia Sobrinho que proporcionaram a publicação pela Gráfica do Senado, o que constitui mais um indício de como as relações políticas estão consideravelmente atreladas às condições de possibilidade de publicação das obras:

Num gesto de elevado espírito patriótico e cultural, juntaram suas cotas, direito que dispõem na Gráfica do Senado, para publicidades de relevantes interesses nacionais, e, vendo neste modesto trabalho uma dessas prioridades, mandaram editá-lo para que os nossos pósteros leitores e pesquisadores pudessem ler e pesquisar o nosso matuto e o nosso tropeiro no seu trabalho e na sua história (ALVES, 1989, p. 166).

Quanto à linguagem utilizada, se o conjunto da obra de Celestino Alves sobre a história local se caracteriza pela tendência de usar pontualmente expressões informais, em uma linguagem menos erudita, este aspecto torna-se notadamente acentuado na obra de 1989. Nela, o uso dessas expressões é bastante recorrente, destacando-se também a presença de figuras de linguagem como onomatopeias, hipérboles e comparações. Essas características quanto à escrita são, inclusive, comentadas por Umberto Peregrino, na apresentação: “Assinale-se como um dos valores da obra o linguajar usado pelo autor. A sua maneira de escrever é rigorosamente igual à fala do matuto que focaliza. Também a ortografia que usa é digna de estudo, pois oferece verdadeiros achados” (ALVES, 1989, p. 5). Peregrino também menciona o quanto essa linguagem contribuiria, em sua visão, para uma leitura agradável no caso do leitor comum, o que indica que a obra foi pensada para atingir também o público não

erudito: “O entendido de filologia assim como o pesquisador social entrarão com igual proveito no conhecimento de ‘Matutos e Tropeiros’. O leitor comum se deliciará do início ao fim” (ALVES, 1989, p. 5).

A preocupação com a estética é uma característica muito cara ao perfil erudito de Celestino Alves, visto que, tratando-se de estilo, as produções de autores com esse perfil tendem a focalizar uma linguagem literária, não científica, revelando-se aí uma preocupação constante com a dimensão estética das obras (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005, p. 18). Tenha-se em conta o quanto as produções diletantes de histórias locais, especificamente, se preocupam com essa dimensão estilística, o que geralmente as coloca situadas entre história e literatura (CORREA, 2002, p. 13), despertando, inclusive, mais atenção do público leigo do que os trabalhos acadêmicos, uma vez que sua leitura é considerada mais agradável e de fácil compreensão (FERREIRA, 2002, p. 326). Na obra de Celestino Alves, essa preocupação estética é revelada com essa opção de empregar os mencionados recursos linguísticos com intenção de passar para o suporte escrito aqueles sons tão ouvidos e reproduzidos pelo autor ao longo da vida. É preciso ter em conta a relevância da trajetória do autor para que essa linguagem tenha sido adotada como opção e usada com propriedade na produção da obra. Afinal, não fosse Alves nascido na zona rural, tendo convivido com as pessoas desse meio ao longo da vida, teria ele feito essa escolha? Teria ele realizado a defesa de outro sentido para a palavra “matuto”, ao menos da maneira específica com a qual o fez? Possivelmente não.

Assim sendo, após identificados os temas recorrentes e a forma como o autor escreve sobre eles, cabe perscrutar as fontes e operações metodológicas a partir das quais ele produziu o conteúdo dessas obras.

2.4 Entre memórias e “provas irrefutáveis”: fontes orais e documentos oficiais

Cabe identificar a partir de quais fontes a história local poder ser produzida, para o autor ora em discussão. É pertinente iniciar pela tendência predominante no conjunto da obra, para que depois sejam feitos apontamentos mais específicos. De maneira geral, a produção escrita de Celestino Alves se baseia em três pilares importantes no que respeita às fontes: os documentos escritos provenientes de instituições oficiais, as fontes orais e as memórias pessoais do autor.

A presença das duas últimas categorias mencionadas implica a necessidade de discutir os usos da memória no exercício de produção escrita de Celestino Alves. Quanto às fontes orais, primeiras a serem discutidas, muitas vezes são mencionadas como “tradição oral” pelo autor, referindo-se às histórias muito comentadas pelos “antigos”, nesses casos, não se

especificando um entrevistado do qual partira as informações em questão. Em outros momentos, o autor é mais específico, citando os nomes das pessoas com as quais conversou sobre o assunto tratado. O procedimento metodológico empregado parece consistir em anotar o conteúdo de conversas informais que se davam especialmente com pessoas mais velhas, procuradas por Celestino Alves por conhecerem muitas das histórias transmitidas oralmente, de geração para geração.

É necessário ter-se em conta que essa abordagem não tem o formato das entrevistas no padrão adotado pelos historiadores profissionais que trabalham com história oral. Inclusive, é importante frisar que o uso de fontes orais não implica dizer que Alves trabalhava necessariamente com história oral, mas fazia uso pontual de informações obtidas nessas conversas. A definição apresentada em Meihy e Holanda (2011) corrobora essa afirmação:

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definições de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY & HOLANDA, 2011, p. 15).

Vê-se então que a história oral, como conjunto de procedimentos, se difere do uso pontual de informações obtidas em fontes orais por outros meios, o que leva à importância de evitar esse termo para designar a operação metodológica realizada pelo autor ao trabalhar com essas fontes.

Feita essa observação, cabe destinar atenção ao tratamento das fontes orais na elaboração das obras. Aparentemente, as conversas informais em busca de informações sobre determinadas questões relacionadas à história local consistiam em um hábito de Celestino Alves:

Fui à Santa Cruz falar com João Bezerra, porque sempre o considerei a enciclopédia da história de Currais Novos. Encontrei-o logo cedo antes de começar a feira: chamei-o: Seu João. venha cá, eu quero conversar com o Senhor, Ele já era acostumado comigo foi logo dizendo: já sei que você quer conversar em coisa velha de Currais Novos. Eu lhe disse: perfeitamente, quero saber quem foi o caboclo que morreu naquele alto e de que morreu (ALVES, 1985, p. 162).

Um ponto interessante no tratamento dessas fontes é a oscilação entre um enaltecimento da tradição oral e uma desconfiança em relação à veracidade de informações transmitidas por ela. Um exemplo quanto a essa visão que a enaltece é quando afirma: “Há tantas coisas belas guardadas nas tradições orais, nas cabeças dos anônimos guardadores da história, que faz gosto a gente ouvir e escrever, quem sabe, também seja gostoso alguém ler

no futuro?” (ALVES, 1985, p. 22). Entretanto, as duas passagens a seguir, uma verificada em *Retoques da História de Currais Novos* (1985) e outra em *Matutos e Tropeiros* (1989), respectivamente, demonstram haver um conflito no tocante a considerar importante ouvir o que “os velhos sacrários humanos” têm a dizer, mas desconfiar das “estórias” que ouve, atribuindo-se maior credibilidade às informações verificadas em documentos escritos provenientes de instituições oficiais:

Este livro, fruto de um trabalho de mais de 30 anos de pesquisa, nos Cartórios e nas Igrejas, nos arquivos dos velhos sacrários humanos, que guardam a história como verdadeira relíquia, mesmo sem saber ler nem escrever. Mas, souberam contar aos filhos, os filhos aos netos, os netos aos bisnetos, os bisnetos aos trinetos, os trinetos aos tetranetos, os tetranetos aos pentanetos e assim fizeram chegar até nós, muitas vezes, com muito mais beleza do que se fosse escrita (ALVES, 1985, p. 9).

Essa era a estória que eu achava que era do Trancoso, contada por Antônio de Souza, quando eu ainda era menino, durante as noites de debulha de feijão, nos Namorados. Agora que eu estou escrevendo “Os Matutos e Os Tropeiros”, procurei pesquisar quando entraram os primeiros jumentos no Seridó e quando apareceram os primeiros burros mulos. O primeiro jumento, em cada porta dos guardadores de história que eu batia se repetia a mesma história, com ligeiras diferenças procurei estudar através dos velhos inventários do Seridó, para descobrir os primeiros burros mulos que apareceram em inventário no Seridó (ALVES, 1989, p. 31).

Os trechos acima possibilitam inferir que, se a fonte oral tem seu valor reconhecido e, de certa maneira, até enaltecido como uma coisa bela e tradicional, por outro lado, existe também certa desconfiança, visto que o autor considerava uma das histórias ouvidas como “estória do Trancoso”. Inclusive, nesse caso, ele usou a palavra “estória”, para indicar a alta probabilidade de que aquilo fosse um caso sem veracidade comprovada, partindo de uma distinção verificada na língua portuguesa e que também existe em outros idiomas, na qual “história” designaria a trama dos acontecimentos propriamente dita e “estória” o relato complexo que a narra (DOSSE, 2003, p. 7). Todavia, ao confrontá-la com as informações contidas em um inventário, o autor passou a considerá-la “história mesmo, verdadeira”, visto que havia encontrado no documento escrito uma prova de que aquele fato havia realmente ocorrido:

Foi neste inventário que apareceram os primeiros burros mulos do Seridó. Então aí, a estória do Trancoso que eu pensava ser, virou história mesmo, verdadeira, porque se os primeiros burros inventariados no Seridó foram do Comandante Superior Antônio Alvares Mariz, é certo que foi ele quem possuiu o primeiro jumento de lote, então aí está fechada a história de Antônio de Souza bem como dos outros que contavam, poderia haver um certo exagero na formação da história, porque é muito certo o adágio que diz: quem conta um conto acrescenta um ponto e eu digo: cada vez que a história é contada é um pouco enfeitada, e quanto mais enfeitada mais bonita fica (ALVES, 1989, p. 31-32).

Ainda nesse sentido, há uma passagem de *Retoques da História de Currais Novos* (1985) muito significativa, pois nela o autor reconhece a complexidade de se chegar à verdade por meio da consulta às fontes orais. Nesse momento, quando está se referindo à sua empreitada em relação a descobrir quem teria sido o caboclo encontrado morto no lugar conhecido como Alto do Caboclo, localizado na zona rural do município, ele narra o processo investigativo que parece remeter à dedução, levando-o, por fim, a apresentar a versão que lhe parece “a mais certa”, após confrontar as informações obtidas com os “sacrários humanos”:

Eu sempre procurei pesquisar as coisas que dizem respeito à história de Currais Novos e sempre tive curiosidade de procurar saber quem foi aquele caboclo que morreu ali, como me disseram de primeira informação que havia um caboclo que teria morrido ali em 1877. Eu fiquei certo que seria fácil descobrir. (...) Então eu fiquei praticamente na estaca zero a respeito da morte do caboclo (ALVES, 1985, p. 162).

Ao mencionar a consulta a documentos escritos, o autor demonstra maior confiança, indicando acreditar que, por meio deles, seria possível obter informações verídicas. Veja-se o que ele diz, por exemplo, com relação aos inventários, demonstrando confiar que, realmente, todos os bens seriam devidamente inventariados, devido às crenças religiosas dos ancestrais portugueses na necessidade de não se esconder nada. Isso tornava o autor crente na total veracidade das informações contidas nesse tipo de documento:

Eu costumo dizer que os inventários antigos são as mais lindas peças históricas que eu conheço. Pelo teor de honestidade que se verifica em cada um deles, tudo era inventariado, não se excluía nada, uma bacia furada, um penico, uma cadeira quebrada, uma fivela de cinturão, uma correia de espora, os mínimas coisas [sic]. Isto porque os portugueses, nossos ancestrais, eram católicos praticantes e eles achavam que omitindo alguma coisa do inventário, estavam pecando e cujo pecado iria prejudicar a alma do defunto dono dos bens inventariados (ALVES, 1989, p. 18-19).

Na maior parte das vezes em que utiliza esse tipo de fonte, Celestino Alves argumenta de maneira a considerá-las “provas irrefutáveis”, como quando utiliza esse termo para dar título ao tópico que trata de documentos que, segundo Alves, comprovariam que a primeira capela de Currais Novos teria sido construída em 1808 e não em 1813, como muitos defendiam. Nele, é construída uma argumentação que parte da certeza de que esses documentos comprovariam a data correta:

Tenho cópia da ata do monumento centenário, inaugurado em 1908, portanto não há nenhuma dúvida que a capela foi inaugurada em 1808, como também não tenho nem uma dúvida que a Imagem primitiva de Santa Ana, veio em procissão do Totoró para Currais Novos em 26 de julho de 1808, quem tiver dúvida que prove o contrário (ALVES, 1985, p. 24).

Todas estas provas estão escritas no livro de Tombo nº 1 da Matriz de Currais Novos, inclusive no requerimento do Capitão Mor Galvão, para ser sepultado na capela por ele construída, sem auxílio de ninguém, segundo ele mesmo afirma no seu requerimento, ele pede para sua mulher, seus filhos e suas noras, não só no Cruzeiro, mas, no corpo da capela, foi dado o consentimento e o vigário geral no seu despacho reforça, dizendo: sem que para isto, nenhum vigário, no futuro, possa interferir (ALVES, 1985, p. 24).

Assim sendo, cabe examinar a razão para que as fontes escritas sejam, nas obras, sempre apresentadas como provas do que aconteceu no passado, enquanto alguns depoimentos orais são apresentados como verdadeiros e outros falsos.

O grau de credibilidade a ser atribuído a um depoimento parece ter a ver com a confiança pessoal do autor em quem fala. Veja-se o exemplo do senhor João Bezerra, a quem Celestino Alves apresenta como “o maior historiador de Currais Novos, sem no entanto ter escrito nem uma palavra” (ALVES, 1985, p. 9):

João bezerra, por exemplo: que de todos os guardadores anônimos da história de Currais Novos, com os quais eu conversei, era ele a enciclopédia viva, não havia assunto sobre a história de Currais Novos que João Bezerra não conhecesse e com detalhes que só ele sabia. Há quem diga que ele criava ou inventava, o que não acho fácil, porque história se aumenta, mas, não se inventa, segundo João Bezerra (ALVES, 1985, p. 22).

Vê-se, portanto, que a credibilidade do que conta esse homem é atribuída ao fato de que ele conheceria muito a história de Currais Novos, embora contando-se com a possibilidade de que ele talvez apenas “aumentasse” um pouco os detalhes dos fatos. Dessa forma, observa-se a existência de outro critério importante: a plausibilidade da narrativa. O exemplo anterior, no qual o autor considera o fato narrado pelo senhor Antônio de Souza sobre a chegada do primeiro jumento ao Seridó uma “estória do Trancoso”, demonstra a existência de uma avaliação da possibilidade de que um depoimento seja falso caso haja conflito nas informações ou o autor o considere absurdo demais para ser real. Todavia, *Matutos e Tropeiros* (1989) está repleto dessas que o autor considera “estórias”, o que possivelmente está relacionado com a valorização que Celestino Alves confere à tradição oral, desejando preservar esses causos do esquecimento, eternizando-os ao passá-los para a forma escrita.

A confiança em determinadas pessoas e a crítica à plausibilidade da narrativa indicam uma preocupação de Alves com a obtenção da verdade, no sentido de que as fontes poderiam lhe revelar o que realmente aconteceu. Por isso, sempre que possível, o autor confronta as informações das fontes orais com as de documentos escritos, como é o caso do exemplo citado anteriormente, verificado em *Matutos e Tropeiros* (1989). Nesse caso, tem-se uma operação metodológica que conta com a comparação de fontes de uma forma semelhante à

dos historiadores profissionais, com o intuito de corroborar uma história verdadeira ou, ao menos, o mais próximo disso. Pode-se dizer que a diferença está na ausência de um embasamento teórico-metodológico acerca do tratamento das fontes orais, visto que os critérios para a crítica estão associados à relação de confiança estabelecida pelo autor com as pessoas consultadas, além do julgamento quanto à possibilidade do que se narra ter realmente acontecido, enquanto os historiadores acadêmicos tendem a considerar a possibilidade da invenção, mas a problematizam ao fazerem a análise crítica dos depoimentos.

Assim, o documento escrito aparece sendo privilegiado em relação às fontes orais, apesar de toda a valorização que o autor atribui a estas últimas por considerá-las algo associado à tradição. Na prática, quando existem documentos oficiais sobre o tema tratado, é com base neles que o autor argumenta, partindo do princípio de que eles tenderiam a apresentar informações verdadeiras ou próximas a isso. Quando não existem, o autor parte em busca das fontes orais ou utiliza suas próprias memórias, caso se trate de um assunto contemporâneo.

2.5 A estratégia do testemunho

Além dos “sacrários humanos”, a memória é considerada um dado relevante para a pesquisa histórica ainda de outra maneira, nesse caso, quando o autor utiliza suas próprias memórias como informações válidas para sua argumentação quanto a determinados assuntos. É importante ter em mente que esse recurso ao próprio testemunho é algo comum nos trabalhos de diletantes da pesquisa histórica, como aponta Helder Alexandre Macedo (2017):

No que tange às fontes usadas por esses historiadores, utilizam fartamente aquelas oriundas de arquivos paroquiais e familiares, como assentos de batizado, casamento e óbito, além de cartas e fotografias – muitas vezes, inéditas, as quais são conseguidas a custo de boas relações pessoais com os detentores dos acervos. Não devemos nos esquecer de que, em grande parte dos casos, tais historiadores são, também, a própria fonte de onde extraem as informações que balizarão seus livros. Tornam-se fontes de sua própria produção (MACEDO, 2017, p. 72).

Também é válido considerar que essa estratégia do testemunho é utilizada fartamente na obra de Luís da Câmara Cascudo (TORQUATO, 2009), autor que influenciou significativamente Celestino Alves. A presença dessa característica no exercício de produção escrita do currais-novense certamente se relaciona com a influência que recebeu da produção cascudiana. As três obras aqui analisadas a apresentam, de maneira que *Matutos e Tropeiros* (1989) e *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) se destacam ainda mais quanto a isso.

No caso de *Matutos e Tropeiros* (1989), vê-se que o autor se apresenta e é apresentado por seus comentadores como testemunha. Desde as primeiras páginas, a questão da proximidade do autor com o tema é enfatizada, como se para conferir credibilidade ao conteúdo da obra, por esta ter sido produzida por alguém que conheceu de perto aquele mundo dos matutos e tropeiros seridoenses. A apresentação, por Umberto Peregrino, diz: “De fato, era preciso ter conhecimento direto de tudo aquilo a que Celestino Alves se refere para produzir as informações que produziu e no tom usado por ele” (ALVES, 1989, p. 5). Enquanto isso, no prefácio, Olavo Medeiros Filho ressalta que o autor é um “profundo conhecedor do mundo sertanejo” e, sobre a obra, afirma: “Tudo descrito com muito conhecimento de causa e com muita penetração psicológica” (ALVES, 1989, p. 7). Desse modo, à medida que se vai avançando do passado mais remoto ao período mais recente, do qual o autor era contemporâneo, suas memórias aparecem recorrentemente, seja falando de experiências próprias, seja falando de pessoas que conheceu, “estórias” que ouviu, ou fatos que presenciou.

Já em *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986), observa-se um movimento semelhante, mas sem a mesma ênfase que se dá com *Matutos e Tropeiros* (1989) ao caráter testemunhal da narrativa. Celestino Alves era um amante das vaquejadas e, como radialista, comentava as vaquejadas currais-novenses, por isso, em muitas passagens da obra, ele traz ao texto suas memórias sobre as pessoas e fatos sobre os quais escreve. A título de exemplo, veja-se como ele remete às memórias da infância para falar de um pátio de apartação localizado na zona rural de Currais Novos:

O Pátio de apartação dos Macacos era na beira do Rio, a pista de corrida era no corredor que dividia as duas fazendas: Macacos e Várzea dos Bois. Os vaqueiros no tempo que eu era menino eram: Pedro Fernandes, da Várzea dos Bois e Vicente Bezerra, dos Macacos. (...) os mais elegantes vaqueiros que conheci nesta região, que corriam com mais elegância e derrubavam com mais perfeição, foram: Manoel Pelógio de Medeiros, “Pelocha”, e Jacó Pires. O mais desajeitado foi Caroá, porque em vez de pegar no rabo do boi, pegava no rabicho da sela, com medo de cair (ALVES, 1986, p. 35-36).

Já em *Retoques da História de Currais Novos* (1985), também ocorre com frequência o uso das memórias pessoais quando se trata de comentar fatos da história recente do município. Para ficar em alguns exemplos como feito com as outras duas obras, veja-se a escrita do autor sobre testemunhar uma vitória do Seridó Esporte Clube, bem como sobre sua experiência traumática de presenciar o acidente de 13 de maio de 1974:

A torcida de Currais Novos explodiu. Aí já éramos nós que soltávamos foguetes. Santa Cruz começava a esmorecer. Piloto não sei de que jeito conseguiu fazer o

terceiro gool [sic]. Daí para a frente eu não vi mais nada, porque viemos numa turma para o caminhão de Pedro Arranga Milho, que na buzina entoava o hino do Seridó Esporte Clube e gritava três a dois, já no final do jogo Augusto Paz completava a vitória, fazendo o quarto gool [sic]. Augusto Paz havia substituído Patrocínio e fez o gool [sic] (ALVES, 1985, p. 250).

Foi o dia mais triste de toda a minha vida, ajudei apanhar os pedaços de Francisca Dantas de Medeiros, “Dona Duca”, que foi dentre todos a mais esfacelada. Quando terminei de ajudar a colocar todos que haviam morrido no hospital, bem como os que estavam mais doentes, ainda não havia encontrado a minha filha Águeda que, com a minha primeira netinha também acompanhavam a procissão (ALVES, 1985, p. 256).

Ao analisar os usos das memórias do autor em seu exercício de produção escrita, entende-se que isso provavelmente se trata de uma estratégia de legitimação, visto que este, como um diletante, certamente sentia alguma necessidade de demonstrar o valor de sua produção, partindo da noção de ter credibilidade para falar a respeito de determinados assuntos por conhecê-los com propriedade, a partir de sua experiência de vida. A ênfase no caráter testemunhal pode constituir uma espécie de apelo ao tipo de contrato existente entre autor e leitor com relação à recepção de livros cujo conteúdo remete a memória, como aponta Paul John Eakin em discussão sobre escritos autobiográficos: “os leitores esperam que os autobiógrafos mostrem algum nível básico de respeito pela verdade de suas vidas – quebre-se essa confiança, sofra-se as consequências” (EAKIN, 2019, p. 35). Logo, é como se o autor e seus comentadores alegassem algo como: Se eu/ele estou/está dizendo, é porque é verdade.

Com base nisso, considera-se possível afirmar a existência de uma escrita de si associada às publicações de Celestino Alves sobre a história local. Isso não se deve apenas ao uso que ele faz de si mesmo como fonte para argumentar quanto a determinados assuntos, mas porque também é possível verificar intencionalidades quanto a legar uma determinada memória acerca de si com essa escrita, sendo pertinente observar mais alguns exemplos que justificam esse argumento.

Em *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986), uma passagem é bastante significativa quanto a isso. Trata-se de um momento no qual o autor, ao falar das vaquejadas em Currais Novos, justifica um comentário seu, realizado na festa de 1978. O comentário, ao que parece, havia repercutido negativamente, o que levou Celestino Alves a usar o espaço de sua obra para esclarecer o mal-entendido:

Quero aproveitar para dar um esclarecimento a bem da verdade histórica: Quando, em 1978, eu comentava a vaquejada, disse que o parque de vaquejada de Currais Novos deveria chamar-se Cel. José Bezerra, não foi por ignorar que tivesse sido Dr. Sílvio quem construiu, nem por achá-lo desmerecedor, mas sim porque o Cel. José Bezerra foi vaqueiro e correu de mourão de porteira e, tenho certeza, se Dr. Sílvio fosse escolher um nome para denominar o parque, escolheria Cel. José Bezerra (ALVES, 1986, p. 48).

Em *Matutos e Tropeiros* (1989), como já sinalizado, predomina uma narrativa que explora a “natureza vivencial e testemunhal da memória”, para usar a pertinente definição de Margarida de Souza Neves (2009, p. 26). Mas, para citar um exemplo mais enfático quanto à preocupação com a imagem do autor a ser exposta, cabe mencionar a parte intitulada “O mau político”, na qual Celestino Alves comenta sua recusa a um posto de tabelião durante o governo de Dinarte Mariz, de quem era próximo. Mencionando ter indicado uma pessoa mais qualificada para o cargo, o autor ressalta não ter pedido votos para a pessoa a quem favoreceu com essa atitude, quando se candidatou posteriormente para o cargo de vereador em Currais Novos. O mesmo ocorre com o fato de se apresentar, nessa obra, como alguém vindo de uma família que exercia o ofício de matuto, destacando sua experiência como alguém que trabalhava desde a infância. Isso demonstra uma intenção de pôr em evidência uma imagem de desinteresse no tocante a possíveis privilégios devido à proximidade com políticos de destaque, bem como uma boa conduta como homem honesto e trabalhador, o que seria interessante para a reputação de alguém da vida pública.

Desse modo, Celestino Alves realiza essa escrita de si com determinadas intencionalidades. Escrever sobre a história local é também escrever sobre si mesmo como participante dessa história, almejando legar, com essa escrita, uma determinada memória. Cabe, a esse respeito, lembrar o que aponta Angela de Castro Gomes (2004): a escrita de si, longe de ser natural e espontânea, é permeada de intencionalidades, pois aquele que escreve pratica uma espécie de autocensura, ainda que escreva em suportes materiais destinados ao âmbito privado, como no caso de cartas e diários. No caso das obras analisadas, importa ter em conta que o conteúdo foi produzido com a finalidade primeira de ir à público, por isso se deve supor uma preocupação ainda mais acentuada quanto ao que seria dito sobre o próprio autor, bem como sobre aqueles que compunham seu círculo social.

2.6 Usos pontuais de outros tipos de fonte

Apesar do destaque quanto ao uso das memórias e dos documentos oficiais na prática investigativa de Celestino Alves, outras fontes são citadas pontualmente. Em *Retoques da História de Currais Novos* (1985) e *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) tem-se uma quantidade significativa de fotografias, especialmente de pessoas citadas pelo autor. Nesse caso, observa-se uma tendência de que elas exerçam um papel ilustrativo nas obras, algo que por muito tempo foi comum se tratando do uso de imagens fotográficas como fontes, ou seja, um uso que não necessariamente envolve uma conexão mais aprofundada com a narrativa e sem

problematizações, noção transformada especialmente a partir das contribuições dos estudos da Semiótica, que levam em conta as intencionalidades que caracterizam as imagens fotográficas como produto social (SOUSA, 2013). A esse papel ilustrativo, soma-se ainda a intenção de apresentar fotografias como prova de alguma afirmação, como ocorre em uma passagem interessante que se destaca pelo comentário tecido por Celestino Alves (1985, p. 242) em relação à fotografia anexada, quando este fala de certa polêmica causada pelo tamanho mais curto do short de um jogador de futebol, de modo que a foto é apresentada como prova do ocorrido.

Em *Retoques da História de Currais Novos* (1985) verifica-se também a menção pontual a reportagens jornalísticas – especialmente do periódico “O Progresso” –, também apresentadas no intuito de provar algo, isto é, sem considerar as intencionalidades na produção da fonte. Também é possível identificar um momento em que se argumenta com base em um objeto da cultura material. É importante ressaltar que, na obra, Celestino Alves fala de muitos monumentos – embora não utilize sempre esse termo para designá-los –, geralmente falando sobre como surgiram e seus significados, o que os coloca mais na posição de objeto que propriamente de fonte histórica, como no seguinte exemplo: “Existem na Serra do Piauí, duas cruzes, que há muitos anos o povo faz promessa e romaria. Há sempre uma pergunta no ar: quem morreu naquele local para dar origem aquelas cruzes?” (ALVES, 1985, p. 140). Entretanto, na passagem abaixo, é possível notar que o autor cita uma cruz, que considera ser um marco português, para fortalecer seu argumento a respeito de quão antigo era um determinado trajeto que dava acesso à região do Seridó, vindo-se de Natal:

O primeiro caminho a penetrar na região do Seridó e consequentemente passando por Currais Novos foi o de Natal, que passava em Santa Cruz vindo por Jacaracica, passando nas imediações de Campo Redondo, passando pela Serra de São João, saindo da Malhada da Cruz, passando por Currais Novos e indo para Caicó. Parece que os primeiros exploradores da região vieram por esse caminho; uma das testemunhas é a Cruz da Malhada da Cruz, hoje povoado Cruz, porque pelas suas características, não é uma Cruz de pessoa que tenha morrido ali, mas sim um marco português. Existem duas razões que nos fizeram chegar a este raciocínio. A primeira é que ela não tem as medidas exigidas numa Santa Cruz, a segunda é que todos os lugares que surgiram tendo como ponto inicial uma cruz símbolo de Cristo, foi sempre chamado Santa Cruz e não simplesmente cruz, porque antigamente ninguém chamava simplesmente cruz, mas sim, Santa Cruz (ALVES, 1985, p. 160).

Assim, vê-se que a investigação sobre a referida cruz é realizada com o objetivo de datar de quando ela foi colocada no local, bem como por quem, a fim de que essas respostas corroborem seu argumento. De tal forma, após fazer esses apontamentos sobre ela, o autor enfatiza sua conclusão quanto a tratar-se de um marco português e, por isso, ela provaria quão antigo era aquele caminho, notando-se, inclusive, que ele realiza um procedimento que faz

uso de fontes orais para trazer à tona informações sobre a cultura material, possibilidade destacada por Raphael Samuel (1990) em seu trabalho sobre história local e história oral.

Eu tanto examinei as medidas da Cruz como pesquisei a data de sua colocação naquele local. A minha avó nasceu naquela região, meu bisavô, Manoel [sic] Garcia de Maria também nasceu ali. Era filho de João Velho Barreto que foi talvez o primeiro morador daquela região e segundo minha avó, eles afirmavam que quando ali chegaram já existia aquela cruz. Então eu não tenho nem uma dúvida de que se trata de um marco português e talvez o mais antigo do Seridó ainda existente (ALVES, 1985, p. 160).

2.7 As fontes e a busca pela verdade histórica

Entende-se que os apontamentos aqui feitos revelam que a produção de Celestino Alves sobre a história local ancora-se em uma noção de seria possível descobrir o que realmente aconteceu no passado a partir das fontes que, especialmente no caso dos documentos oficiais, são vistas como provas. Verifica-se uma ausência de crítica quanto às intencionalidades na produção desses documentos, o que torna a postura do autor, enquanto pesquisador, semelhante à alguns aspectos da produção histórica embasada nos pressupostos teórico-metodológicos da história metódica embasada na filosofia positivista do século XIX, na qual era predominante a ideia de obtenção da verdade e a crítica ao documento – entendido restritamente como texto – era limitada a identificação de sua autenticidade (LE GOFF, 1990, p. 468). Embora não se tenha nenhuma evidência de que Celestino Alves tenha travado algum contato direto com essa discussão teórico-metodológica, há que se ter em conta a influência do IHGB e do IHGRN, cujo modelo de produção do conhecimento histórico foi embasado em pressupostos dessa corrente do século XIX e, como já apontado neste trabalho, muitas leituras e contatos pessoais do autor indicam o contato com esse modelo. Dessa forma, a produção escrita de Alves se aproxima da tendência que Sílvia Marcus de Souza Correa (2002, p. 15) identifica em produções diletantes de histórias locais: um viés conservador e a influência do positivismo.

Por outro lado, nota-se a abertura quanto ao uso das fontes orais e uma escrita memorialística. Isso alerta para o equívoco que seria restringir a concepção de história nas obras de Celestino Alves a essas semelhanças com a história metódica, pois essa corrente não considerava pertinente a interferência de nenhum elemento subjetivo na pesquisa histórica, já que, mesmo tendo consciência de que a história é construção, seus historiadores viam “a grandeza do historiador em sua capacidade de controlar sua subjetividade, de colocar-lhe um freio” (DOSSE, 2003, p. 42).

A memória constitui um elemento importante nos trabalhos dos notáveis eruditos potiguares que também escreviam com base na tradição oral e em suas memórias pessoais por valorizarem a ideia de tradição, destacando-se quanto a isso o “Mestre Cascudo”. Alves foi influenciado por essas produções que contribuíram para a fundação do Nordeste como uma região vinculada à ideia de tradição, o que se reflete tanto na escolha dos temas quanto na atenção que o autor destina à memória em suas obras.

Em suma, pode-se concluir que, para Celestino Alves, as fontes históricas não se limitam ao documento escrito, mas este é entendido como “prova” em sua prática de pesquisa histórica devido às influências do modelo de história do século XIX, que ainda perdurou ao longo do século XX nas produções que partiram do IHGRN, principalmente até os anos 1970. As memórias acessadas por meio das fontes orais, quando da falta de documentação escrita, são utilizadas sem constrangimento por parte do autor. Suas próprias memórias são narradas de forma mais segura em relação aos depoimentos de outras pessoas, como se o conhecimento de causa lhe conferisse autoridade para tratar dos assuntos que compõem as obras, o que é usado como uma estratégia de legitimação. Desse modo, observa-se a existência de uma complexa concepção de história, que não se restringe a uma corrente teórica específica. No capítulo a seguir, tem-se o aprofundamento dessa discussão, argumentando-se a respeito dessa questão.

CAPÍTULO 3 – AS CONCEPÇÕES DE HISTÓRIA E MEMÓRIA EM CELESTINO ALVES

3.1 Relações entre história e memória: aproximações do debate historiográfico com a obra de Celestino Alves

A fim de cumprir a tarefa de identificar as concepções de história e memória nas obras de Celestino Alves, é interessante refletir sobre esses conceitos. Não se trata de esgotar o tema, mesmo porque não seria pertinente apresentar aqui uma ampla revisão bibliográfica. O que se pretende é situar o leitor em relação a esse debate, com enfoque em alguns pontos relevantes para a discussão sobre o conjunto da obra do autor aqui discutido.

Uma definição básica de história e memória à luz da historiografia: conforme já mencionado nas considerações iniciais deste trabalho, há uma distinção essencial entre ambas, a qual se pode resumir, junto a Margarida de Souza Neves (2009, p. 26), como a natureza crítica e analítica da operação historiográfica que difere da natureza vivencial e testemunhal da memória. Partir desta constatação exige reconhecer que elas não são a mesma coisa, embora não raramente sejam confundidas pelo senso comum. As operações realizadas pelos historiadores no âmbito de uma cultura historiográfica são distintas da memória, inclusive quando estes lidam com ela, seja tomando-a como dados para a pesquisa ou como objeto de estudo. Tendo em vista que, no âmbito da cultura histórica, nem sempre essa distinção é levada em conta, tem-se um ponto importante a se atentar na história local produzida por um historiador diletante.

Neves faz ainda um importante alerta, com o qual se concorda: afirmar essa distinção não é negar a relação necessária entre elas (NEVES, 2009, p. 26). Esse raciocínio se coaduna com uma vertente de estudos que discutem as relações entre história e memória buscando não as opor radicalmente, sem negar a existência de especificidades. Outros estudiosos, por outro lado, focalizam a diferença, separando-as de forma mais, digamos, rigorosa. Em Celestino Alves, parece predominar a tendência de aproximá-las, embora não da mesma forma que os historiadores profissionais o fazem. Não é à toa que, por exemplo, Olavo Medeiros Filho prefacia *Matutos e Tropeiros* ressaltando a contribuição que a obra estaria dando à memória sertaneja, sinalizando uma relação entre a publicação e a produção de memória: “De tal modo, a memória sertaneja, a seridoense em particular, tem uma ponderável parcela resgatada ao olvido, graças a esse trabalho desenvolvido por Celestino Alves (...)” (ALVES, 1989, p. 8).

Vale lembrar com François Hartog (2011) que cada sociedade estabelece uma relação diferente com a história e a memória, sendo possível observar que ambas tiveram um projeto

comum, mas suas relações efetivas marcam-se pela complexidade, mutabilidade e conflito. Tal informação é relevante porque sinaliza a necessidade de se pensar as práticas relacionadas à produção de história e de memória no momento em que escrevia Celestino Alves. Um historiador que deu importante contribuição para entender tal aspecto no contexto do final do século XX é o francês Pierre Nora, especialmente no que se refere à sua argumentação acerca dos lugares de memória. Este autor identificou um processo de aceleração da história e as implicações disso na forma como se lida com a memória na contemporaneidade, algo como uma “vontade geral de registro” (NORA, 1993, p. 16), uma busca por memória dada a percepção de ruptura:

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito, assim, o círculo dos historiadores profissionais (NORA, 1993, p. 17).

Segundo sua tese, daí viria a proliferação dos lugares de memória como monumentos aos mortos, datas comemorativas e mesmo alguns tipos de livro de história. Em suma, produções humanas cujo objetivo seria preservar a memória de algo ou alguém. Pode-se pensar que é esse o caso das obras de Celestino Alves, que apresentam um vínculo com a produção de memória e identidade perante as transformações ocasionadas pelo processo de modernização, como se argumentará adiante.

No que concerne às definições, Nora (1993) apresenta uma visão de história e memória que as opõe, enfatizando a importância de que os historiadores analisem os lugares de memória como objeto de estudo:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a memória a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs⁴⁵ o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada,

⁴⁵ Sociólogo francês precursor no debate acerca da dinâmica social da memória. Seu trabalho *La Mémoire Collective* (1968) foi fundamental para o entendimento de que a memória não é algo natural, mas sim construída socialmente.

coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 9).

Um autor brasileiro que dialoga muito com a tese acima mencionada, enfatizando também essa distinção mais rigorosa e a tomada da memória como objeto da história é Ulpiano Bezerra de Meneses, especialmente em seu conhecido artigo *A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais* (1992). Ele aponta que “a memória precisa ser tratada como objeto da História” (MENESES, 1992, p. 23), indicando suas definições de ambas:

pode-se dizer que a memória *não dá conta do passado*, nas suas múltiplas dimensões e desdobramentos. E não só, é claro, porque sabemos muito mais do que as memórias vivenciadas no passado poderiam saber, mas sobretudo porque o conhecimento exige estranhamento e distanciamento. Somente a História e a consciência histórica podem introduzir a necessária descontinuidade entre passado e presente: História, com efeito, é a ciência da diferença. Não basta calibrar a oposição de um “*agora*” contra um “*antigamente*”; é preciso identificar a substância passada do passado (aquilo que em inglês se diz “*pastness*”), sem prejuízo dos interesses e direitos do presente (MENESES, 1992, p. 12, grifos do autor).

Note-se que as definições do autor explicitam um afastamento da história como operação crítica e analítica em relação ao caráter subjetivo da memória. Também é esse o caso de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que indica isso em artigo de 2007, intitulado *Violar memórias, gestar a história: uma abordagem a uma problemática que torna a tarefa do historiador um parto difícil*. Nesse texto, o autor apresenta as características da memória e o tipo de relação que os historiadores devem estabelecer com ela, destacando que estes a manipulam para descobrir diferenças, ao contrário da busca por unidade e coerência característica à formação de memórias, que devem ser vistas como um ponto de vista sobre o real, ao invés de serem tomadas como verdade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 199-200).

Para Albuquerque Júnior (2007, p. 199), a necessidade de distinguir bem os conceitos de história e memória serve principalmente para que o trabalho dos historiadores com as fontes orais não carregue vícios teóricos-metodológicos de outros campos. É nesse sentido, então, que se foca em apresentar as principais características da memória individual e coletiva. Os níveis da memória individual seriam a memória involuntária, também entendida como reminiscência, na qual o passado ressoa no presente quando é evocado através de signos, sendo dependente dos quadros sociais em que o indivíduo está mergulhado no presente; a memória voluntária ou lembrança, caracterizada pela recomposição do passado

feita através de um trabalho de rememoração, também marcada pelo caráter social; destacam-se ainda os níveis afetivo e imaginativo que ressaltam a fluidez da memória, caracterizando-a como algo subjetivo e oposto à racionalidade presente no trabalho da história (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 201-203). Enquanto isso, a memória coletiva seria um campo discursivo e de força em que as memórias individuais se configurariam, sempre marcado pela disputa: “(...) recompõe magicamente o passado, ou seja, busca reconstruí-lo como um contínuo de recordações aproximadas sempre da percepção que se tem do momento presente” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 204). Quando o autor apresenta ainda uma distinção entre memória coletiva e memória histórica, vê-se a demarcação de limites entre aquilo que tem caráter memorialístico contraposto ao histórico: memória coletiva com seu foco na semelhança e criação de tradições; memória histórica com o olhar voltado para a diferença, rupturas e transformações históricas. Com isso, enfim, sua definição de história é apresentada:

reivenção do passado, sua construção feita por especialistas que se orientam não só pelas interpretações do imaginário coletivo, mas por um aparato teórico e metodológico mais sofisticado e que tenta dar conta deste passado com suas múltiplas significações (ALBUQUERQUE JÚNIOR, p. 205).

Daí a ideia explícita no título do artigo sobre os historiadores trabalharem “violando” as memórias: porque, segundo Albuquerque Júnior (2007), buscam-nas não para reafirmar o que dizem, mas para questioná-las e descobrir como foram construídas socialmente. Tais noções não estão presentes no conjunto da obra de Celestino Alves, tanto no que se refere ao modo de lidar com as fontes orais, como visto na análise de suas operações metodológicas, como também em relação às diferenças entre história e memória. Sendo homem de cultura histórica, nota-se então um afastamento dessas concepções que enfatizam a memória como objeto do conhecimento histórico, algo formulado a partir de noções mais comuns no âmbito da cultura historiográfica dos acadêmicos, embora dentro dessa cultura também se verifiquem as concepções que identificam uma proximidade entre história e memória.

Nessa linha de interpretação que trabalha refletindo sobre a proximidade de ambas sem ignorar suas especificidades, pode-se citar o exemplo de Walter Benjamin que, apesar de se situar em outras áreas das humanidades, deu contribuições significativas à História, expondo sua interpretação sobre as relações entre história e memória em alguns de seus escritos. Em *Experiência e pobreza* (2012), *Sobre o conceito de História* (2012) e *O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov* (1987), Benjamin sinaliza a defesa de um conceito de história no qual se considera a atribuição de significado da experiência

trazida pela memória, de maneira que a diferença entre história e memória se apresenta muito tênue. História como narrativa, daí a importância da narração e da experiência no conjunto da obra de Benjamin, que expressa descontentamento com a modernidade que estaria contribuindo para que isso desaparecesse:

Onde é que se encontram ainda pessoas capazes de contar uma história como deve ser? Haverá ainda moribundos que digam palavras tão perduráveis, que passam como um anel de geração em geração? Um provérbio serve hoje para alguma coisa? Quem é que ainda acha que pode lidar com a juventude invocando a sua experiência? (BENJAMIN, 2012, p. 63-66).

Em Celestino Alves a narrativa de “estórias” da tradição oral é valorizada de forma semelhante, aproximando-se desse descontentamento perante as transformações modernizadoras. Em seu caso, a trajetória marcada por ouvi-las, especialmente no ambiente rural, certamente é um fator para que este aspecto se faça presente em sua escrita.

O filósofo francês Paul Ricoeur é outra referência importante. Sua obra *A memória, a história, o esquecimento* (2007) deu uma contribuição significativa ao debate ao apontar a memória como matriz da história, ressaltando que ela não deve causar um “curto-circuito” no trabalho da história, mas também não deve ser tratada como simples objeto (RICOEUR, 2007, p. 100). A aproximação entre história e memória é apontada pelo filósofo quando este identifica o esquecimento como um inimigo comum, algo que ambas tentam combater, por meio de operações distintas. Celestino Alves, apesar de não reconhecer essa distinção, também demonstra uma preocupação acentuada em relação ao esquecimento, relacionando-a, inclusive, à valorização dos temas sobre os quais escreve.

Ricoeur (2007) propõe uma reflexão interessante com relação a recepção dos textos históricos: Não se trataria a narrativa histórica de rememoração? (RICOEUR, 2007, p. 152). E continua seu argumento, levando o leitor a questionar o porquê de se separar tão radicalmente a memória da história:

Se a historiografia é inicialmente memória arquivada e se todas as operações cognitivas ulteriores recolhidas pela epistemologia do conhecimento histórico precedem desse primeiro gesto de arquivamento, a mutação historiadora do espaço e do tempo pode ser tida como a condição formal de possibilidade do gesto de arquivamento (RICOEUR, 2007, p. 156).

As diferenças entre uma e outra, no entanto, não deixam de ser comentadas. Novamente, assim como em outros autores, destaca-se o aspecto de uma operação crítica e analítica particular ao regime historiográfico:

ela não pode ser discernida unicamente no plano do funcionamento das figuras que o discurso histórico assume, mas deve transitar pela prova documental, pela explicação causal/final e pela composição literária. Tal arcabouço tríplice continua a ser o segredo do conhecimento histórico (RICOEUR, 2007, p. 263).

De início e maciçamente, é como dano á confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido. Dano, fraqueza, lacuna. Sob esse aspecto, a memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento. Heródoto ambiciona preservar do esquecimento a glória dos gregos e dos bárbaros. E nosso famoso dever de memória enuncia-se como uma exortação a não esquecer. Porém, ao mesmo tempo, e no mesmo movimento espontâneo, afastamos o espectro de uma memória que nada esqueceria (RICOEUR, 2007, p. 424).

O autor conclui, portanto, sobre a existência de uma “relação indecível” entre memória e história, como se ambas fossem condenadas à uma “coabitação forçada”. Relação considerada legítima e justificada quando é reconhecida (RICOEUR, 2007, p. 397-408). É provável que, ainda que passando ao largo dessa discussão, essa “coabitação forçada” seja pensada de alguma forma por Celestino Alves quando este escreve a história local para livrar determinados aspectos do esquecimento, revelando-se nisso uma espécie de dever de memória.

O historiador português Fernando Catroga segue uma linha de raciocínio semelhante, por sinal, dialogando diretamente com a obra de Ricoeur acima referida. Em *Memória, História e Historiografia* (2001), afirma a necessidade de se aceitar o “cariz ambíguo e indeciso das relações entre a memória e a história” (CATROGA, 2001, p. 65), ainda que reconhecendo a “missão impossível” que os historiadores tentam realizar em seu trabalho, buscando um distanciamento das influências de seu tempo e espaço (CATROGA, 2001, p. 66). Dois trechos sintetizam bem a ideia do autor quanto a impossibilidade de separar história e memória radicalmente: o primeiro afirma que a historiografia “também nasceu como um meio de combate contra o esquecimento, ou melhor, como uma nova *ars memoriae* exigida pela decadência da transmissão oral e imposta pela crescente afirmação da racionalidade e da escrita” (CATROGA, 2001, p. 40, grifo do autor); o segundo, que ela

também funciona como fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade cientificista a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação (reinvenção e sacralização das origens e de monumentos de grandeza simbolizados em “heróis” individuais e coletivos). A modernidade acentuou estas características (CATROGA, 2001, p. 50).

Realizando discussões concernentes especialmente ao âmbito da história oral, tem-se Michel Pollak, com seus conhecidos artigos *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989) e *Memória e Identidade Social* (1992). No primeiro, o autor enfatiza o caráter de construção social ao afirmar que a memória é disputada, existindo processos de negociação que resultam,

inclusive, na produção de esquecimento e silêncio (POLLAK, 1989, p. 5). Aquilo que foi chamado por ele de “enquadramento” refere-se a esse processo, do qual faz parte, inclusive, a escrita histórica:

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural (POLLAK, 1989, p. 11).

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLAK, 1989, p. 12).

Já em *Memória e Identidade Social* (1992) a atenção é voltada para a história de vida e a história oral, focalizando o papel que a memória, com seus trabalhos de manutenção, coerência, unidade, continuidade e organização (POLLAK, 1992, p. 206), exerce na formação de identidades individuais e coletivas, as quais o autor define, respectivamente, da seguinte forma: “(...) imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (POLLAK, 1992, p. 204) e “todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou uma nação – o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (POLLAK, 1992, p. 207).

Note-se que, em Pollak (1989; 1992), é ressaltado o papel da escrita da história no processo de enquadramento da memória, além do papel que a memória exerce na produção de identidades. Tal compreensão parece estar presente na produção escrita de Celestino Alves, embora não com uma intencionalidade de problematização, mas sim de usar o discurso histórico em prol da formação de memória e identidade.

Essas relações entre memória, identidade e história também são discutidas pelo brasileiro Astor Antônio Diehl em seu trabalho *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação* (2002). De acordo com seu pensamento, memória e identidade assumem posições estruturais no debate em torno da cultura historiográfica atual, identificada por ele. O autor se refere a uma “relação entre identidade e história, tendo como elemento fundante a memória” (DIEHL, 2002, p. 113) de modo que, para a história, “não são as memórias e

identidades os pontos centrais, mas as suas respectivas representações nas experiências e expectativas de vida” (DIEHL, 2002, p. 113). Ou seja, para historiadores vinculados a uma cultura historiográfica, importa problematizar memórias e identidades. Não é o que ocorre em Celestino Alves, dada sua formação mais voltada para uma cultura histórica associada à ideia de valorização da tradição.

Nota-se que os autores acima citados, a partir de seus diferentes enfoques, oferecem importantes contribuições para se pensar os conceitos de história e memória e suas relações. Contribuições, portanto, essenciais para se discutir as concepções de história e memória em Celestino Alves. Nos capítulos anteriores, a investigação do lugar social do autor e a análise de *Retoques da História de Currais Novos* (1985), *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) e *Matutos e Tropeiros* (1989) do ponto de vista discursivo, das apropriações das fontes e das operações metodológicas, conduziram a um ponto de suma relevância para a identificação das concepções de história e memória na obra deste autor: a produção de uma história local realizada de maneira a se tentar conciliar progresso e tradição com a elaboração de um discurso que se mostra preocupado com a questão de uma identidade associada ao espaço sobre o qual versa. Ponto esse a ser debatido com o amparo dos teóricos aqui mencionados, de maneira que tal questão é aprofundada ao longo deste capítulo, com vistas a avançar em relação ao argumento que se apresenta como resposta para a problemática desta pesquisa: o de que as concepções de história e memória na obra de Celestino Alves estão associadas a uma luta contra o esquecimento, especialmente diante das transformações sociais decorrentes do processo de modernização, operando-as de maneira indissociável, a fim de que ambas colaborem com a formação de uma identidade local.

3.1 História, memória, identidade

Como visto nos capítulos anteriores, as três obras aqui discutidas estão inseridas em um conjunto de produções que tratam da temática do Nordeste e do Sertão, sendo seu autor um homem cujas influências intelectuais remetem ao discurso que fundou o Nordeste como espaço sempre associado à ideia de tradição. Tem-se também a influência de um modelo historiográfico instituído no século XIX e que chegou ao Brasil especialmente com o IHGB, refletindo-se nos institutos locais, como é o caso do IHGRN que, no Rio Grande do Norte, difundiu tal modelo, influenciando diletantes como Celestino Alves. Note-se que, por exemplo, Luís da Câmara Cascudo, importante referência intelectual para Alves, esteve vinculado tanto à essa construção discursiva acerca do Nordeste, havendo inclusive indícios de uma ligação com o Movimento Regionalista de Recife (LIMA, 2008, p. 181), como

também era membro do IHGRN. Provavelmente, essas duas tendências se misturavam, resultando em produções que guardavam resquícios daquele modelo historiográfico no qual as elites e o progresso conduzido por elas eram o assunto principal, mas havendo também a valorização de uma cultura nordestina, de uma tradição que precisava ser reforçada para não se perder perante as transformações decorrentes desse processo.

O discurso que valoriza a ideia de tradição na cultura nordestina e o modelo difundido pelos institutos guardam algo em comum e que está implícito na elaboração discursiva das obras de Celestino Alves: a preocupação com a identidade. Nesse caso, identidade para demarcar o ser currais-novense/seridoense, definindo a configuração da cultura nordestina/sertaneja nesse recorte espacial. Tratar-se-ia das especificidades do local sem perder de vista os aspectos ditos tradicionais do universo sertanejo e do Nordeste como um todo. Tais questões são mobilizadas em uma cultura histórica que enaltece o passado que precede o processo de modernização do Seridó e, mais especificamente, de Currais Novos. A nostalgia romântica que caracteriza o olhar do erudito para a temporalidade passada contribui para esse enaltecimento: “Sempre busca no passado, numa atitude que será consagrada pelo romantismo, um momento superior e exemplar para o presente. Sua identidade é construída, inclusive, como um prolongamento desse passado e na contramão destes novos tempos que se avizinham” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005, p. 17).

Tal preocupação está associada à uma percepção acerca do tempo histórico, já que as noções do que é tradicional e do que é moderno estão vinculadas à ideia de progresso, com o moderno contrapondo-se ao atraso, a algo que mudou e ficou para trás. É sabido que a cultura histórica cria sentidos de tempo (SOIHET *et al.*, 2009, p. 13), por isso, a forma de concebê-lo exerce impacto nas concepções de história e memória. No Brasil do século XX, período em que nasceu, viveu e escreveu Celestino Alves, a cultura histórica brasileira foi marcada pela noção de tempo histórico linear (DIEHL, 1993, p. 23), acompanhando o movimento no qual as alterações na forma de conceber a vida na modernidade resultaram, inclusive, na mudança quanto à compreensão do conceito de história, que passa a ser entendida “como um processo, desencadeado por forças imanentes não mais derivadas de determinações naturais” (KOSELLECK, 2006, p. 132).

Além do já mencionado Pierre Nora (1993), com seus lugares de memória em destaque devido a uma sensação de aceleração do tempo, no debate sobre a percepção em relação ao tempo no século XX destaca-se também François Hartog que, a partir de seu conceito de regimes de historicidade, sugere haver uma experiência presentista graças à tal

sensação de celeridade. Sendo a memória um instrumento presentista, corrobora a formação de identidades:

Memória tornou-se, em todo caso, o termo mais abrangente: uma categoria meta-histórica, por vezes teológica. Pretendeu-se fazer memória de tudo e, no duelo entre a memória e a história, deu-se rapidamente vantagem à primeira, representada por este personagem, que se tornou central em nosso espaço público: a testemunha. Interrogou-se sobre o esquecimento, fez-se valer e invocou-se o “dever de memória” e por vezes, também, começou-se a estigmatizar abusos da memória ou do patrimônio (HARTOG, 2013, p. 25-26).

Coadunando essa hipótese de Hartog (2013) com as discussões sobre a preocupação das sociedades com a memória e a relação entre memória e identidade (POLLACK, 1989; 1992; LE GOFF, 1990; NORA, 1993; DIEHL, 2002; FERREIRA, 2002; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007; VIANA, 2017), destaca-se o seguinte: a sensação de se estar vivendo a história como um processo de transformação cada vez mais rápido, rumo a um futuro desconhecido, gera a preocupação com a memória para que o encontro com as raízes fortaleça um sentimento de identidade, proporcionando às pessoas certa segurança quanto a quem são e de onde vêm. As definições de memória apresentadas por Astor Antônio Diehl (2002), tanto do ponto de vista teórico como aquela que predomina no senso comum, são úteis para entender essa relação da memória com a formação de identidades:

Memória possui contextualidade e é possível ser atualizada historicamente. Ela possui maior consistência do que lembrança, uma vez que é representação produzida pela e através da experiência. Constitui-se de um saber, formando tradições, caminhos – como canais de comunicação entre dimensões temporais –, ao invés de rastros e restos como no caso da lembrança. A memória pode constituir-se de elementos individuais e coletivos, fazendo parte de perspectivas de futuro, de utopias, de consciências do passado e de sofrimentos. Ela possui a capacidade de instrumentalizar canais de comunicação para a consciência histórica e cultural, uma vez que pode abranger a totalidade do passado num determinado corte temporal (DIEHL, 2002, p. 116).

Pelo senso comum, a memória está intimamente ligada às tradições familiares, grupos com suas idiosincrasias peculiares. Nesse nível, ela representa possibilidades de aprendizagem e de socialização, expressando assim continuidade e identidade daquelas tradições. A continuidade nem sempre pode ser definida explicitamente. A memória, por também ter características coletivas, assume funções tais como de identificação cultural, de controle político-ideológico, de diferenciação e de integração (DIEHL, 2002, p. 117).

Sendo assim, é fundamental ter em conta que Celestino Alves escreveu em um contexto de transformações e influenciado pela ideia de ser preciso não perder de vista as tradições da cultura nordestina, cabendo lembrar que, conforme Hartog (2013, p. 163), o regime de historicidade de uma época influencia a própria escrita da história. Possivelmente a sensação de que as coisas estariam mudando rapidamente foi sentida pela força com a qual a Princesa

do Seridó esteve envolta no discurso da modernidade, especialmente a partir de 1943, devido ao início da atividade de exploração mineral de scheelita. Gênisson Costa de Medeiros (2011) fala em uma “peculiar modernidade” desenvolvida a partir de então:

Esse período da mineração traz à cidade uma identidade moderna traduzida pela chegada do rádio, do cinema, da construção de um hotel e, dentre outros, das indústrias. Estes produzem o espaço dessa cidade, transformando-a em vitrine dos mais sofisticados equipamentos urbanos de que se tem notícia na região do Seridó. Assim, podemos inferir que, a partir de meados do século XX uma peculiar modernidade passa a ser praticada em Currais Novos, o que representará para a cidade, em anos posteriores ao início da mineração, ser elevada ao posto das 500 cidades mais desenvolvidas do país (MEDEIROS, 2011, p.136).

Esses elementos foram chegando e transformando a pequena cidade interiorana, dando-lhe ares de moderna. O discurso de modernidade é formulado, então, em um contexto peculiar, tendo em vista que a Princesa do Seridó se situava “em um espaço onde as relações sociais, culturais e econômicas se colocavam numa perspectiva mais tradicional e longe dos centros urbanos pungentes de cosmopolitismo” (MEDEIROS, 2011, p. 136).

Acionar mecanismos que representassem as características do espaço se tornou importante nesse contexto, como mostra o autor citado acima ao analisar, em seu trabalho, as imagens da cidade produzidas pelo fotógrafo Raimundo Bezerra entre 1950 e 1980. É possível pensar na escrita de sua história como um desses elementos representativos explorados no sentido de construção de uma identidade local. Por isso compreender as concepções de história e memória existentes na produção escrita de Celestino Alves exige ter em conta esse contexto de modernização. O discurso identitário, que pode estar relacionado ao sentimento de insegurança diante do novo (FERREIRA, 2002, p. 325), era fortalecido dessa forma, com a escrita da história local fazendo parte do processo de definição de uma memória destinada a produzir vínculo social entre as pessoas que ali viviam. Assistindo a todas essas transformações, tornou-se importante para Celestino Alves recorrer à memória para escrever a história local, escrevendo suas próprias memórias e a dos outros, inserindo histórias e “estórias” na história de Currais Novos e do Seridó a ser conhecida pelos pósteros. Trata-se de ter a memória não só como fonte para a escrita da história, mas também como uma intencionalidade associada a essa escrita, compreendendo a memória como demanda social na medida em que se entendeu ser necessário gerar uma contribuição para que a ideia do que era ser currais-novense/seridoense não se perdesse com as mudanças trazidas pelo progresso.

Observa-se na prática de Alves algo pontuado por Marieta de Moraes Ferreira (2002) acerca da relação de autores diletantes – ou *history makers*, como ela se refere em seu texto –

com a demanda por memória na contemporaneidade. Para a autora, a memória, que chega a ser tratada como mercadoria, torna-se produto para satisfazer uma demanda por identidade, inserindo-se nesse cenário o tipo de escrita memorialística que caracteriza a maioria das produções diletantes. As memórias passam, então, a ter um fim em si mesmo, de maneira que são apresentadas como história, caracterizando uma concepção de história que não a trata como uma operação intelectual, mas como o relato do que se viveu:

Esse interesse pelo passado tem se manifestado de forma variada e promovido uma confusão entre história e memória e entre o que é ser historiador e *history maker*. Essa denominação é atribuída aos autores que escrevem sobre o passado sem fazer uso das regras estabelecidas pela comunidade acadêmica, ou que recolhem depoimentos orais carregando a crença em que o relato individual expressa em si mesmo a história. Enfim, generaliza-se uma confusão entre história-objeto e história-conhecimento, entre história vivida e história como uma operação intelectual. Nos últimos tempos tem sido crescente a demanda do grande público pela história vivida e a valorização das obras dos *history makers*. Essa produção tem sido vista como mais atraente por apresentar uma narrativa de leitura mais agradável e de mais fácil compreensão. Estabelece-se assim uma competição entre duas formas de acesso ao passado e reatualiza-se a disputa entre amadores e profissionais. A história oral, um instrumento privilegiado para recuperar memórias e resgatar experiências de histórias vividas, tem sido amplamente utilizada por esses setores e alçada à condição de uma disciplina. Nesse caso a coleta de depoimentos e sua publicação transformam-se em um fim em si mesmo e não devem ser submetidos à análise crítica da investigação histórica (FERREIRA, 2002, p. 326).

Quando Celestino Alves faz questão de trazer à tona as tais “estórias” que costumava ouvir dos “antigos” desde a infância, principalmente em *Matutos e Tropeiros* (1989), demonstra se afastar momentaneamente de um dos princípios que regem o discurso histórico e que não deixa de existir em sua obra, mas é deixado um pouco de lado nesses momentos: o pacto do historiador com o leitor, no qual se espera que o livro de história contenha apenas relatos sobre o que realmente aconteceu anteriormente, deixando-se que o prazer da leitura seja um acréscimo, e não a prioridade (RICOEUR, 2007, p. 289). Uma vez que, conforme já se argumentou neste trabalho, a preocupação em mostrar o que realmente aconteceu através da verificação das fontes é também um objetivo do autor, percebe-se que ele dá ênfase a esse tipo de relato memorialístico por considerá-lo também parte da história local, havendo a preocupação em relatar os causos da tradição oral para livrá-los do esquecimento. Ou seja, aquelas “estórias”, por mais que possivelmente não tivessem ocorrido realmente, mereceriam registro por serem parte da tradição oral, tão forte naquele ambiente cultural. Nisso reside um entre tantos exemplos dessa intenção de preservar o que é entendido como tradicional, revelando-se aí a preocupação do autor com um vínculo identitário a ser fortalecido em seus leitores.

Ao se ter em conta que memória e identidade, longe de serem coisas naturais, são negociadas (POLLACK, 1989; 1992), é possível aceitar que a escrita da história local empreendida por Celestino Alves faz parte desse processo de negociação, no qual vão se definindo os elementos constituintes do que deve ser lembrado, do que deve ser considerado parte de uma identidade local, aqui entendida como imagem de si, para si e para os outros (POLLACK, 1992, p. 204). Identidade que necessita de uma construção focada em gerar o sentimento de unidade, de continuidade e coerência, demandando sempre um investimento significativo quando almejada em nível coletivo (POLLAK, 1992, p. 207). Identidade que, relacionada ao vínculo social, pode ser produzida inclusive pela escrita histórica, sendo essa produção o referente último do discurso histórico (RICOEUR, 2007, p. 396) que, assim, acaba sendo usado muitas vezes para legitimar memórias e identidades, como lembra Manoel Luiz Salgado Guimarães (2000):

a associação entre História e Identidade sempre esteve presente, num procedimento em que muitas das vezes estas identidades foram como que naturalizadas e a História serviu de respaldo e legitimação para encontrar em tempos remotos as provas necessárias que pudessem sustentar uma memória acerca de identidades de construção recente (GUIMARÃES, 2000, p. 21).

É por isso que se observa nas obras a busca por elementos que caracterizem o povo currais-novense e seridoense nos valores dos antepassados vaqueiros e das elites que fundaram a cidade, como Celestino Alves faz em *Vaqueiros e Vaquejadas* (1986) e *Retóques da História de Currais Novos* (1985). Trata-se do passado sendo usado para legitimar um discurso identitário de modo que, no âmbito da cultura política, esse passado legitima também o lugar das elites políticas do presente, ao gerar esse sentimento de coerência, unidade e continuidade. É o que ocorre no exemplo mencionado no segundo capítulo deste trabalho, no qual Alves estabelece uma conexão entre as características dos vaqueiros com os políticos potiguares, além de relacionar o pacifismo de Currais Novos à administração do Capitão Mor Gonsalo Lopes Galvão.

Vale lembrar a magnitude das preocupações identitárias por parte das elites políticas em contextos nos quais se tenta conciliar uma identidade cultural com processos de modernização (NORONHA, 2008). Partir disso torna possível falar em usos do passado no âmbito da cultura política a partir de interesses voltados para a produção de um sentimento de pertencimento entre os currais-novenses, possibilitando-o por meio da produção de uma história local na qual se enfatizam noções como as que já foram aqui mencionadas: tradição, costumes e hábitos. Considerando que os usos do passado nas culturas políticas dão-se de

forma mais ou menos conscientes, conforme as demandas de cada época (SOIHET *et al.*, 2009, p. 14), se trata, portanto, de pensar em um interesse quanto a enaltecer o passado da cidade que se modernizava porque, dessa forma, se estaria enaltecendo também aqueles que conduziam politicamente o progresso.

Discutindo essa preocupação das elites dirigentes com a identidade cultural no contexto regional, Andrius Estevam Noronha (2008, p. 40) enfatiza esse aspecto no contexto da cidade, que está “ligada à ideia de colaboração, de confiança recíproca, de uma unidade de grupos que se constituem ao nascer e se sustenta no passado”. Assim, em muitos casos, o discurso identitário é um poderoso instrumento de inserção e relacionamento com o sentimento de pertença. Seu fortalecimento acaba por atender aos interesses das elites quando contribuem para essa conciliação entre laços culturais e processo modernizador. Esse discurso

passa a ser o elemento central de identidade local ou a própria bandeira da comunidade. Os elementos tradicionais, que antes eram impróprios para o processo modernizador, agora se interiorizam para os centros culturais, as associações empresariais, o jornal local e, consequentemente, estabelecem uma nova estratégia de reprodução social de sua elite, com seu respectivo discurso político (NORONHA, 2008, p. 42).

Os interesses no âmbito da cultura política associados ao lugar social de Celestino Alves, como se observa especialmente em *Retoques da História de Currais Novos* (1985), podem explicar o porquê de, apesar do olhar nostálgico para o passado, sua avaliação quanto a modernização de Currais Novos tender a ser positiva. Não é à toa que o objetivo dessa obra, claro está, é mostrar os benefícios que o progresso, conduzido pelos políticos locais, estaria trazendo para o município. Essa avaliação positiva é, por sinal, uma forte característica de obras diletantes como um todo:

Em geral, a escrita da história local diletante contém uma avaliação positiva do processo histórico devido ao tratamento demasiado subjetivo por parte do seu autor, ao selecionar os “acontecimentos” que são artificialmente ordenados a fim de lograr uma linearidade lógica e harmoniosa ao desenvolvimento local (CORREA, 2002, p. 15).

Não é também por acaso que o próprio hino oficial do município, escrito pelo professor Antônio Quintino Filho⁴⁶ e oficializado em 1976, é apresentado em *Retoques da História de Currais Novos* (1985) na parte em que Celestino Alves apresenta dados sobre o desenvolvimento no município. A letra sintetiza a noção de condução ao progresso que se

⁴⁶ Escritor currais-novense, autor da obra *História de Currais Novos* (1987).

pretende transmitir, carregada de uma avaliação positiva sem, no entanto, deixar de mencionar o valor da tradição:

Ó Currais Novos bonita,
Princesa do Seridó;
Ante a Serra de Santana
E o Pico do Totoró,
Ó cidade sedução
Minha cidade querida
Eu sinto, com a tua vida,
Orgulho do meu sertão.

Currais Novos sedução,
Minha cidade querida,
Com as flores do coração,
As flores da nossa vida.

Teus hospitais, institutos,
A estudantada vibrante,
Minerações, novas ruas,
Parecem gritar: Avante!
E com o progresso se sente
Na integração redentora
A frase confortadora:
- O meu Brasil “vai pra frente”.

Ó terra de tradição
De um povo pacato e forte,
Pedra rara no diadema
Do Rio Grande do Norte,
Minha querida Cidade
Aceita, com o nosso hino,
A glória do teu destino
Em busca da imensidade (ALVES, 1985, p. 153-154)

Os condutores do progresso se beneficiariam de uma narrativa desse tipo, uma vez sendo o progresso um ideal enaltecido por representar um processo considerado benéfico para o município e seus habitantes, conforme a noção que prevalece nas sociedades modernas:

A ideia de progresso também se constitui como uma perspectiva do *agir*. O progresso integra e dinamiza as experiências históricas em uma história ampla coletiva, cujo sentido está orientado através de uma inferência humana ativa para alterar as reações de vivências e aperfeiçoar a qualidade de vida (DIEHL, 2008, p. 58, grifo do autor).

A afirmação de uma concepção positiva em relação a esse ideal se dá especialmente no tocante ao progresso material – vide o fato de que o desenvolvimento do setor da mineração era um dos fatores responsáveis pela modernização da cidade –. Por isso o discurso nostálgico de Celestino Alves aparece voltado para os aspectos culturais, daí, por exemplo, a crítica ao gênero musical *Rock and Roll* no poema *O Matuto*, inserido na obra *Matutos e Tropeiros* (1989):

Nossa música brasileira,
samba, valsa e gafieira,
não se vê mais no sertão.

Não se joga mais peteca,
só se dança discoteca,
rock row [sic] e ei, ei, ei,
toda letra é em inglês (ALVES, 1989, p. 28).

Possivelmente, essa foi uma brecha encontrada pelo autor para tecer críticas àqueles novos tempos sem, no entanto, ferir os interesses associados ao lugar de produção da obra. Afinal, seria delicado para o erudito afirmar explicitamente sua predileção pelos tempos antigos do Seridó quando a produção de seus livros é possibilitada pelos agentes políticos condutores da mudança, muitos deles sendo, inclusive, amigos próximos. Certamente se deve a essa necessidade de moderação no discurso o fato de Celestino Alves reservar um espaço neutro para comentar certa preocupação em relação ao progresso, focalizando os aspectos culturais. Outro exemplo do uso de um espaço neutro para tal finalidade é o poema *Lamentações de um matuto*, inserido em *Retoques de Currais Novos* (1985) de forma desconexa em relação ao tema da obra. Os versos claramente se referem ao contexto de Guerra Fria vivido na época da publicação, especialmente à ameaça de uma possível guerra nuclear. Percebe-se a atenção do autor voltada para os rumos que a humanidade estava tomando, com o uso do progresso em prol de objetivos preocupantes, para dizer o mínimo. Entretanto, tenha-se em conta que essa preocupação não menciona, por exemplo, a venda da extração mineral da Mina Brejuí, de Currais Novos para a fabricação de armas nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial (FREITAS, 2010), já que, ao se falar do progresso em Currais Novos, ele representaria o destino grandioso da cidade e elemento de coesão social. Por isso, chega a ser até um tanto curioso que, na mesma obra em que se corrobora essa noção, tenham sido publicados os versos abaixo:

Meu Deus, porque [sic] o mundo é tão violento?
Por que o homem não pensa só no bem?
Por que faltar tanto alimento?
Por que tanta criança em desalento,
sem saber o futuro que lhe vem.

Porque [sic] tanto material bélico acumulado?
Por que tanto preparo para a guerra?
Por que tanto dinheiro mal gastado?
Por que tanto menino mal – criado?
Por que tanta miséria sobre a terra.

Por que gastar tanto com violência?
Por que tanto foguete carregado?
Por que se preocupa tanto a grande potência?

Que chega a envolver toda a ciência,
Com as coisas que são do seu agrado.

A despesa com as armas e munição,
neste mundo cruel e violento,
é maior que com a educação,
é a causa maior da inflação,
porque armas não geram alimento.

Tem foguetes apostados [sic] ao Ocidente,
tem foguetes apontados para o Norte,
tem foguetes apontados ao Oriente,
não sabemos qual deles, o mais potente,
a quem está veiculada [sic] a nossa sorte.

A lua não é mais das serenatas,
deixou de ser inspiração para os poetas,
é a terra dos grandes astronautas,
será base de foguetes cosmonautas,
onde alguém já traçou suas metas.

Por que o homem vê no outro um inimigo,
ao invés de olhá-lo como irmão?
Aceitar-lhe como verdadeiro amigo,
dividir com ele seu abrigo,
oferecer-lhe um pouco do seu pão.

Pense em paz e em Deus Onipotente,
veja em teus próximos os teus irmãos,
meça o futuro, com medidas do presente,
toda massa do mundo inocente,
o futuro está em duas mãos.
Reigan [sic] e Chernenko a controlar,
o mundo inteiro num botão
quando um dia quiserem disparar,
todo mundo inocente vai pagar,
o planeta se funde, em combustão (ALVES, 1985, p. 262-263).

Portanto, percebe-se que, ao estar ciente das transformações modernizantes e perceber que as coisas não mais tornariam a ser como antes, restou ao autor escrever sobre o passado que conheceu para que, ao menos na memória social, ele sobrevivesse. Com isso, percebe-se uma intenção de combater o esquecimento diante dessas transformações, cabendo perscrutar mais detalhadamente como Celestino Alves opera com a história e a memória nesse combate.

3.2 Memórias que contam histórias e histórias que rememoram: a escrita histórica e a luta contra o esquecimento

Ao seguir a linha de pensamento afastada de uma concepção restritamente cientificista da história, é possível identificar, junto a Paul Ricoeur (2007) a “relação indecível” entre história e memória, que apresentam em comum o fato de que, para ambas, o esquecimento é visto como uma ameaça. Essa preocupação com o esquecimento e o reconhecimento de uma

relação muito próxima entre história e memória podem ser observadas nas obras de Celestino Alves, de maneira que a história e a memória são acionadas com o intuito de combatê-lo. A escrita da história local aparece como uma estratégia para que o ausente se faça presente na memória de quem conhecesse essa história. O ausente sendo, nesse caso, os elementos ditos tradicionais que estariam se perdendo com a modernização de Currais Novos, do Seridó.

As memórias de Alves, além das que ele busca nas fontes orais, se apresentam em sua obra como fontes indispensáveis para o alcance desse objetivo. Escrever sobre o tradicional com base em dados memorialísticos contribuiria para que, na memória social, as pessoas dali se identificassem com esses elementos e se entendessem como parte da mesma história, ainda que vivendo em um momento posterior, em um mundo transformado pelo progresso.

Percebe-se o valor atribuído à escrita, que parece ser entendida como importante arma a ser utilizada nesse jogo contra o esquecimento. Por isso Celestino Alves demonstra inquietação quanto ao fato de os historiadores profissionais não terem escrito sobre os temas que ele considerava relevantes e se propõe a fazê-lo. Uma passagem de *Retoques da História de Currais Novos* (1985), na qual o autor fala de abolicionistas currais-novenses que não teriam recebido a devida atenção por outros escritores, também reforça essa noção de que escrever sobre algo é importante para que seja lembrado: “Acho que a razão é muito simples: é que nós falamos muito do que se escreve e escrevemos pouco para que se fale” (ALVES, 1985, p. 143). Escrever para que se fale é, portanto, um objetivo associado às suas obras, percebendo-se uma noção de que a memória necessita da escrita como suporte material, o que realmente faz sentido, como lembram Fernando Catroga (2001) e Jacques Le Goff (1990) que mencionam a escrita como um dos suportes que beneficiam a memória.

Nesse sentido, a história aparece não exatamente como operação analítica que parte de pressupostos teórico-metodológicos, como ocorre na cultura historiográfica dos historiadores profissionais. Ela aparece como o relato sobre os temas que o autor considera relevantes acerca do passado de Currais Novos e do Seridó, e que fariam parte da identidade daquele local. Note-se que essa atribuição de relevância aos temas não ocorre de forma semelhante ao que os historiadores acadêmicos fazem, isto é, investigando os temas para problematizá-los; trata-se de uma importância no sentido de relatá-los para fortalecer uma memória e uma identidade. Esse relato no qual consistiria a história refere-se, inclusive, à apresentação das “estórias” da tradição oral, para que elas não caíssem no esquecimento, de modo que o autor as narrava não para provar algo, mas para fazer com que aqueles causos fossem conhecidos e lembrados, valorizando essas narrativas de forma semelhante, tendo-se em conta as devidas ressalvas, ao que fez Walter Benjamin (1987), lamentando o desaparecimento da figura do

narrador na modernidade. Livrar do esquecimento também é objetivo concernente aos fatos realmente ocorridos no passado que são mencionados por Celestino Alves, recorrendo-se à verificação de informações em fontes orais e escritas, além do testemunho do próprio autor para relatá-los.

Em tal forma de lidar com a memória em suas pesquisas reside a confusão entre história enquanto operação intelectual com história vivida, como diz Ferreira (2002, p. 326) sobre os *history makers*. Excetuando-se a intencionalidade do autor quanto à apresentação das “estórias”, que ocorre principalmente em *Matutos e Tropeiros* (1989), nota-se que o processo de elaboração do relato sobre fatos ocorridos no passado confunde aquilo que Paul Ricoeur (2007) chamou de “ambição veritativa” da história e “ambição de fidelidade” da memória. Isto é, se história e memória ambicionam representar em verdade o passado, fazendo-o a partir de operações distintas, em Celestino Alves é como se essa distinção não fosse reconhecida. Por isso, nos momentos em que ele questiona a memória, o faz a partir de uma preocupação com a confiança em quem fala, não exatamente considerando o caráter subjetivo e fluido, já que dá credibilidade ao que dizem as pessoas de sua confiança e às suas próprias memórias, considerando-as fontes de informações verdadeiras.

Assim, a escrita histórica parece ser pensada pelo autor como um meio de gerar memória daquilo que já não é mais, de maneira que a história como relato, para além de um conhecimento preocupado com obtenção de informações verídicas sobre o que realmente aconteceu no passado, teria também uma função social com relação à produção de identidade e vínculo social, fazendo o ausente não ser esquecido, para integrar uma identidade vinculada ao local. Por isso o “nós” é usado em muitos momentos para convidar o leitor a se identificar com as afirmações: “Nós do Seridó (...)” (ALVES, 1986, p. 7, grifo meu); “Portanto, se nossas origens foram os currais (...)” (ALVES, 1986, p. 48, grifo meu).

Parece haver em Celestino Alves algo próximo ao que alguns autores defendem acerca da relação próxima entre a historiografia e a intenção de produzir memória. Como defende Fernando Catroga (2001), escrever história é como um “protesto, de fundo metafísico, contra a finitude da existência” (CATOGRÁ, 2001, p. 28). Este historiador, assim como o filósofo Paul Ricoeur (2007), dialoga convergindo com o que Michel de Certeau defendeu em *A Escrita da História* (2008), partindo da discussão sobre a morte e a historiografia para assumir essa relação na qual história e memória, apesar de serem coisas diferentes, se aproximam em alguns aspectos. Veja-se o que alerta Certeau (2008, p. 315): “A prática escriturária é, ela mesma, memória”. No âmbito específico da historiografia, este historiador enxerga a existência de um “estranho procedimento”, o qual define como “trabalho de morte e

trabalho contra a morte” (CERTEAU, 2008, p. 17). Trabalho de morte porque atribui ao seu objeto o caráter de ausente, do que já não é mais. Trabalho contra a morte porque ao fazê-lo, dá-lhe um lugar entre os presentes (o narrador e os leitores), negando-a e quase desafiando-a (CERTEAU, 2008, p. 57). Como reforça ainda Paul Ricoeur (2007), ao dialogar com o autor de *A Escrita da História*, representar o ausente é também lhe dar lugar, sendo este o “gesto de sepultura que a historiografia transforma em escrita” (RICOEUR, 2007, p. 378).

O historiador aparece, assim, de várias maneiras, como aquele que faz falar os mortos. (...) Assim, toda nossa problemática da relação da memória e da história com a ausência do passado é alcançada pelo tema da morte na história. (...) é função do discurso, como lugar da palavra, oferecer aos mortos do passado uma terra e um túmulo (...). É então que se ouve a voz de Certeau designando dois lugares simétricos ao leitor e ao morto. Para um e outro, a linguagem é a “morte aquietada” (RICOEUR, 2007, p. 379-380).

Se falar dos mortos é mantê-los vivos na memória, nisso se verifica uma intenção de rememoração ligada ao próprio ato de escrever história. Isso está evidenciado em todas as obras de Celestino Alves aqui discutidas, nas quais a produção de uma história e de uma memória se confundem, uma alimentando a outra. O resultado disso é a produção de uma história local na qual, ao contrário de se realizar a violação de memórias e identidades tomando-as como objeto, como sugerem autores como Meneses (1992) e Albuquerque Júnior (2007), busca-se produzi-las. A própria produção poética do autor, a qual ele faz questão de apresentar junto aos seus escritos de história, revelam essa intencionalidade. Um exemplo pertinente que se destaca em relação a esse dever de memória para com os mortos é o *Poema aos mortos de 13 de maio*, no qual o autor presta uma homenagem às vítimas do acidente ocorrido em 1974 em Currais Novos, evocando a memória dessas pessoas:

Padre Ausônio ficou traumatizado,
A Cidade chorou os filhos seus,
O dobrar do sino, compassado,
Levava as preces, da terra para os céus.

Os mártires da fé, levados nos caixões,
A multidão contrita acompanhava,
As preces, os hinos, as orações,
Enchiam o cortejo, todo povo rezava.

Ninguém reclamava a brutal tragédia,
Os hinos se misturavam com os prantos,
Como que se vivendo, uma divina comédia,
Onde os participantes, eram todos santos.

A terra emergiu os corpos seus,
A parte dela, ligeiro devorou,
As almas subiram para os céus.

Os anjos cantavam na glória,
O passado ficou para a história,
O futuro quem sabe? O Grande Deus (ALVES, 1985, p. 258).

Claro está que, para um homem de cultura histórica, como é o caso de Celestino Alves, as definições teóricas de história e memória, do ponto de vista do debate acadêmico, passam ao largo. Por isso, as concepções verificadas em suas obras certamente foram formuladas a partir de suas leituras cujas principais referências já foram apontadas, com suas redes de sociabilidade. Vale lembrar, para a compreensão quanto à formulação dessas concepções, como a cultura histórica ocidental como um todo está assentada na memória e no progresso, este último sendo uma categoria que ganhou força e passou a atuar na consciência histórico-coletiva (DIEHL, 2008, p. 46-57). Em razão disso, a concepção moderna de história está associada à noção de que a memória precisa ser constantemente refrescada, para não perder sua força e seu poder de evocação (DIEHL, 2008, p. 59). As obras com as quais o autor travou contato, além de sua trajetória observando o processo modernizador do local onde nasceu e morou a maior parte de sua vida, certamente contribuíram para que ele fizesse esse tipo de associação na qual história e memória são indissociáveis, quase como se fossem a mesma coisa.

Sendo assim, nas obras de Celestino Alves, as memórias contam histórias e “estórias” que, na forma escrita, compõem a produção de uma história local que contribui para a formação de uma identidade, de um vínculo com o espaço. Nessa concepção, tem-se a produção de uma história local que se dá a partir do entendimento da memória como demanda, por isso rememorando nomes, datas, acontecimentos que ali ocorreram e “estórias” que foram contadas repetidamente pelos moradores mais antigos, provocando riso, desconfiança ou medo. Uma história local na qual se reconhece a história enquanto processo de transformação – especialmente do ponto de vista civilizador/modernizador – mas, a partir de um olhar nostálgico para o passado, busca preservar do esquecimento aquilo que já foi um dia e, ao usar a arma da escrita nesse combate, enfatiza a história como relato desse passado que se quer rememorar, a fim de fortalecer o sentimento de pertencimento dos currais-novenses/seridoenses. Em suma, assim é produzida a história local por Celestino Alves: com memórias contando histórias e a história produzindo memórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho, foi posto o problema de pesquisa acerca das concepções de história e memória na obra de Celestino Alves sobre a história currais-novense e seridoense. A pesquisa, cujas etapas e resultados foram expostas ao longo desta dissertação, possibilitou chegar à uma resposta, embora nunca definitiva, como em qualquer trabalho historiográfico: foram identificadas concepções que geralmente são mencionadas em estudos que versam sobre esse tipo de produção da história local, destacando-se a influência positivista, uma confusão entre história e memória e a relação dessa história com a sacralização de memórias e a formação de identidades, observando-se, inclusive-, usos do passado na esfera política. À guisa de conclusão, seguem algumas considerações.

Uma reflexão importante para os estudos sobre história local refere-se aos usos do passado e as implicações disso na cultura política. Aceitando que o lugar social interfere no tipo de história produzida, no que concerne às produções de eruditos como Celestino Alves, é interessante notar que a história tende a ser vista pelas elites como forma de legar uma determinada narrativa benéfica à sua imagem perante a sociedade, se dando a partir desse tipo de intencionalidade esforços voltados para a construção da memória local a partir dessa perspectiva, sendo interessante que tais memórias sejam dessacralizadas pela historiografia. Afinal, atualmente ainda se pratica essa escrita a partir de uma concepção de progresso conduzido por esses sujeitos e que apresentam o local como um lugar singular dissociado de processos históricos mais amplos, como lembra Vilma de Lurdes Barbosa (2010):

Uma considerável parcela da historiografia local apresenta-se com formato ainda tradicional, pois assume e desenvolve um tratamento personalista, memorialístico, e sem interações espaciais, em geral, na forma de relatos cronológicos dos fatos com pouca ou nenhuma articulação entre si. Tratam as comunidades regionais e locais como se tivessem um destino linear e evolutivo – congênere da história geral, no sentido do progresso da região, excluindo a ação histórica dos seus variados segmentos sociais formativos, com suas experiências diferenciadas, apontando, quase sempre, para alguns sujeitos que conduzem os destinos das comunidades (BARBOSA, 2010, p. 213).

Há também a questão identitária, enfatizada neste trabalho. Trata-se de um aspecto relevante nesse tipo de história, haja vista sua contribuição com a construção do sentimento de pertencimento. Nisso também reside um fator importante a ser considerado por historiadores que se interessem em pesquisar tais produções. Tendo em vista o processo de sacralização de memórias e formação de identidades identificado no âmbito dessas produções e as atuais discussões historiográficas a respeito das relações entre história, memória e identidade, é

interessante frisar que constitui um desafio para a historiografia realizar o questionamento a tais construções a partir da operação historiográfica.

É importante reforçar a utilidade do conceito de cultura histórica para se pensar no impacto que produções diletantes exercem nas sociedades, tendo em vista que isso contribui para a forma como as pessoas enxergam a História como disciplina e os usos que fazem do passado. Os apontamentos aqui feitos, necessários a qualquer estudo historiográfico que analisa criticamente a própria escrita histórica, servem para compreender a existência de obras com as características mencionadas, sendo importante para historiadores acadêmicos o entendimento de que essas produções fazem parte de uma cultura histórica que engloba elementos factuais e personalistas que acabam reforçando uma noção de que a história seria a narrativa dos feitos das elites em prol da condução do local ao progresso, além da elaboração identitária. Tão relevante é também a continuidade no estudo das relações entre história e memória, não só no que se refere aos historiadores diletantes, mas também no próprio âmbito da historiografia profissional, como já tem sido feito por muitos autores que têm dado contribuições significativas para o tema, como é o caso daqueles referenciados neste trabalho.

Entende-se que essas reflexões são relevantes para a historiografia, uma vez que permitem identificar a história local como um campo frutífero de trabalho para os historiadores, que podem contribuir muito com a sociedade ao produzirem histórias locais críticas e emancipadoras. Sob esse ponto de vista, ressalta-se o quanto a história local é, reconhecidamente, uma área de considerável interesse para o público leigo, tendo, como afirma Raphael Samuel (1990), “uma força popular tanto como uma atividade quanto como uma forma literária”, já que as pessoas “estão continuamente colocando para si mesmas questões relacionadas ao local onde moram e sobre como viveram seus antepassados” (SAMUEL, 1990, p. 221). Como diz ainda o mesmo autor, o tipo de história local disponível para o público, como qualquer outro projeto histórico, dependerá do modo como se quer produzi-la, dos objetivos existentes nessa produção. Portanto, ao reconhecer a necessidade de questionar esse modelo tradicional que ainda ressoa em muitos trabalhos, entende-se haver uma necessidade de histórias locais produzidas a partir de uma operação historiográfica crítica e analítica que, além de contribuírem com a historiografia do tema, também consigam atingir o público leigo, exercendo papel importante na formação cidadã. Cabe lembrar que este debate se associa às discussões relacionadas ao próprio papel social dos historiadores que, no momento histórico do país em que se escreve esta dissertação, enfrentam tempos difíceis, muitas vezes tendo a relevância de seu ofício questionada.

Essas considerações também são relevantes para, a partir da amplitude da recepção que têm as obras dos diletantes, se pensar também na influência que essas produções exercem no ensino de história local. Embora essa questão não seja foco deste trabalho, é importante levar em conta que a história local se associa à identidade social (NEVES, 1997) e assume função relevante na formação de alunos da rede básica que, convivendo com um currículo escolar eurocêntrico (MELO, 2015), têm no ensino da história de sua comunidade a oportunidade de perceberem que ela também tem seus processos históricos e de se reconhecerem agentes ativos nesses processos. Nisso reside a importância de levar ao âmbito escolar um conhecimento histórico crítico e reflexivo acerca do local em que se vive.

Por fim, espera-se que esta dissertação tenha gerado uma contribuição para o debate acerca das questões aqui mencionadas. Além de Celestino Alves, autor cuja obra certamente necessitava de uma análise sob o ponto de vista historiográfico, o município de Currais Novos e o Seridó potiguar foram pensados e escritos por outros eruditos e intelectuais que também merecem atenção. Não é difícil presumir que o mesmo ocorra em muitos lugares, tendo em vista o que já se sabe sobre a força do diletantismo na produção de histórias locais não só no Brasil, mas em toda a América Latina (CORREA, 2002). Há aí, portanto, um campo promissor de estudos para historiadores que se interessem por esse tema tão relevante para a historiografia.

FONTES

Obras

ALVES, Celestino. **O Nordeste e as Secas**. Brasília: Gráfica do Senado, 1983.

ALVES, Celestino. **O Menestrel do Seridó**. Brasília: [s.n.], 1984.

ALVES, Celestino. **Doutor Tancredo Neves: uma vida pela democracia**. Brasília: Cegraf, 1985.

ALVES, Celestino. **Retoques da História de Currais Novos**. Natal: Fundação José Augusto; Prefeitura Municipal de Currais Novos, 1985.

ALVES, Celestino. **Vaqueiros e Vaquejadas**. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1986.

ALVES, Celestino. **Matutos e Tropeiros**. Brasília: Gráfica do Senado, 1989.

Jornais

AZEVEDO, Dermi. Piloto, 46 anos, o dono da grande área. **O Poti**. Natal, ano 21, n. 2.100, p. 13, 21 mar. 1976.

BEZERRA, Eliel. Sociedade. **Diário de Natal**. Natal, ano 39, n. 10.783, p. 5, 02 jul. 1979.

BEZERRA, Eliel. Rápidas. **Diário de Natal**. Natal, ano 41, n. 11.130, p. 6, 28 out. 1980.

BEZERRA, Eliel. Sociedade do Seridó. **Diário de Natal**. Natal, ano 41, n. 11.159, p. 6, 12 dez. 1980.

BEZERRA, Eliel. Rápidas. **Diário de Natal**. Natal, ano 21, n. 1.546, p. 6, 21 jul. 1982.

BEZERRA, Eliel. Sociedade do Seridó. **Diário de Natal**. Natal, ano 21, n. 1.562, p. 6, 14 ago. 1982.

BEZERRA, Eliel. Sociedade do Seridó. **Diário de Natal**. Natal, ano 46, n. 199, p. 6, 17 out. 1984.

BEZERRA, Eliel. **O Poti**. Natal, ano 31, n. 40, p. 24, 30 set. 1984.

BEZERRA, Eliel. Trivial. **Diário de Natal**. Natal, n. 46, n. 86, p. 15, 03 mai. 1985.

BEZERRA, Eliel. Vaquejada. **Diário de Natal**. Natal, ano 46, n. 25, p. 9, 09 jun. 1985.

BEZERRA, Eliel. Fatos. **Diário de Natal**. Natal, ano 46, n. 164, p. 9, 22 ago. 1985.

BEZERRA, Eliel. Rápidas. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 189, p. 9, 27 set. 1985.

- BEZERRA, Eliel. Livro. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 191, p. 16, 01 out. 1985.
- BEZERRA, Eliel. Fatos. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 207, p. 16, 24 out. 1985.
- BEZERRA, Eliel. Semana. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 209, p. 16, 26 out. 1985.
- BEZERRA, Eliel. Fatos. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 215, p. 16, 06 nov. 1985.
- BEZERRA, Eliel. Trivial. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 217, p. 16, 08 nov. 1985.
- BEZERRA, Eliel. Fatos. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 220, p. 15, 13 nov. 1985.
- BEZERRA, Eliel. Gumercindo. **O Poti**. Natal, ano 31, n. 05, p. 16, 03 fev. 1985.
- BEZERRA, Eliel. Vereadores. **O Poti**. Natal, ano 31, n. 34, p. 24, 01 set. 1985.
- BEZERRA, Eliel. Rápidas. **O Poti**. Natal, ano 31, n. 39, p. 22, 04 out. 1985.
- BEZERRA, Eliel. Fatos. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 47, p. 16, 12 mar. 1986.
- BEZERRA, Eliel. Flashes. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 83, p. 16, 06 mai. 1986.
- BEZERRA, Eliel. Rápidas. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 95, p. 9, 22 mai. 1986.
- BEZERRA, Eliel. Rápidas. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 96, p. 9, 23 mai. 1986.
- BEZERRA, Eliel. Vaquejada. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 106, p. 9, 07 jun. 1986.
- BEZERRA, Eliel. Veríssimo. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 109, p. 9, 13 jun. 1986.
- BEZERRA, Eliel. Vaquejada. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 125, p. 16, 05 jul. 1986.
- BEZERRA, Eliel. New Faces. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 126, p. 20, 08 jul. 1986.
- BEZERRA, Eliel. Noite Especial. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 130, p. 20, 12 jul. 1986.
- BEZERRA, Eliel. Noite. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 131, p. 16, 15 jul. 1986.
- BEZERRA, Eliel. Noite Especial. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 133, p. 16, 17 jul. 1986.
- BEZERRA, Eliel. Noite Especial. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 135, p. 9, 19 jul. 1986.
- BEZERRA, Eliel. Itamar. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 171, p. 16, 11 set. 1986.
- BEZERRA, Eliel. Carta. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 172, p. 16, 12 set. 1986.
- BEZERRA, Eliel. Reunião. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 228, p. 16, 04 dez. 1986.
- BEZERRA, Eliel. Jurados. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 232, p. 9, 10 dez. 1986.

- BEZERRA, Eliel. Laureados. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 237, p. 6, 17 dez. 1986.
- BEZERRA, Eliel. Livro. **O Poti**. Natal, ano 31, n. 25, p. 24, 22 jun. 1986.
- BEZERRA, Eliel. Noite Especial. **O Poti**. Natal, ano 31, n. 26, p. 24, 29 jun. 1986.
- BEZERRA, Eliel. Noite Especial. **O Poti**. Natal, ano 31, n. 28, p.20, 13 jul. 1986.
- BEZERRA, Eliel. Obras. **O Poti**. Natal, ano 31, n. 38, p. 24, 19 out. 1986.
- BEZERRA, Eliel. Trivial. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 09, p. 16, 16 jan. 1987.
- BEZERRA, Eliel. Projeto. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 39, p. 15, 26 fev. 1987.
- BEZERRA, Eliel. Agraciado. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 82, p. 6, 06 mai. 1987.
- BEZERRA, Eliel. Convite. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 110, p. 9, 13 jun. 1987.
- BEZERRA, Eliel. Homenagem. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 116, p. 6, 24 jun. 1987.
- BEZERRA, Eliel. Homenagem. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 130, p. 16, 14 jul. 1987.
- BEZERRA, Eliel. Homenagem. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 134, p. 9, 18 jul. 1987.
- BEZERRA, Eliel. Detalhes. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 141, p. 6, 29 jul. 1987.
- BEZERRA, Eliel. Cruzeiro. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 203, p. 6, 24 out. 1987.
- BEZERRA, Eliel. Lixo. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 220. P. 6, 18 nov. 1987.
- BEZERRA, Eliel. Emancipação. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 227, p. 6, 01 dez. 1987.
- BEZERRA, Eliel. Espetáculo. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 228, p. 6, 02 dez. 1987.
- BEZERRA, Eliel. Visita. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 229, p. 16, 03 dez. 1987.
- BEZERRA, Eliel. Festival. **O Poti**. Natal, ano 31, n. 08, p. 16, 15 fev. 1987.
- BEZERRA, Eliel. Festival. **O Poti**. Natal, ano 31, n. 41, p. 17, 04 out. 1987.
- BEZERRA, Eliel. Destaques. **O Poti**. Natal, ano 31, n. 51, p. 20, 13 dez 1987.
- BEZERRA, Eliel. Posse. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 03, p. 6, 06 jan. 1988.
- BEZERRA, Eliel. Posse. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 06, p. 16, 12 jan. 1988.
- BEZERRA, Eliel. Detalhes. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 22, p. 6, 03 fev. 1988.
- BEZERRA, Eliel. Convenção. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 66, p.16, 12 abr. 1988.

BEZERRA, Eliel. Confraternização. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 71, p. 16, 20 abr. 1988.

BEZERRA, Eliel. Fatos. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 83, p. 6, 06 mai. 1988.

BEZERRA, Eliel. Vereadores. **Diário de Natal**. Natal, ano 48, n. 153, p. 6, 10 ago. 1988.

BEZERRA, Eliel. Cordelistas. **Diário de Natal**. Natal, ano 48, n. 181, p. 16, 13 set. 1988.

BEZERRA, Eliel. Informes. **Diário de Natal**. Natal, ano 48, n. 50. P. 12, 17 mar. 1989.

BEZERRA, Eliel. Fatos. **Diário de Natal**. Natal, ano 48, n. 51, p. 12, 18 mar. 1989.

BEZERRA, Eliel. Congresso. **Diário de Natal**. Natal, ano 50, n. 91, p. 12, 19 mai. 1989.

BEZERRA, Eliel. Fatos. **Diário de Natal**. Natal, ano 50, n. 123, p. 16, 12 jul. 1989.

BEZERRA, Eliel. Detalhes. **Diário de Natal**. Natal, ano 50, n. 120, p. 14, 14 jul. 1989.

BEZERRA, Eliel. Fatos. **Diário de Natal**. Natal, ano 50, n. 129, p. 16, 20 jul. 1989.

BEZERRA, Eliel. Simpósio. **Diário de Natal**. Natal, ano 51, n. 218, p. 9, 01 dez. 1989.

CÂMARA, Cassiano Arruda. Livro I. **Diário de Natal**. Natal, ano 48, n. 26, p. 4, 10 fev. 1989.

CÂMARA, Cassiano Arruda. Matutos. **Diário de Natal**. Natal, ano 50, n. 120, p. 4, 07 jul. 1989.

DIÁRIO da Administração. Governador preside entrega das aposentadorias rurais. **Diário de Natal**. Natal, ano 32, n. 9.573, p. 3, 06 jun. 1972.

DIÁRIO da Administração. Grandes festividades marcaram posse de prefeito em C. Novos. **Diário de Natal**. Natal, ano 33, n. 9.573, p. 3, 03 fev. 1973.

DIÁRIO de Natal. Piloto ainda está sem casa. **Diário de Natal**. Natal, ano 35, n. 9.718, p. 4, 07 fev. 1975.

DIÁRIO de Natal. Seridó vai homenagear o Governador do Estado. **Diário de Natal**. Natal, ano 35, n. 9.789, p. 2, 14 mai. 1975.

DIÁRIO de Natal. Veterinário é diretor do Colégio Agrícola. **Diário de Natal**. Natal, ano 35, n. 9.790, p. 2, 15 mai. 1975.

DIÁRIO de Natal. Provável existência de urânio em Caicó. **Diário de Natal**. Natal, ano 35, n. 9.823, p.1, 24 jun. 1975.

DIÁRIO de Natal. Técnicos não falam de urânio do Seridó. **Diário de Natal**. Natal, ano 35, n. 9.823, p. 2, 24 jun. 1975.

DIÁRIO de Natal. Reportagem do Módulo motivou dirigentes: CN. **Diário de Natal**. Natal, ano 35, n. 9.872, p. 2, 21 ago. 1975.

DIÁRIO de Natal. Alfabetização teve show de violeiros. **Diário de Natal**. Natal, ano 35, n. 9.889, p. 2, 10 set. 1975.

DIÁRIO de Natal. Associação dos violeiros prepara seus estatutos. **Diário de Natal**. Natal, ano 36, n. 9.933, p. 2, 04 nov. 1975.

DIÁRIO de Natal. Esta, a grande chance do futebol de Currais Novos. **Diário de Natal**. Natal, ano 36, n. 9.966, p. 9, 25 dez. 1975.

DIÁRIO de Natal. Botafogo. **Diário de Natal**. Natal, ano 36, n. 10.123, p. 15, 25 ago. 1976.

DIÁRIO de Natal. Sociedade do Seridó. **Diário de Natal**. Natal, ano 40, n. 10.000, p. 13, 02 abr. 1980.

DIÁRIO de Natal. Livro. **Diário de Natal**. Natal, ano 46, n. 169, p. 15, 29 ago. 1985.

DIÁRIO de Natal. Informes. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 204, p. 6, 19 out. 1985.

DIÁRIO de Natal. História. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 209, p. 4, 26 out. 1985.

DIÁRIO de Natal. Vanguarda. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 38, p. 3, 27 fev. 1988.

DIÁRIO de Natal. Repentistas realizam congresso em Currais Novos. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 137, p. 6, 22 jul. 1988.

MACEDO, Paulo. **Diário de Natal**. Natal, ano 46, n. 109, p. 2, 05 jun. 1985.

MACEDO, Paulo. Retoques da história de Currais Novos. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 209, p. 2, 26 out. 1985.

MACEDO, Paulo. Vaqueiros e Vaquejadas. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 135, p. 02, 19 jul. 1986.

MACEDO, Paulo. A festa de Eliel. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 135, p. 2, 19 jul. 1986.

MACEDO, Paulo. Congresso Nacional de Cantadores. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 233, p. 2, 11 dez. 1986.

MACEDO, Paulo. As coisas boas dão certo. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 25, p. 2, 06 fev. 1987.

MACEDO, Paulo. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 234, p. 2, 10 dez. 1987.

MACEDO, Paulo. Memorial Câmara Cascudo. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 27, p. 2, 10 fev. 1988.

MACEDO, Paulo. Um gênio do século XX. **Diário de Natal**. Natal, ano 47, n. 29, p. 2, 12 fev. 1988.

MACEDO, Paulo. Matutos e Tropeiros. **Diário de Natal**. Natal, ano 50, n. 119, p. 2, 06 jul. 1989.

MACEDO, Paulo. Umberto fala sobre os matutos. **Diário de Natal**. Natal, ano 50, n. 123, p. 2, 12 jul. 1989.

MACEDO, Paulo. Celestino lança dos Matutos. **Diário de Natal**. Natal, ano 50, n. 120, p. 2, 14 jul. 1989.

MACEDO, Paulo. Cantadores repentistas. **Diário de Natal**. Natal, ano 51, n. 220, p. 2, 05 dez. 1989.

MACEDO, Paulo. **Diário de Natal**. Natal, ano 51, n. 222, p. 2, 07 dez. 1989.

O POTI. Tradição. **O Poti**. Natal, ano 31, n. 29, p. 24, 20 jul. 1986.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. De Amadores a Desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo. **Trajetos**: Revista de História da UFC, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 1-27, 2005. Disponível em: <http://www.revistatrajetos.ufc.br/index.php/Trajetos/article/view/96>. Acesso em: 16 out. 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Violar memórias e gestar a História: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru: Edusc, 2007. p. 199-209.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Feira dos Mitos**: A fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste – 1920 – 1950). São Paulo: Intermeios, 2013.

ALVES, Fabricio Gomes. Entre a Cultura Histórica e a Cultura Historiográfica: implicações, problemas e desafios para a historiografia. **Aedos**, Porto Alegre, v.2, n.5, p. 82-97, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/11048>. Acesso em: 29 jan. 2021.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jun.1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1990>. Acesso em: 12 jan. 2021.

ARAÚJO, José Marcus Guedes de; ANDRADE, Joel Carlos de Souza. Tempos de Rudeza e Tempos da Técnica em Manoel Dantas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 17., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-6. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371331727_ARQUIVO_ANPUH_JOSE_MARCUSEnviar2_1_.pdf. Acesso em: 13 ago. 2020.

AZEVEDO, Patrícia da Silva. A formação de um locus: o IHGRN e seus sócios fundadores - 1902. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: Anpuh, 2019. p. 1-11. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564685099_ARQUIVO_PATRICIAAZEVEDO-ARTIGODAANPUH-AFORMACAODEUMLOCUS.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. **Nas teias da história global, descortina-se a história local**: Experiências na pesquisa e na produção didática. In: ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega *et al.* (Org.). **Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico**. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010. p. 211-223.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. **História Local**: contribuições para pensar, fazer e ensinar. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

BENJAMIN, Walter. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In: Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 197-221.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. *In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. *In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org). Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 65-69.
BRITO, Anderson Dantas da Silva; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de; PEIXOTO, Renato Amado. **Corografia e produção espaço-identitária no Rio Grande do Norte**. João Pessoa: Ideia, 2018.

CASCUDO, Luís da Câmara. **A vaquejada nordestina e sua origem**. Natal: Fundação José Augusto, 1976.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e Cantadores**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1984.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. História local e seu devir historiográfico. **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 2, n. 2, p. 11-32, jul./dez. 2002.

CERTEAU, Michel de. A Operação Histórica. *In: GOFF, Jacques Le; NORA, Pierre (Org.). História: Novos Problemas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 17-48.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-130.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

DIEHL, Astor Antônio. **A matriz da cultura histórica brasileira: Do crescente progresso otimista à crise da razão histórica**. Porto Alegre: Edipucrs, 1993.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: EDUSC, 2002.

DIEHL, Astor Antônio. Considerações para uma teoria da cultura historiográfica. **História Revista**, Goiânia, v. 7, n.1, p. 79-116, jan./dez. 2002.

DIEHL, Astor Antônio. Idéias de futuro no passado e cultura historiográfica da mudança. **História da Historiografia**, Mariana, v. 1, n. 1, p. 45-70, ago. 2008. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/25/22>. Acesso em: 12 jan. 2021.

DIEHL, Astor Antônio. História, Teoria da História e Culturas Historiográficas: Entrevista com Astor Antônio Diehl. **Saeculum**, João Pessoa, v.21, p. 219-232, jul./dez. 2009.

DONNER, Sandra Cristina. História local: discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11, 2012, Rio Grande. **Anais [...]**. Rio Grande: Anpuh-RS, 2012. p. 223-235.

DONNER, Sandra Cristina. **História local, Memória e Ofício do historiador entre Raízes e Marcas do tempo (1990-2012)**. 2015. 219 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/142486>. Acesso em: 02 fev. 2020.

DOSSE, François. **A História**. Bauru: EDUSC, 2003.

EAKIN, Paul John. **Vivendo autobiograficamente: a construção de nossa identidade narrativa**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

FAGUNDES, José Evangelista; ANDRADE, Joel Carlos de Souza. Pensando a História: Noções introdutórias. In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (Org.). **Reflexões sobre história local e produção de material didático**. Natal: EDUFRN, 2017. p. 14-56. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23433>. Acesso em: 18 mar. 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, Tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, dez. 2002.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: história e cultura histórica. **Saeculum**, João Pessoa, n. 16, p. 83-102, jan./jun. 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da companhia mate laranjeira (Mato Grosso: 1890-1945)**. 1991. 392 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_bca861835eb8d7253e0d31acc1a7458a. Acesso em: 30 jan. 2021.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido. **História em Revista**, Pelotas, v. 6, p. 21-36, 2000.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 7-24.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura política e sociabilidade intelectual. In: SOIEHT, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 259-284.

GONTIJO, Rebeca. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. **Almanack**, Guarulhos, n. 8, p. 44-53, jul./dez. 2014.

GOUBERT, Pierre. História Local. **Revista Arraballes**, Petrópolis, v. 1, n. 1, p. 69-82, mai./ago. 1988.

HAAS JÚNIOR, Arnaldo. Histórias locais, produtores de história e os usos do passado: reflexões sobre o contexto catarinense. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.17, p.57-76, jun. 2009.

HALBWACHS, Maurice. **La Mémoire Collective**. Paris: PUF, 1968.

HARTOG, François. **Evidência da História**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HERÔNCIO, Paulo. **Os Holandeses no Rio Grande**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart *et al.* **O Conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LIMA, José Ayrton de. **História do Rádio no Rio Grande do Norte**. [s.l.]: Edição Coojornat, 1984.

LIMA, Matheus Silveira. Percurso intelectual de Luís da Câmara Cascudo: modernismo, folclore e antropologia. **Perspectivas**, São Paulo, v. 34, p. 173-192, jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2242>. Acesso em: 31 jan. 2021.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. De como se constrói uma História Local: aspectos da produção e da utilização no ensino de História. In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (Org.). **Reflexões Sobre História Local e Produção de Material Didático**. Natal: Edufrn, 2017. p. 57-81. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23433>. Acesso em: 18 mar. 2019.

MEDEIROS, Gênisson Costa de. A Imagem da Princesa. *In*: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; ARAÚJO, Marcos Antônio Alves de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). **Seridó Potiguar: tempos, espaços, movimentos**. João Pessoa: Ideia, 2011. p. 135-149.

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. Configurações espaciais do Seridó potiguar. *In*: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; ARAÚJO, Marcos Antônio Alves de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). **Seridó Potiguar: tempos, espaços, movimentos**. João Pessoa: Ideia, 2011. p. 273-288.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo, Contexto, 2011.

MENESES, Joedna Reis de. Discursos historiográficos que se tecem: apropriações do conceito de nordeste e de industrialização. *In*: ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega *et al* (org.). **Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico**. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010. p. 263-277.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, Cativa da Memória? para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 1, n. 34, p. 9-24, dez. 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497>. Acesso em: 13 jul. 2021.

MONTEIRO, Denise Mattos. Balanço da historiografia norte-rio-grandense. *In*: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RN, 01, 2004, Natal. **Anais [...]**. Natal: Editora da UFRN, 2006. p. 51-54. Disponível em: <http://www.rn.anpuh.org/2016/assets/downloads/ANAISI.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2007.

NEVES, Joana. História Local e Construção da Identidade Social. **Saeculum**, João Pessoa, n.3, p.13-27, jan./dez. 1997.

NEVES, Margarida de Souza. Nos compassos do tempo: A história e a cultura da memória. *In*: SOIHET, Rachel *et al* (Org.). **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 21-33.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Projeto **História**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 31 jan. 2021.

NORONHA, Andrius Estevam. Análise teórica sobre a categoria “elite política” e seu engajamento nas instituições da comunidade regional. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 29, p. 24-45, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/463/617>. Acesso em: 16 out. 2019.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, jan./jun. 1989. Disponível em:

http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 14 out. 2019.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212, jul./dez. 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/108>. Acesso em: 14 out. 2019.

QUEIROZ, Pedro Fernandes de. O desvendamento da propalada liberdade do vaqueiro: as bases de poder no sertão seridoense. **Revista Sertões**, Mossoró, v. 3, n. 2, p.3-19, jul/dez 2013. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/sertoos/article/view/1228/678>. Acesso em: 31 jan. 2021.

QUINTINO FILHO, Antônio. **História de Currais Novos**. Natal: Fundação José Augusto, 1987.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, 1990.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. **O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX**. 2011. 300 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/1223>. Acesso em: 31 jan. 2021.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. Cemitérios seridoenses: culto e memória. **Revista interlegere**, Natal, v. 9, n. 1, p.351-360, jul/dez 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4420>. Acesso em: 31 jan. 2021.

SANTOS, Evandro dos. Estilo e Temporalidades na Escrita de Oswaldo Lamartine de Faria: Em Busca do Tempo Perdido no Seridó Potiguar. **Expedições: Teoria da História e Historiografia**, Morrinhos, v. 9, n. 1, p. 96-109, jan./abr. 2018.

SANTOS, Robson dos. Cultura e tradição em Gilberto Freyre: esboço de interpretação do *Manifesto regionalista*. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 399-408, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/17613#:~:text=Neste%20artigo%20buscamos%20analisar%20aspectos,nas%20discuss%C3%B5es%20sobre%20o%20modernismo>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. **História Social**, Campinas, n. 24, p. 51-73, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/1577>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SILVA, Joadson Vagner. **Apontamentos sobre a História Indígena na Serra de Santana - RN, séculos XVII e XVIII**. 2015. 71 f. TCC (Graduação em História), Departamento de História do Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do

Norte, Caicó, 2015. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1412>. Acesso em: 31 jan. 2021.

SILVA, Joelma Tito da. **O riacho e as eras: memórias, identidade e território em uma comunidade rural negra no seridó potiguar**. 2009. 209 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2896>. Acesso em: 31 jan. 2021.

SILVA, Maria Dalva Caldas Marinho da. **Celestino Alves: a viva voz do poeta**. 2001. 84 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Literatura Luso-Brasileira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, 2001.

SILVA, Itala Mayara de Castro. **Eloy de Souza e o Nordeste: construção discursiva do espaço dos estados sevidados pela seca na primeira república brasileira**. 2018. 209 f. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26306?mode=full>. Acesso em: 14 out. 2019.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A cultura histórica em representações sobre territorialidades. **Saeculum**, João Pessoa, n. 16, p. 33-46, jan./jun. 2007.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino: Existência e Consciência da Desigualdade Regional**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **História e historiografia: entre o nacional e o regional**. In: ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega *et al.* (Org.). *Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico*. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010. p. 9-28.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, RENÉ (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

SOIHET, Rachel *et al.* **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 21-33.

SOUSA, Rui Bragado. A câmara obscura: a fotografia como fonte histórica. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 145, v. 13, p. 35-43, jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/19582>. Acesso: 18 jun. 2021.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930**. Brasília: Cegraf, 1989.

SOUZA, Joabel Rodrigues. Pequenas biografias daqueles que estiveram presentes na Paróquia de Sant'Ana de Currais Novos. In: SOUZA, Joabel Rodrigues. **Sant'Ana, uma bela festa, uma longa história**. Currais Novos: [s.n.], 2008. p. 251-252.

TORQUATO, Arthur Luis de Oliveira. Estabelecendo fronteiras: de como se estabelece as práticas eruditas e intelectuais na historiografia brasileira nas décadas de 1930-1940. In:

SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: APRENDER COM A HISTÓRIA? 03, 2009, Ouro Preto. **Anais [...]**. Ouro Preto: Edufop, 2009. p. 1 – 10.

VIANA, Helder. A problemática da “Memória Local”: Reflexões sobre o caso Norte-Rio-Grandense. In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. (Org.). Reflexões Sobre História Local e Produção de Material Didático. Natal: EDUFRN, 2017. p. 107-135. Disponível em: Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23433>. Acesso em: 18 mar. 2019.

Sites

BARROS, Rodivan. **Prof. Itamar de Souza**. 2011. Disponível em: <http://catandonoticias.blogspot.com/2011/05/prof-itamar-de-souza.html>. Acesso em: 14 out. 2019.

BENTO, Claudio Moreira. **Recordando Humberto Peregrino (1911/2003)**. 2003. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/humbperegino.htm>. Acesso em: 14 out. 2019.

DIÁLOGOS LUPPA - Ainda cremos na história? Realização de Laboratório de Estudos Sobre Os Usos Políticos do Passado (LUPPA). Coordenação de Fernando Nicolazzi. [S.I.]: LUPPA, 2020. Mídia digital (135 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GNfAoE4Pjjo>. Acesso em: 7 jan. 2021.

DICIONÁRIO de escritores norte-rio-grandenses. **Celestino Alves**. Disponível em: <http://escritoresdorn.com.br/autor.php?autor=Celestino%20Alves>. Acesso em: 14 out. 2019.

DICIONÁRIO de escritores norte-rio-grandenses. **Olavo de Medeiros Filho**. Disponível em: <http://escritoresdorn.com.br/autor.php?autor=Olavo%20de%20Medeiros%20Filho>. Acesso em: 14 out. 2019.

FIGUEIRA, Paulo. **Partido Democrático Social (PDS)**. Função Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democratico-social-pds>. Acesso em: 16 out. 2019.

FREITAS, Luiz. **"A mina possui um bom potencial"**. 2010. Entrevista de Carlos Salustino Dutra concedida ao jornal Tribuna do Norte. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-mina-possui-um-bom-potencial/155099>. Acesso em: 13 jul. 2021.

MADRUGA, Wonden. **Lembrando Eloy de Souza**. 2018. Tribuna do Norte. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/lebrando-eloy-de-souza/406625>. Acesso em: 16 out. 2019.

MEDEIROS, Odúlio Botelho. **Revivendo Veríssimo de Melo (90 anos de nascimento)**. 2011. Instituto Norte-rio-grandense de Genealogia. Disponível em: <https://genealogiadorn.blogspot.com/2011/08/revivendo-verissimo-de-melo-90-anos-de.html>. Acesso em: 14 out. 2019.

WIKIPÉDIA. **Celestino Alves**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Celestino_Alves. Acesso em: 14 out. 2019.